



EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

exercício
90

ÍNDICE

I - RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
- Introdução	5
Súmula	5
Situação económica e energética	6
- A Actividade Empresarial	11
Relações com os clientes	11
Exploração	18
Aprovisionamento e normalização	22
Desenvolvimento do sistema electroprodutor	26
Recursos humanos	32
Actividades internacionais	35
Desenvolvimento dos sistemas de informação de gestão	36
Evolução económica e financeira	37
Considerações finais	52
II - BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXOS	55
III - ANEXO ESTATÍSTICO	73
IV - RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	79
V - PARECER DA INSPECÇÃO-GERAL DE FINANÇAS	85
VI - DESPACHO CONJUNTO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DAS FINANÇAS E DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ENERGIA	89

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

**D o c u m e n t o s d e
p r e s t a ç ã o d e c o n t a s
d o e x e r c í c i o d e 1 9 9 0**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CA)
 Dr. José Manuel Castro Rocha (Presidente)
 Dr. Luís Filipe Pereira (Vice-Presidente)
 Eng.º José Filipe Athayde de Carvalhosa
 Eng.º Manuel de Pinho Vaz da Silva
 Eng.º Rui de Azeiteiro Ferra Coutinho
 Eng.º Arnaldo Pedro Figueiró Navarro Machado
 Dr. José António de Matos Taborda Farinha

ADJUNTOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (ADA) Eng.º António Ribeiro M. Araújo Eng.º Fernando Casado Forte Eng.º Sidónio Paes
 Eng.º Carlos Pedro de Jesus Dr. José Oliveira Campos

CORPO DE ACESSORES (ASA) Eng.º António Coimbra Rente Eng.º José Catela Rolla Eng.º Mário Mariano
 Eng.º João Lemos Didier Dr. José Corrêa Figueira

ESTRUTURA CENTRAL (EC)

DIRECÇÃO CENTRAL ADMINISTRATIVA E LOGÍSTICA (DAL) Eng.º Maria do Carmo Rei	DIRECÇÃO CENTRAL DOS RECURSOS HUMANOS (DRH) Eng.º Francisco José Cortez Lobão
DIRECÇÃO CENTRAL COMERCIAL (DCM) Eng.º José Rodrigues Pereira Penedos	DIRECÇÃO CENTRAL DE SISTEMAS E INFORMÁTICA (DSI) Eng.º António Vidigal
DIRECÇÃO CENTRAL CONTÁBIL E GESTÃO ORÇAM. (DCO) Dr. Manuel Jesus Martins	DIRECÇÃO CENTRAL DE TECNOLOGIA E APROVIS. (DTA) Eng.º José Manuel Cruz Moraes
DIRECÇÃO CENTRAL FINANCEIRA (DFN) Dr. Humberto Bui	GABINETE DE APOIO JURÍDICO (GJR) Dr. Francisco Tinoco de Faria
DIRECÇÃO CENTRAL DE INSPECÇÃO E AUDITORIA (DIA) Eng.º António Leite Garcia	GABINETE REL. PÚBLICAS E INFORMAÇÃO (GRP) Eng.º António Ribeiro Santos
DIRECÇÃO CENTRAL DE PLANEAMENTO (DPL) Eng.º Jorge Ribeiro Machado	DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS (DSM) Dr. Carlos Paes

SECRETARIADO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CASC)
 José Jerónimo Fonseca

DIRECÇÃO OPERACIONAL DE EQUIPAMENTO HIDRÁULICO (DOEH)

EHCD

DIRECTOR-GERAL DO EQUIPAMENTO HIDRÁULICO (DGEH)
 Eng.º Fernando Marques Seabra

DIRECTORES Eng.º Carlos Alberto Braga Mateus
 Eng.º Luís Fernando Fonseca Proença
 Eng.º Miguel António Miranda Costa

Órgãos de Apoio, Departamentos e Equipas de Projecto

DIRECÇÃO OPERACIONAL DE EQUIPAMENTO TÉRMICO (DOET)

ETCD

DIRECTOR-GERAL DO EQUIPAMENTO TÉRMICO (DGET)
 Eng.º Rui Jacinto Bravo Martins

DIRECTOR Eng.º Rui Manuel Albergaria Almro

Órgãos de Apoio, Departamentos e Equipas de Projecto

DIRECÇÃO OPERACIONAL REDE ELÉCTRICA (DORE)

RECD

DIRECTOR-GERAL DA REDE ELÉCTRICA (DGRE)
 Eng.º Henrique Moraes

DIRECTORES Eng.º António Manuel Pita Abreu
 Eng.º Hugo Sá Carneiro d'Assunção
 Eng.º José Allen Lima

Órgãos de Apoio e Departamentos

DIRECÇÃO OPERACIONAL DE PRODUÇÃO (DOPR)

PRCD

DIRECTOR-GERAL DA PRODUÇÃO (DGPR)
 Eng.º Hermâni Verdeho

DIRECTORES Eng.º António Carlos Costa Almeida
 Eng.º Diogo Luz
 Dr.ª Manuela Vitorino

Órgãos de Apoio e Departamentos

DIRECÇÃO OPERACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO NORTE (DONN)

DNCD

DIRECTOR-GERAL DA DISTRIBUIÇÃO NORTE (DGNN)
 Eng.º Carlos Manuel Carmo Brandão

DIRECTORES Eng.º José António Silva Neto
 Bach. José Celestino Oliveira Rocha
 Eng.º Luís Emilio Ribeiro da Silva

Órgãos de Apoio (OA)

CENTRO DISTRIBUIÇÃO AVEIRO (DNAVR) Eng.º Alonso Henriques S. Moraes Machado	CENTRO DISTRIBUIÇÃO MATOSINHOS (DNMTS) Eng.º José Carlos Bronze Ramos
CENTRO DISTRIBUIÇÃO BRAGA (DNBRG) Eng.º Joaquim da Costa Vieira	CENTRO DISTRIBUIÇÃO PENAFIEL (DNPNF) Eng.º Tiago Armando da Silva Carvalho
CENTRO DISTRIBUIÇÃO BRAGANÇA (DNBGC) Eng.º José Marcelino Gonçalves	CENTRO DISTRIBUIÇÃO VIANA DO CASTELO (DNVCT) Eng.º José Emílio Cerejo
CENTRO DISTRIBUIÇÃO GUIMARÃES (DNGMR) Eng.º Mário Rodrigues Guimarães	CENTRO DISTRIBUIÇÃO V.N. GAIA (DNVNG) Eng.º Tiago Cruz e Silva
CENTRO DISTRIBUIÇÃO MAIA (DNMAI) Eng.º Agostinho Alves Barreira	CENTRO DISTRIBUIÇÃO VILA REAL (DNVRL) Eng.º Gaspar Enes Rejo

DIRECÇÃO OPERACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO CENTRO (DODC)

DCCD

DIRECTOR-GERAL DA DISTRIBUIÇÃO CENTRO (DGDC)
 Eng.º Joaquim da Silva Filipe

DIRECTORES Eng.º António Eduardo S. Oliva
 Eng.º Carlos Alberto Dias Machado
 Eng.º Manuel José Ribeiro Cadilhe

Órgãos de Apoio (OA)

CENTRO DISTRIBUIÇÃO CALDAS DA RAINHA (DCCLD) Eng.º Agostinho Freire Vaz Pato	CENTRO DISTRIBUIÇÃO LOUSÃ (DCLSA) Eng.º Francisco Bernardo Noronha e Tavora
CENTRO DISTRIBUIÇÃO COIMBRA (DCCBR) Eng.º António José Geraldo Taborda	CENTRO DISTRIBUIÇÃO SEIA (DCSEI) Eng.º Manuel Henriques Pinto Mendes
CENTRO DISTRIBUIÇÃO GUARDA (DCGRD) Eng.º Carlos Alberto Martins Portugal Abreu	CENTRO DISTRIBUIÇÃO VISEU (DCVIS) Eng.º Henrique Manuel Albuquerque da Cruz
CENTRO DISTRIBUIÇÃO LEIRIA (DCLRA) Eng.º Manuel Fernandes Neves Bento	

DIRECÇÃO OPERACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO TEJO (DODT)

DTCD

DIRECTOR-GERAL DA DISTRIBUIÇÃO TEJO (DGDT)
 Eng.º Francisco de la Fuente Sanchez

DIRECTORES Eng.º José Marcos da Silva
 Dr. Manuel Lopes Agostinho
 Eng.º Manuel Luís Norton Brandão

Órgãos de Apoio (OA)

CENTRO DISTRIBUIÇÃO ABRANTES (DTABT) Eng.º António Valente de Matos	CENTRO DISTRIBUIÇÃO PORTALEGRE (DTPPTG) Eng.º António Mendes Aleixo
CENTRO DISTRIBUIÇÃO CASTELO BRANCO (DTCTB) Eng.º António Oliveira Chaleira	CENTRO DISTRIBUIÇÃO SANTARÉM (DTSTR) Eng.º António Valente de Matos
CENTRO DISTRIBUIÇÃO LISBOA (DTLSB) Eng.º Jorge Albuquerque Coelho	CENTRO DISTRIBUIÇÃO TORRES VEDRAS (DTTVD) Eng.º Manuel Silvestre
CENTRO DISTRIBUIÇÃO OESTE (DTOET) Eng.º Manuel Alexandre S. Miguel Oliveira	CENTRO DISTRIBUIÇÃO VALE DO TEJO (DVTVJ) Eng.º Adelino Lobato Correia

DIRECÇÃO OPERACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO SUL (DODS)

DSCD

DIRECTOR-GERAL DA DISTRIBUIÇÃO SUL (DGDS)
 Dr. André d'Orey Velasco

DIRECTORES Dr. Carlos Oliveira Piachó
 Eng.º Joaquim Araújo Rangol
 Eng.º Júlio de Barros

Órgãos de Apoio (OA)

CENTRO DISTRIBUIÇÃO ALGARVE (DSALG) Eng.º Armando Fernandes Bernardo	CENTRO DISTRIBUIÇÃO EVORA (DSEVR) Eng.º Rubens Marruaz Seixas
CENTRO DISTRIBUIÇÃO ALMADA (DSALM) Eng.º José Rezende Nascimento	CENTRO DISTRIBUIÇÃO SETÚBAL (DSSTB) Eng.º Manuel Correia Minderico
CENTRO DISTRIBUIÇÃO BEJA (DSBJA) Eng.º António Augusto Alves	

**I - RELATÓRIO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**

INTRODUÇÃO

SÚMULA

O exercício de 1990 confirmou a tendência de recuperação económica e financeira iniciada em 1989, na sequência das medidas tomadas de natureza interna e externa. Nestas relevaram-se os diplomas legais que expressavam, em síntese, a vontade política de solucionar os problemas da Empresa e cuja resolução impunha, com efeito, a adopção de medidas que extravasavam a sua capacidade de intervenção.

Assim, foi possível registar resultados líquidos positivos superiores a 10 milhões de contos, depois do reforço das provisões, e após a realização de uma dotação adicional de 6 milhões de contos para o Fundo de Pensões e da anulação do déficite da Correção de Hidraulicidade que se vinha relevando no balanço da Empresa.

No domínio financeiro conteve-se, em geral, o agravamento da dívida de clientes, se bem que continuassem por resolver as dívidas mais volumosas das Autarquias, em relação às quais continuou a funcionar o mecanismo de retenção do FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro. O passivo de financiamento da Empresa continua a ter um peso considerável, mas inverteu-se pela primeira vez, o sentido da evolução que se vinha observando nos últimos anos, reduzindo-se em cerca de 19 milhões de contos, apesar do investimento do ano ter ultrapassado os 100 milhões de contos. Esta evolução só foi possível por se ter gerado um cash-flow no ano de 120,7 milhões de contos, incluindo a amortização do déficite da Correção de Hidraulicidade no montante de 35,5 milhões de contos.

Os resultados alcançados foram positivamente influenciados pelo excelente comportamento do escudo, pelo forte crescimento da procura, que compensou um acréscimo tarifário inferior à inflação (11,8%), e pela contenção dos preços médios dos combustíveis, apesar do agravamento do final do ano.

O sistema produtor pôde contar durante todo o ano com os quatro grupos da Central de Sines (o 4.º tinha entrado em funcionamento já na parte final de 1989) e aumentou-se a potência da Central de Freigil.

A construção do empreendimento hidroeléctrico do Alto do Lindoso com uma potência de 634 MW, prosseguiu em bom ritmo, prevendo-se a sua entrada em serviço experimental em 1992.

Continuaram a desenvolver-se, de acordo com os cronogramas previstos, os aproveitamentos do Touvedo, Pracana, Caldeirão, Sabugueiro II e Miranda II.

No domínio das centrais termoeléctricas realce para a construção do grupo I da Central do Pego, cujo processo de aprovisionamento, fabrico e montagem do equipamento, permitiu o cumprimento da data-chave - 26 de Maio de 1990 - correspondente à elevação do respectivo barrilete.

Com início em Abril foram desenvolvidas as actividades necessárias à preparação de uma consulta destinada à selecção de candidatos à construção, montagem e operação de uma central de ciclo combinado a gás natural.

Na rede de transporte e interligação destaca-se a conclusão das subestações de Recarei e Trajouce e a entrada em serviço da linha de muito alta tensão (400 kV) entre Recarei e Rio Maior.

Manteve-se, a política de reforço do investimento nas redes de distribuição, no sentido da redução de perdas ou para proporcionar melhores índices de qualidade de serviço aos clientes.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E ENERGÉTICA

Em 1990 o consumo de energia eléctrica cresceu 6,6% em relação ao ano anterior, situando-se as necessidades do mercado em 25 156 GWh. O sistema produtor respondeu a esta exigência com um aumento de potência instalada, com uma melhoria assinalável do grau de disponibilidades das centrais e com um incremento do nível de eficiência.

A componente termoeléctrica na repartição da produção atingiu 65% do total dada a ocorrência de um regime hidrológico relativamente seco — 22% mais gravoso do que a média. De notar que não se registaram no ano importações significativas.

As aquisições de combustíveis atingiram 6,4 milhões de toneladas equivalentes de carvão, no montante de 58,6 milhões de contos, ou seja, menos 7% que em 1989 em valor, mas mais 5,3% em quantidade. De notar o incremento do peso do carvão importado que contribuiu com 59% contra 45,8% do ano de 1989.

Na linha do cumprimento dos objectivos orçamentais continuou a política de desinvestimento de bens não necessários à actividade principal da Empresa e reduziu-se em mais de 5% o número de efectivos existente no início do ano, sem conflitualidade social e sem menosprezar a recomposição dos recursos humanos face às necessidades da Empresa.

Finalmente importa realçar a implementação progressiva em 1990 de uma filosofia de gestão centrada na criação de centros de resultados, promovendo-se por esta via, uma significativa mudança de mentalidades e de empenhamento dos vários níveis organizacionais, no contexto de uma cultura mais empresarial de gestão.

Âmbito Internacional

A actividade económica mundial apresentou uma forte desaceleração em 1990, com um acréscimo no Produto de apenas 1%; este comportamento resultou essencialmente da queda verificada no nível de actividade dos países da Europa Central e Oriental (−9%), a par de um decréscimo, ainda que moderado (−0,7%), na América Latina.

Por outro lado, o crescimento da economia dos Estados Unidos ficou bastante aquém das taxas observadas nos últimos 7 anos, tendo passado de um acréscimo médio anual de 4% para 1% em 1990. Este facto determinou uma queda no crescimento macroeconómico da OCDE para uma taxa inferior a 3% apesar do comportamento favorável do Japão, em que o Produto cresceu cerca de 6%.

No seio da Comunidade Económica Europeia, assistiu-se também a um abrandamento no ritmo de crescimento económico com um acréscimo de 2,9% no Produto Interno Bruto (PIB). Este abrandamento resultou da queda observada no crescimento real da Procura Interna, de 3,6% em 1989 para 3,0% em 1990, determinada pelo comportamento da Formação Bruta de Capital Fixo, cujo crescimento terá ficado aquém dos 4,5%, depois de um crescimento médio de 7% ao ano nos 3 anos anteriores.

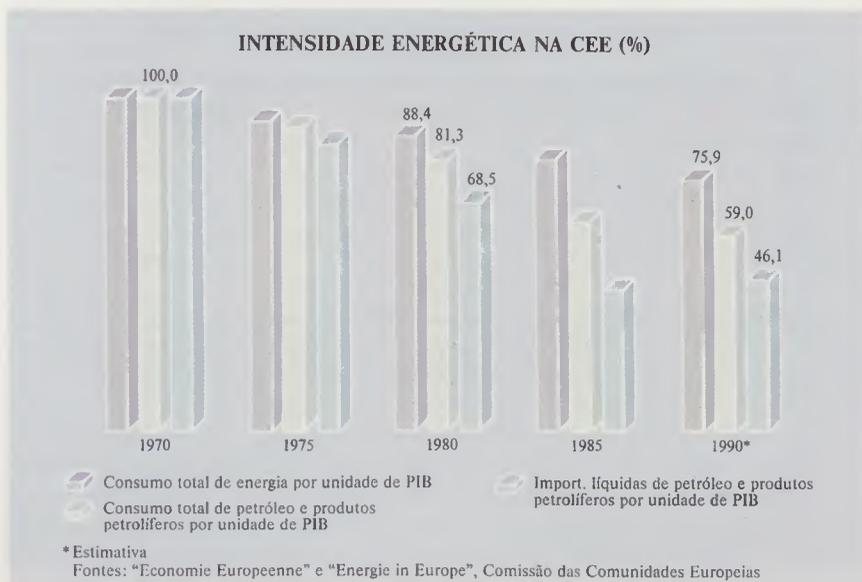
Apesar do abrandamento no crescimento do PIB, o emprego na Comunidade continuou a aumentar, o que permitiu uma nova redução na taxa de desemprego para 8,5% da população activa.

No entanto, a taxa de inflação continuou a aumentar, tendo ultrapassado já os 5%. Este facto resultou essencialmente da forte evolução dos custos salariais, uma vez que o efeito do crescimento dos preços do petróleo foi compensado pela queda da taxa de câmbio do dólar.

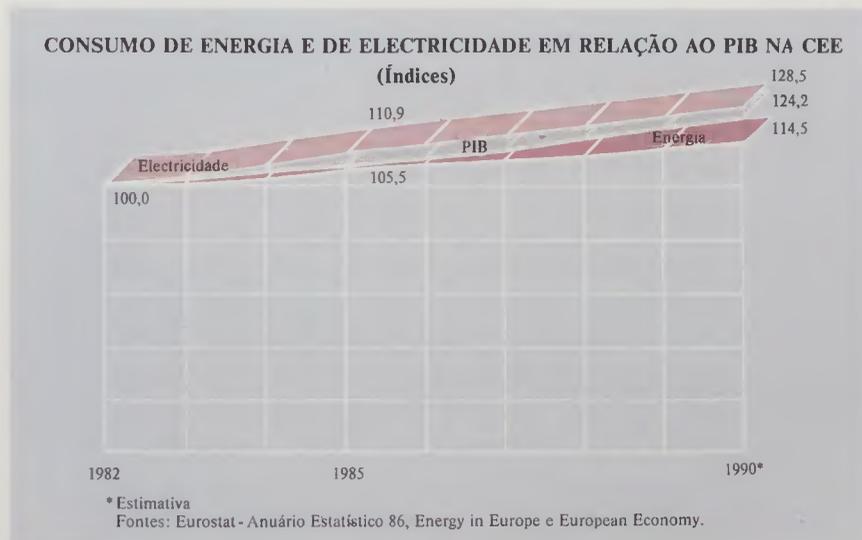
Embora o ano de 1990 tenha ficado marcado pelo surgimento de um novo choque provocado pela subida do preço do petróleo, na parte final do ano

é importante notar que, para além da evolução favorável até agora registada nas taxas de câmbio do dólar, a amplitude do choque foi também amortecida pela redução na dependência dos produtos petrolíferos, que o conjunto da Comunidade conseguiu levar a cabo nos últimos anos.

O gráfico junto mostra que o sucesso na redução da intensidade energética da CEE, nas duas últimas décadas, se reflectiu quer no consumo quer nas importações líquidas de produtos petrolíferos. Importa no entanto notar que a partir de 1985 se inverteu a tendência decrescente que se vinha observando na evolução da dependência energética da Comunidade.

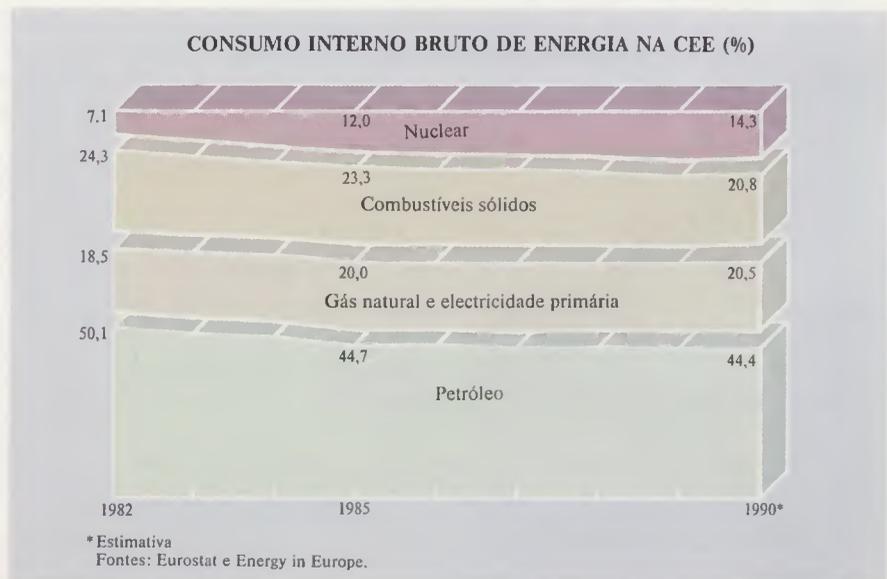


O ano de 1990 veio confirmar as tendências recentes em termos de consumo energético. Assim, assistiu-se a um acréscimo de cerca de 2% no consumo total de energia, com um crescimento mais rápido no consumo de electricidade (superior a 3%), o que determinou um novo acréscimo da proporção da electricidade no consumo final de energia.

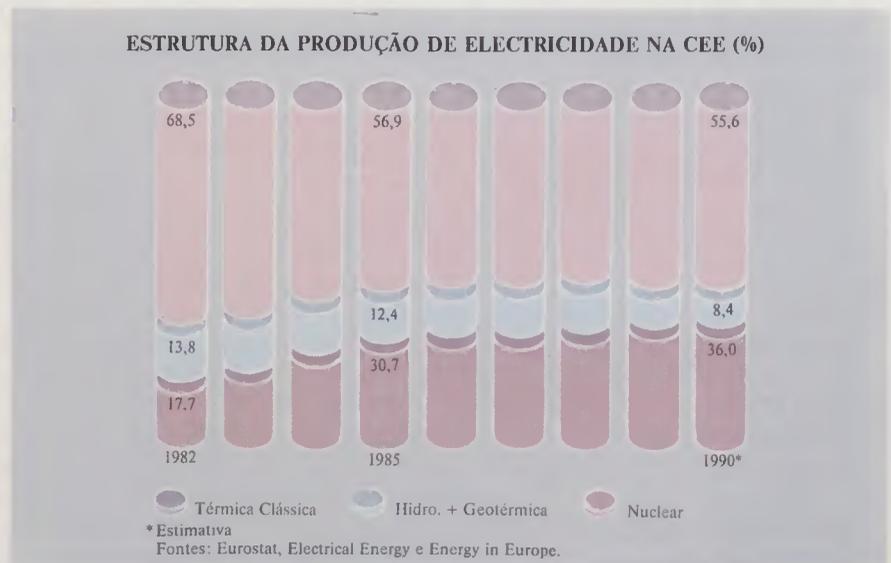


O gráfico anterior mostra que, enquanto o consumo de electricidade tem apresentado um acréscimo paralelo ao do PIB, a partir de 1985 o consumo energético global tem evoluído mais lentamente que o nível de actividade económica da Comunidade.

Este facto resultou essencialmente da aplicação de políticas de economia de energia desencadeadas pelos elevados choques petrolíferos, a par da reestruturação da actividade produtiva, cada vez mais orientada para a aplicação de novas tecnologias.



Neste contexto, do ponto de vista da oferta, tem vindo a verificar-se uma redução progressiva na contribuição do petróleo para o consumo interno bruto de energia na CEE, a par duma tendência crescente no peso da energia nuclear. Por outro lado, parte da redução na contribuição dos combustíveis sólidos tem sido compensada por acréscimos no consumo de gás natural.



No caso específico da oferta de electricidade, assistiu-se em 1990 a uma estabilização da contribuição da produção nuclear para a produção total, na proporção atingida em 1989 (cerca de 36%). Por outro lado, o baixo índice de hidraulicidade em 1990 manteve a produção hídrica em níveis inferiores à média. Assim, a produção térmica clássica continuou a assegurar mais de metade da produção de electricidade.

Âmbito Nacional

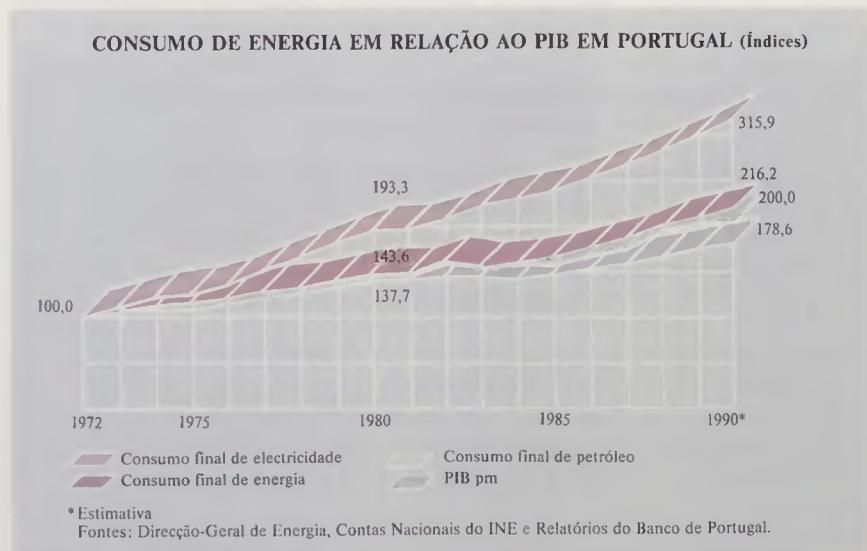
Em 1990, a economia portuguesa continuou a crescer a bom ritmo: o crescimento do Produto Interno Bruto foi cerca de 4%, valor que se enquadra numa taxa média anual de 4,4% no último quinquénio.

O acréscimo verificado no nível de actividade económica resultou essencialmente da evolução da procura interna, cujo nível ultrapassou o do ano anterior em cerca de 5,5%. Por outro lado, o crescimento das exportações (cerca de 13% em volume) foi ultrapassado pelo acréscimo nas importações (cerca de 15%), induzido pela forte dinâmica da procura interna. Com efeito, assistiu-se em 1990 a uma aceleração do crescimento do consumo privado e da Formação Bruta de Capital Fixo, cujos crescimentos reais foram de 4,5% e 10%, respectivamente.

O dinamismo da procura interna, associado a uma elevada utilização da capacidade produtiva, conduziram à continuação da subida dos preços, tendo a taxa de inflação ultrapassado os 13%. Por outro lado, o baixo nível atingido pela taxa de desemprego implicou também alguma pressão sobre os salários.

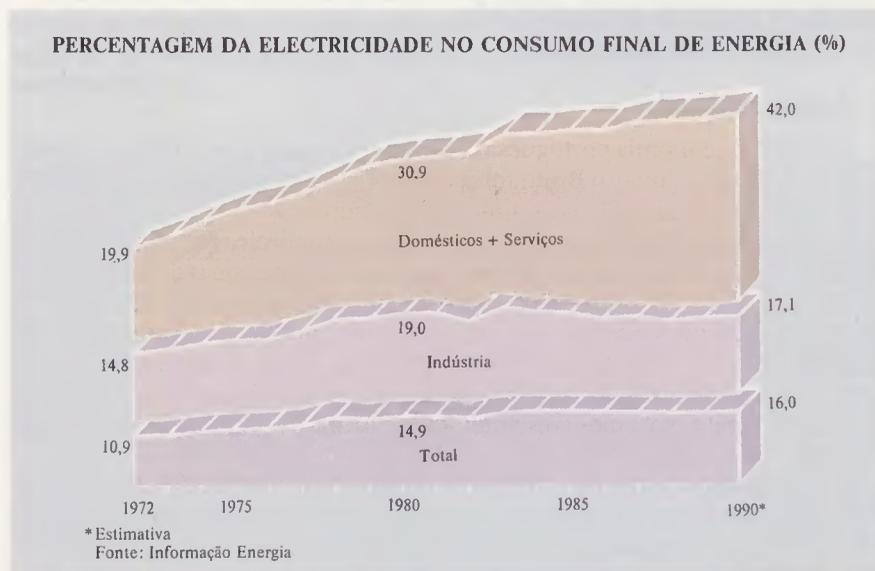
O crescimento da actividade económica determinou um novo acréscimo no consumo energético do país. Conforme ilustrado no gráfico seguinte, o consumo de energia em Portugal tem aumentado mais rapidamente que o Produto Interno Bruto, o que representa um agravamento da intensidade energética, medida pela relação entre o consumo de energia e o PIB.

Este facto está de certo associado ao processo de industrialização que em Portugal ocorreu mais tarde que nos restantes países europeus.



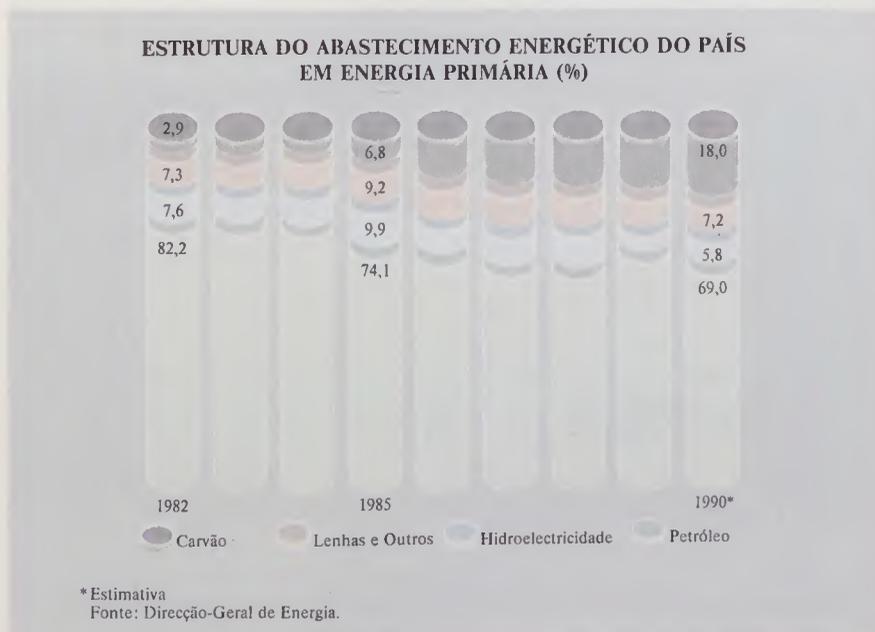
Por outro lado, a crescente penetração da electricidade no consumo global de energia está na linha das tendências observadas no conjunto da CEE.

O gráfico seguinte mostra que, em Portugal, a percentagem da electricidade no consumo final de energia é particularmente elevada no caso dos subsectores residencial e dos serviços.



Relativamente à oferta de energia, assistiu-se em 1990 a um novo acréscimo na contribuição do carvão, essencialmente determinado pelo funcionamento do quarto grupo da central termoeléctrica de Sines, cuja entrada em serviço ocorreu no final de 1989.

Assim, apesar das condições hidrológicas não terem permitido dispor da produção hidroeléctrica que teria ocorrido num ano médio, foi possível obter uma nova redução na dependência do país em relação ao petróleo.



A ACTIVIDADE EMPRESARIAL

Política Comercial

A política comercial centrou-se na procura sistemática de melhor satisfação das necessidades e anseios dos clientes da Empresa, traduzindo-se na preocupação de melhoria da qualidade do serviço em todas as actividades associadas ao fornecimento de energia eléctrica.

Numa perspectiva de abertura da Empresa ao exterior e de aproximação ao cliente, dedicou-se particular atenção à revisão da legislação de enquadramento da actividade, à formação do pessoal afecto ao atendimento e a uma progressiva harmonização dos procedimentos comerciais.

Assim, concluiu-se o Contrato-tipo de Compra de Energia a Produtores Independentes e a proposta legislativa sobre fraudes que vieram a ser publicadas em Diário da República durante o ano, tendo-se analisado também a proposta de revisão das Condições Gerais de Venda de Energia Eléctrica em Alta e Média Tensão.

Prosseguiu por outro lado a implementação do novo Sistema de Gestão Comercial (SEGEC) que se espera melhore qualitativamente o atendimento e a gestão de todos os serviços nesta área e possibilite uma relação mais personalizada e integrada com os clientes.

A Utilização Racional de Energia (URE), sendo um objectivo de âmbito Comunitário, mereceu também uma atenção especial da parte da Empresa. Além das numerosas acções de divulgação do Sistema Tarifário — ele próprio um forte instrumento de racionalização — a EDP participou em diversas iniciativas dirigidas à actividade empresarial. Tem de destacar-se, pelo seu reconhecido êxito, o Prémio EDP, também ele enquadrado na política URE da UNIPEDE, através do prémio *UNIPED ETA AWARD* — destinado a galardoar empresas que se distinguem na adopção de processos ou medidas tendentes à racionalização e valorização dos recursos energéticos.

Destaca-se, ainda, neste domínio a continuação da cooperação com o Centro para a Conservação da Energia, através de acções de formação de técnicos da Empresa, estudos sobre URE na Indústria e Serviços e a preparação de suportes destinados à sensibilização de segmentos da clientela, além da participação da EDP no Grupo de Trabalho para a elaboração do Plano Nacional de acções a integrar no Programa de Acção Comunitário para aumentar a eficiência da utilização racional da electricidade (Programa PACE).

Prosseguiu-se com a política de rigor na cobrança da facturação corrente, promovendo-se o pagamento dos consumos de electricidade dentro dos prazos, bem como a progressiva normalização do cumprimento das obrigações em atraso.

Na área das modalidades de pagamento, foi possível aumentar a diversificação das soluções colocadas à disposição dos clientes com a introdução do sistema multibanco, inserido na campanha de sensibilização e divulgação do conjunto de opções disponíveis (transferência bancária, multibanco, estações dos CTT, balcões e agentes da EDP, além do cheque ou vale postal).

Sistema Tarifário

Revisão do sistema tarifário

Em 19 de Janeiro foi ratificada a Convenção reguladora do tarifário para 1990, assinada entre a EDP e a Direcção-Geral de Concorrência e Preços; esta

RELAÇÕES COM OS CLIENTES

Convenção contemplou para além da actualização das tarifas, alguns ajustes nas regras e no clausulado de aplicação.

Destes ajustes destacam-se: a definição de horários com ciclo semanal — em alternativa ao horário de ciclo diário —, em que o fim de semana é considerado quase na integridade como período de vazio; a promoção da tarifa bi-horária de baixa tensão pelo aumento da diferenciação entre as taxas de energia de vazio e fora de vazio; a criação de uma tarifa sazonal tri-horária para potências contratadas compreendidas entre 26,4 e 39,6 kVA; a extensão da tarifa sazonal simples aos escalões de 16,5 e 19,8 kVA; a definição do mês de Setembro como data de início de aplicação das novas regras de facturação de energia reactiva, bem como, a explicitação das taxas de energia reactiva.

Acréscimos tarifários

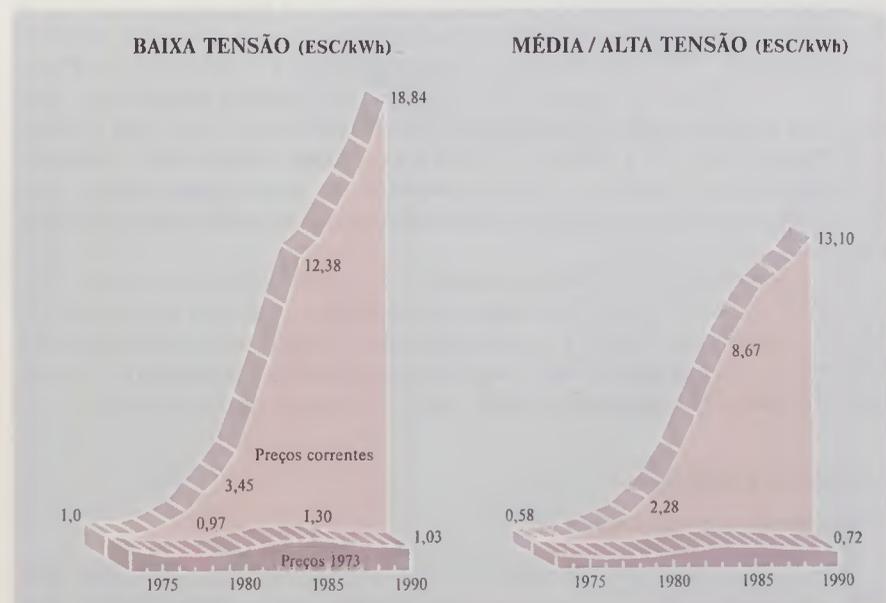
Nesta Convenção relativa às tarifas a vigorar em 1990, foi acordado um acréscimo médio global de 11,8 %, diferentemente distribuído pelos diversos agrupamentos tarifários e pelas diversas taxas correspondentes a cada agrupamento, no princípio da correcção gradual possível das distorções da estrutura tarifária, evidenciada pela comparação com os custos marginais, bem como, pela comparação internacional de preços médios.

Assim, os maiores acréscimos incidiram nas tarifas de baixa tensão com potências contratadas compreendidas entre 6,6 e 19,8 kVA, bem como, em menor escala, na média e na muito alta tensão.

Por outro lado, foram também maiores os acréscimos percentuais nas taxas de potência que nas taxas de energia, nas tarifas de muito alta tensão e de baixa tensão para potências contratadas compreendidas entre 6,6 e 19,8 kVA.

Deu-se continuidade ao desenho de uma estrutura com uma maior diferenciação entre as diversas taxas, com particular incidência na diferenciação entre as taxas de energia de horas cheias e de vazio, procurando-se assim incentivar a transferência de cargas para as horas de vazio.

De salientar, que à semelhança do que tem vindo a acontecer desde 1984, se voltou a verificar um decréscimo dos preços médios em termos reais, como se pode verificar nos gráficos juntos, quer para a baixa, quer para a média/alta tensão.

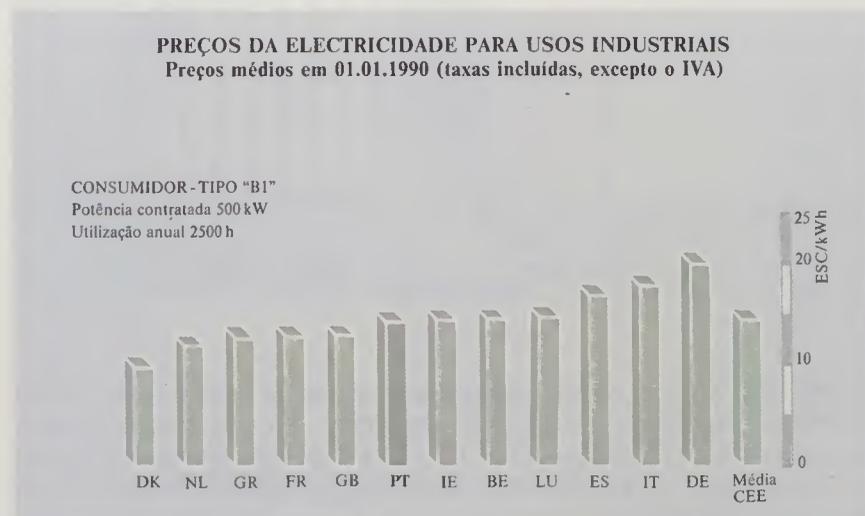
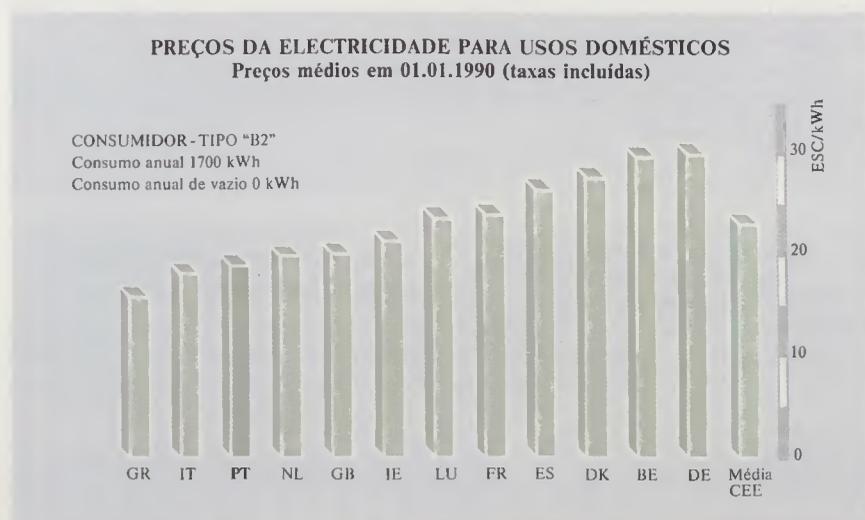


Comparação internacional

O posicionamento das tarifas portuguesas em 1 de Janeiro de 1990, relativamente aos restantes países da Comunidade Europeia, evidenciava, para os usos domésticos, uma posição privilegiada relativamente aos restantes países, em detrimento dum posicionamento relativo menos favorável das tarifas para usos industriais, nos fornecimentos em média, alta e muito alta tensão.

Assim, as tarifas para o consumidor doméstico-tipo português eram cerca de 18% inferiores à média dos restantes países, apresentando unicamente a Itália e a Grécia preços mais favoráveis. No gráfico seguinte, apresenta-se a comparação com base em um dos consumidores-tipo domésticos adoptados pela EUROSTAT e que se afigura como o mais próximo da realidade portuguesa.

Relativamente aos usos industriais – considerando o industrial-tipo português bem representado por um consumidor alimentado em média tensão, com uma utilização anual de potência de 2500 h – verifica-se ser o preço médio português cerca de 2,5% inferior à média da CEE e que mais de metade dos países apresentam preços superiores aos portugueses.



**Evolução dos consumos de electricidade;
Estrutura de repartição e número de clientes**

EVOLUÇÃO DOS CONSUMOS

	1989 (GWh)	1990 (GWh)	Variação (%)	Variação corrigida de temper. e dias úteis (%)
Consumo referido à produção	24 774	26 353	+ 6,4	+ 6,1
Consumo referido à emissão	23 595	25 156	+ 6,6	+ 6,2

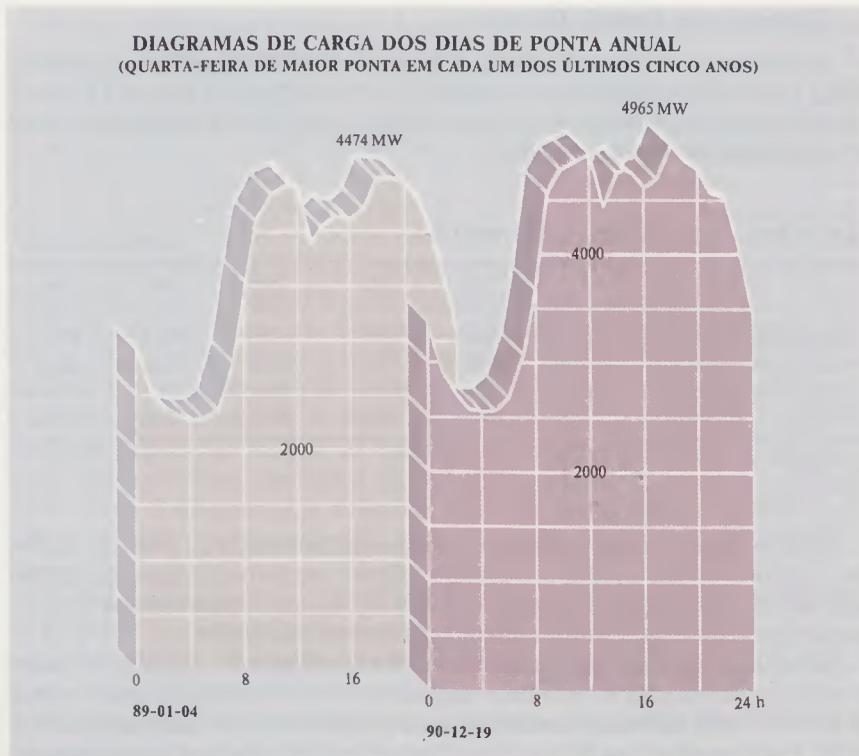
No ano de 1990 o consumo de energia eléctrica referido à produção apresentou um acréscimo de 6,4%. Efectuando as correcções correspondentes ao número de dias úteis e à temperatura, a taxa de evolução é de 6,1%.

Considerando, no entanto a emissão e não a produção, o que tem a vantagem de eliminar a influência do nível de hidraulicidade, devido às mais elevadas taxas de consumos próprios das centrais térmicas, obtém-se para 1990 um acréscimo de consumos de 6,6%.

Este acréscimo, da mesma ordem de grandeza do ano anterior, é ainda nitidamente superior ao verificado no quinquénio 1985-89, que foi em média cerca de 5,5% ao ano.

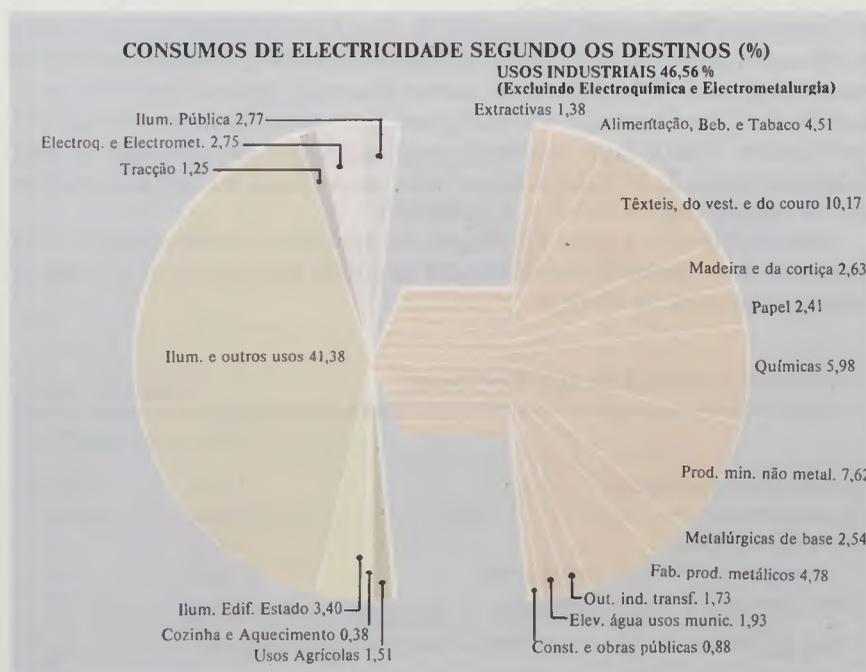


Em 1990, a ponta anual, considerando apenas as quartas-feiras, foi de 4965 MW e registou-se no dia 19 de Dezembro. No ano anterior a ponta tinha-se verificado em Janeiro com o valor de 4474 MW tendo portanto havido uma variação de 11,0%. A ponta máxima do ano foi de 5033 MW e verificou-se no dia 18 de Dezembro.



Repartição dos consumos

Quanto à repartição dos consumos de electricidade segundo os destinos, o fornecimento para usos industriais representa cerca de metade da electricidade fornecida directamente aos consumidores, continuando a notar-se um mais intenso crescimento de consumo no sector dos *Serviços*.



Facturação de Energia Eléctrica

A facturação da energia eléctrica atingiu em 1990 o montante global de 340,2 milhões de contos, correspondendo 159,4 milhões de contos a fornecimentos de energia em muito alta, alta e média tensão e 180,8 milhões de contos a fornecimentos em baixa tensão.

FACTURAÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA (a)	milhões de contos				
	1986	1987	1988	1989	1990
Fornecimentos em MAT/AT/MT	109,9	119,3	128,9	141,9	159,4
Fornecimentos em BT	81,7	101,5	123,0	150,0	180,8
TOTAL	190,7	220,8	251,9	291,9	340,2

(a) Incluindo o adicional para o ex-FAT e excluindo o IVA.

Relativamente ao ano anterior verificou-se um aumento de cerca de 16,5%, no montante da facturação. O aumento relativo aos fornecimentos em muito alta, alta e média tensão foi da ordem dos 12,3%, verificando-se nos fornecimentos em baixa tensão um aumento da ordem dos 20,5%.

De salientar a evolução do montante da facturação de energia em baixa tensão que, representando em 1985 cerca de 40% do total, correspondeu a cerca de 53% em 1990, reflectindo assim, quer os ajustamentos que ultimamente têm vindo a ser introduzidos na estrutura do sistema tarifário, quer o mais intenso crescimento dos consumos domésticos e dos serviços.

Cobrança e Recuperação de Dívidas em Atraso

O montante dos créditos sobre clientes continua a constituir um dos graves problemas que a Empresa tem vindo a enfrentar. A EDP continuou, portanto, a dedicar particular atenção ao assunto prosseguindo, durante o ano, a política de rigor na cobrança da facturação.

No final de 1990, o total dos créditos da Empresa resultantes de facturações por fornecimento de energia eléctrica, incluindo juros de mora por atrasos de pagamento, era de 222,6 milhões de contos. Este montante corresponde a cerca de 65% da facturação de electricidade, valor que, continuando a ser altamente preocupante, traduz uma melhoria animadora, por corresponder a uma redução de cerca de 10% face à situação que se verificava no final do ano anterior na relação entre a dívida e a facturação.

Neste domínio, a grande diversidade de situações, a natureza das acções desenvolvidas e os resultados alcançados justificam análise separada de alguns grandes conjuntos de clientes.

DÍVIDAS DE CLIENTES DE ELECTRICIDADE	milhares de contos	
	1989	1990
Estado e Organismos Oficiais	5 022,2	4 454,9
Autarquias Locais	135 940,5	134 310,3
Outros Distribuidores	1 167,3	1 195,1
Sector Empresarial Público e Nacionalizado	12 090,6	13 138,6
Sector Empresarial Privado e Particulares	66 986,4	69 475,3
TOTAL	221 207,0	222 574,2

No que respeita às Autarquias Locais, no ano de 1990 registou-se a celebração de alguns protocolos de regularização das dívidas e a tomada de decisões que contribuíram para a clarificação do relacionamento com a EDP. Apesar da atenção dedicada à regularidade de pagamento dos fornecimentos correntes, o montante global da dívida dos Municípios à EDP, no final do ano, ainda atingia um valor da ordem dos 134 milhões de contos. Através do mecanismo de retenção de verbas do FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro - foram recebidos cerca de 1,8 milhões de contos - representando apenas cerca de 1,3% do montante global da dívida e duma maneira geral verificou-se o pagamento atempado das prestações da dívida vencida por parte das Autarquias que têm vindo a estabelecer acordos de regularização com a EDP. Apesar disso a dívida apenas se reduziu ligeiramente (pouco mais de 1 milhão de contos) sendo certo que se tem mantido a política de rigor das cobranças dos fornecimentos correntes. A situação explica-se pelo não pagamento integral da energia fornecida à Unidade de Exploração EDP - Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto - que tem como causa fundamental a diferença ainda existente entre o tarifário aplicado e o tarifário convencionado com a Direcção-Geral de Concorrência e Preços.

Note-se, entretanto, que a dívida das Autarquias está subavaliada nas contas da Empresa por não reflectir ainda a globalidade das responsabilidades que serão determinadas à medida que se concretizarem soluções de regularização com as Autarquias ainda sem acordo.

Relativamente às dívidas do Estado e dos Organismos Oficiais verificou-se uma redução de cerca de 600 mil contos em relação ao ano anterior.

No Sector Empresarial Público e Nacionalizado, verificou-se um agravamento do valor da dívida da ordem de 1 milhão de contos, tendo-se, no entanto, registado a celebração de um acordo de regularização de dívida com um consumidor que, só por si, representa cerca de 50% do total deste grupo, o que faz prever uma próxima melhoria da situação.

No Sector Empresarial Privado e Particulares, registou-se um aumento da dívida total em cerca de 2,5 milhões de contos. Não tendo havido quaisquer desvios à política de rigor das cobranças da facturação corrente, este agravamento ficou a dever-se, quer a uma aproximação efectiva aos prazos legais de cobrança, quer ao acréscimo normal dos valores de facturação.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DOS CLIENTES DE ELECTRICIDADE

%

	Variação em relação a 1988	Repartição por classes de clientes	
		1989	1990
Estado e Organismos Oficiais	- 14,3	2,3	2,0
Autarquias Locais	- 1,2	61,4	60,4
Outros Distribuidores	2,4	0,5	0,5
Sector Empresarial Público e Nacionalizado	8,7	5,5	5,9
Sector Empresarial Privado e Particulares	3,7	30,3	31,2
TOTAL	0,6	100,0	100,0

No quadro anterior há a assinalar o valor expressivo (cerca de 60%) que a dívida das Autarquias representa, ainda, no montante global da dívida à EDP.

Relações com os Municípios

As relações com os Municípios durante o ano de 1990 foram ainda marcadas pelas modificações de natureza legal introduzidas com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/89 e pelos Decretos-Lei n.º 103-B/89 e 103-C/89, de 04 de Abril.

Recorda-se que o Decreto-Lei n.º 103-B/89 estabeleceu as condições tendentes à regularização das dívidas acumuladas dos Municípios à EDP, remetendo as partes para uma negociação directa com vista à obtenção de um acordo. Durante o ano foram celebrados mais alguns protocolos de regularização das dívidas reportadas a 31-12-88, verificando-se mesmo, em alguns casos, a liquidação da dívida atrasada.

Assim, apenas com 25 Municípios não havia sido possível, no final do ano, estabelecer acordo, pelo que se encontrava accionado o mecanismo alternativo, legalmente previsto, de retenção de verbas. No entanto, é nestes 25 Municípios que se concentra uma proporção elevada da dívida global, sobressaindo neste conjunto, pela expressão das respectivas dívidas, os Municípios da área do Grande Porto.

A esta estratégia de confirmação da dívida acumulada até 31-12-88 e de criação de condições para a sua regularização, acrescem as acções de regularização do relacionamento institucional entre a EDP e cada um dos Municípios, tendo sido celebrados, em 1990, 41 contratos de concessão. Assim, no final do ano, encontravam-se já celebrados, ao abrigo da legislação em vigor, contratos de concessão abrangendo 252 Municípios.

EXPLORAÇÃO

Produção de Electricidade

Potência instalada

No equipamento térmico, depois de em 1989 ter entrado em serviço o quarto grupo gerador da central de Sines, consumindo carvão importado, com uma potência de 308 MW, no ano de 1990 apenas se verificou o aumento de potência deste grupo e também do grupo I para 314 MW, após ensaios realizados e pequenas modificações tendo em vista aquele objectivo.

No que se refere ao equipamento hidráulico, há a referir a conclusão da remodelação da central de Freigil, situada no rio Cabrum, afluente da margem esquerda do Douro, cuja potência subiu de 1 para 5 MW.

POTÊNCIAS INSTALADAS NO SISTEMA PRODUTOR EM 31 DE DEZEMBRO MW

Ano	Hidráulica	Térmica	Total
1978	2268	1132	3400
1979	2268	1382	3650
1980	2268	1632	3900
1981	2448	1632	4080
1982	2549	1965	4514
1983	2745	2299	5044
1984	2778	2299	5077
1985	2813	2599	5412
1986	2883	2899	5782
1987	2957	3199	6156
1988	3030	3199	6229
1989	3065	3535	6600
1990	3069	3555	6624

PRODUÇÃO E EMISSÃO DE ELECTRICIDADE

Centrais	1989 (GWh)		1990 (GWh)		Variação (%)	
	Produção	Emissão	Produção	Emissão	Produção	Emissão
Tapada do Outeiro	608,2	541,3	541,9	484,3	-10,9	-10,5
Carregado	4 136,3	3 913,1	2 486,8	2 332,1	-39,9	-40,4
Barreiro	235,7	207,2	196,4	170,2	-16,7	-17,9
Setúbal	6 015,0	5 707,2	5 310,2	5 032,0	-11,7	-11,8
Sines	6 980,4	6 532,2	8 744,6	8 233,3	25,3	26,0
Alto de Mira	0,6	-0,8	0,3	-4,2	-50,0	425,0
Tunes	2,5	1,9	1,0	0,4	-60,0	-78,9
TOTAL	17 978,7	16 902,1	17 281,2	16 248,1	- 3,9	- 3,9

CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS

Centrais	1989 (kt)			1990 (kt)			Variação (%)		
	Carvão	Fuel	Gasóleo	Carvão	Fuel	Gasóleo	Carvão	Fuel	Gasóleo
Tapada do Outeiro	318,2	82,9	-	258,6	71,4	-	-18,7	-13,9	-
Carregado	-	966,0	-	-	585,9	-	-	-39,3	-
Barreiro	-	60,9	-	-	55,9	-	-	- 8,2	-
Setúbal	-	1336,9	-	-	1181,8	-	-	-11,6	-
Sines	2400,7	10,9	-	2999,9	6,0	-	25,0	-45,0	-
Alto de Mira	-	-	0,2	-	-	0,2	-	-	-
Tunes	-	-	0,9	-	-	0,5	-	-	-44,4
TOTAL	2718,9	2457,6	1,1	3258,5	1901,0	0,7	19,8	-22,6	-36,4

Produção hidráulica

Como se referiu já, as aflúncias ao sistema produtor hidroeléctrico no conjunto do ano de 1990 foram muito inferiores à média. O coeficiente de produtibilidade hidroeléctrica anual situou-se em apenas 0,78, com uma probabilidade de 82% de ser excedido.

O quadro seguinte apresenta os valores mensais do coeficiente de produtibilidade e também os valores do período anual, quer para o ano hidrológico quer para o ano civil.

AFLUÊNCIAS AO SISTEMA HIDROELÉCTRICO

Coef. prod. hidroeléctrica

Nov. 89	1,04
Dez. 89	1,88
Jan.	1,26
Fev.	1,21
Mar.	0,65
Abril	0,55
Maio	0,35
Jun.	0,41
Jul.	0,60
Ago.	0,65
Set.	0,64
Out.	1,09

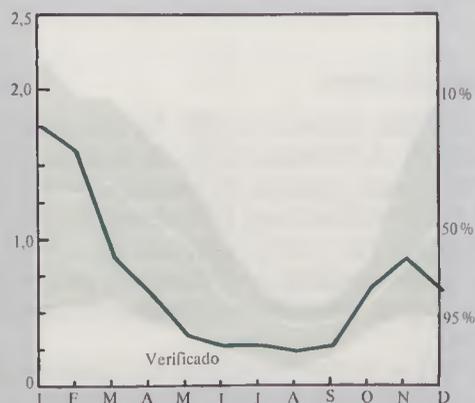
Ano hidrológico 89/90 0,94

Nov. 0,91

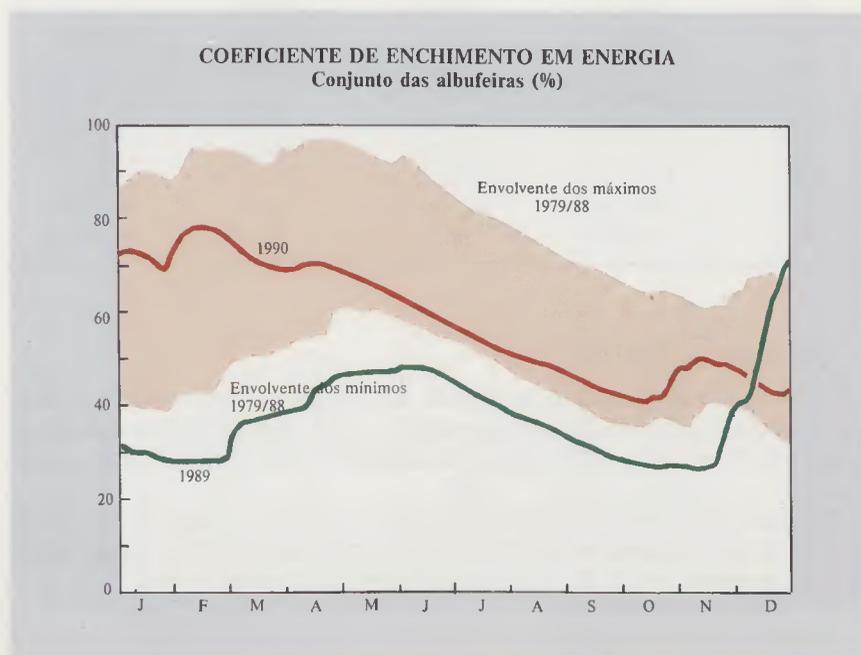
Dez. 0,53

Ano civil 1990 0,78

Curvas de probabil. de serem excedidas (TWh)



A evolução mensal das afluências ao sistema hidroeléctrico da EDP enquadrada na banda de 10% a 95% de probabilidade de serem excedidas, permite concluir que, após os meses de Janeiro e Fevereiro muito favoráveis, as afluências durante a maior parte do ano foram bastante desfavoráveis.



O armazenamento no conjunto das albufeiras, que no início do ano era relativamente elevado (72,3%), devido às afluências anormalmente elevadas ocorridas no final do ano anterior, veio a atingir o valor máximo do ano (78,3%) em 11 de Fevereiro, após o que se iniciou o desarmazenamento progressivo até um mínimo de 41,0% em 13 de Outubro. As afluências acima da média ocorridas em Outubro levaram a alguma subida do armazenamento, vindo a atingir-se o final do ano com 44,1%.

Importação de Energia Eléctrica

O movimento físico das trocas de energia com o estrangeiro durante o ano de 1990 conduziu a um saldo importador de 37,1 GWh.

A energia efectivamente comprada em Espanha com pagamento em divisas foi de apenas de 47,8 GWh. Durante o período de afluências muito elevadas ocorrido no início do ano venderam-se a Espanha 21,0 GWh. Recordar-se que no ano anterior se haviam comprado 1211,7 GWh.

A enorme redução no quantitativo da energia comprada em 1990 resultou de terem sido muito reduzidas as ofertas a preço competitivo com o custo da nossa produção térmica a fuelóleo.

Para além das compras e vendas de energia eléctrica efectuaram-se como habitualmente, ao longo do ano, diversas trocas em espécie com interesse mútuo.

PRODUÇÃO ANUAL DE ENERGIA ELÉCTRICA

GWh

Ano	Hidráulica	Térmica	Saldo importador	Total
1979	11 106,30	3 971,40	(202,70)	14 875,00
1980	7 947,10	6 166,90	1 827,60	15 891,60
1981	4 991,00	7 654,40	3 059,70	15 705,10
1982	6 866,20	7 266,90	2 968,60	17 101,70
1983	8 011,30	8 744,20	1 315,70	18 071,20
1984	9 748,80	8 334,10	711,60	18 794,50
1985	10 703,30	6 838,70	2 245,80	19 787,80
1986	8 421,70	10 272,50	1 885,10	20 579,30
1987	9 061,50	9 408,40	3 024,40	21 494,30
1988	12 167,25	8 444,90	2 390,10	23 002,25
1989	5 966,86	17 978,64	1 164,55	25 110,05
1990	9 185,98	17 281,21	37,12	26 504,30

Qualidade de Serviço

A energia não fornecida pela Rede de Produção, Transporte e Interligação totalizou 1581 MWh, correspondendo a um Tempo de Interrupção Equivalente de 32 m e 36 s, valor este sensivelmente inferior ao verificado no ano anterior.

Salienta-se que este Tempo de Interrupção Equivalente resultou em grande medida de um incidente excepcional ocorrido em 12 de Novembro que, só por si, correspondeu a 46% da energia não fornecida durante o ano.

Ano	T.I.E.	Ano	T.I.E.
1982	20 m 43 s	1987	21 m 45 s
1983	30 m 46 s	1988	24 m 14 s
1984	27 m 43 s	1989	57 m 23 s**
1985	50 m 42 s*	1990	32 m 36 s***

Após correcção de incidente excepcional: * 16 m 21 s
 ** 33 m 56 s
 *** 17 m 39 s

APROVISIONAMENTO E NORMALIZAÇÃO

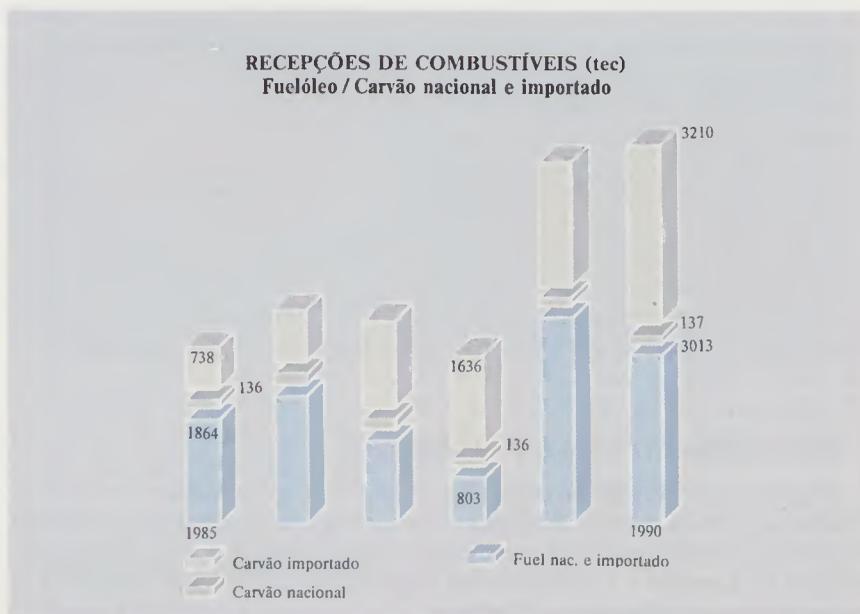
Combustíveis

O aprovisionamento de combustíveis em 1990 desenvolveu-se com normalidade, concretizando-se as aquisições em boas condições económicas e de qualidade, reflexo em parte do crescente conhecimento e consequente aproveitamento pela Empresa das condições oferecidas pelos mercados internacionais de combustíveis e de transportes.

As aquisições de combustíveis atingiram 6,4 milhões de toneladas equivalentes de carvão no montante de 58,6 milhões de contos, ou seja menos 7,0% que em 1989 em valor, mas mais 5,3% em quantidade. Este sentido decrescente dos preços médios foi, no entanto, contrariado no segundo semestre do ano pela crise do Golfo Pérsico que impôs uma generalizada subida dos preços dos combustíveis líquidos e pesados condicionamentos à sua contratação e transporte.

A desregulamentação do fuelóleo para a produção de energia eléctrica, a situação de preço do mercado internacional anterior a 2 de Agosto e a ocorrência dum nível de hidraulicidade relativamente baixo, conduziu a uma

estrutura de aprovisionamento de combustíveis muito próxima da do ano anterior, embora este ano com uma preponderância do carvão importado que contribuiu com 59% contra 45,8% em 1989.



Manteve-se a estratégia de aprovisionamento em 1990, procedendo-se a um aumento do nível de stocks, com o objectivo de fazer face a situações imprevisíveis decorrentes da situação criada pela crise no Golfo.

Na estrutura dos custos de aquisição é de realçar a participação dos transportes que ascendeu a 17% do total, no valor de 10,1 milhões de contos.

A gestão dos transportes e toda a logística associada continuam pois a ter um peso relevante na problemática dos aprovisionamentos, sobretudo quando a carga movimentada ultrapassa já os seis milhões de toneladas.

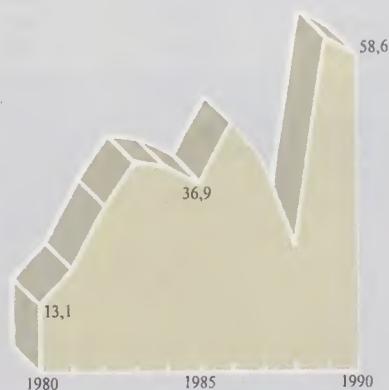
Algumas das limitações físicas impostas pelas condições portuárias, continuam ainda a afectar os custos de transporte. Alcançaram-se porém alguns resultados positivos, nomeadamente através das melhorias verificadas no porto de Setúbal pelas dragagens e balizagem efectuadas recentemente, que já permitem uma melhor utilização da capacidade dos navios, assim como da utilização da capacidade de armazenagem complementar na Banática (SHELL).

Concluiu-se entretanto com êxito o protocolo com o consórcio para a concessão pública de construção e exploração do porto de Sines, o qual deverá entrar em funcionamento em Maio de 1992 e virá alterar profundamente as opções de transporte e descarga de carvão para as Centrais de Sines e do Pego com significativas reduções no preço médio.

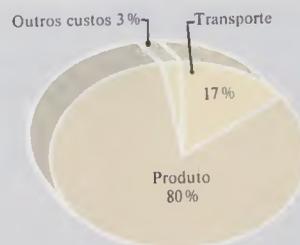
A experiência ganha no mercado internacional nos anos transactos permitiu a melhoria da qualidade do produto aprovisionado, quer pela imposição de limitações mais exigentes quer pela selecção das fontes de abastecimento. Todas as imposições qualitativas foram largamente cumpridas.

APROVISIONAMENTO DE COMBUSTÍVEIS

Importâncias pagas (Milhões de contos)



Estrutura de custos - 1990



Aprovisionamento Técnico e Administrativo

Durante o ano de 1990 prosseguiram as acções de aprovisionamento centralizado que pela sua relevância técnica ou económica, designadamente no sector da indústria eléctrica nacional, possibilitam o progressivo aumento da competitividade do mercado e a obtenção dos níveis de qualidade mais adequados às necessidades da actividade da Empresa.

Deste modo, foram efectuadas centralizadamente 74 adjudicações, tanto para fornecimentos pontuais durante o ano de 1990, como para fornecimentos programados em 1991 num montante global superior a 18 milhões de contos e desenvolvidas novas actividades no âmbito da garantia da qualidade dos fornecimentos efectuados.

Paralelamente, foram grandemente incrementadas as acções de qualificação de fornecedores, quer na vertente do mercado quer na da definição de procedimentos uniformes aplicáveis aos vários departamentos interessados, da Empresa.

Foi desenvolvida importante actividade de estabelecimento de codificação uniforme de artigos de armazém, imprescindível à plena utilização das potencialidades do Sistema Informático de Aprovisionamento em fase final de implementação na Empresa. Neste domínio foi ainda dada colaboração na especificação do módulo *Contratos de Fornecimento*, daquele sistema informático.

Em 1990 consolidou-se a aplicação do *Manual de Procedimentos para Aquisição de Produtos e Serviços Administrativos* e concluiu-se o estudo de informatização dos procedimentos inerentes ao mesmo, tendo a sua implementação ocorrido no início de 1991.

Pode dizer-se que os objectivos que presidiram à elaboração do *Manual* foram atingidos. Com efeito, uniformizaram-se e simplificaram-se os procedimentos das consultas e aquisições ao mercado na área administrativa tendo-se, em simultâneo, aumentado a transparência das operações e a responsabilidade dos intervenientes, e reduzido os custos administrativos e de aquisição. Os três níveis de contratação definidos (central, regional e local) constituíram um passo importante para a obtenção e manutenção de condições especiais de aquisição, em especial a nível de contratação central de produtos e serviços administrativos.

Normalização Técnica

A actividade da EDP em 1990, no âmbito da normalização técnica, consistiu principalmente no prosseguimento da elaboração de especificações funcionais, de características técnicas e de ensaios de materiais e equipamentos, tais como celas modulares e blocos de corte para postos de transformação, descarregadores de sobretensões, equipamentos para iluminação pública e corta-circuitos fusíveis.

Prosseguiram ainda ou foram iniciadas outras especificações de equipamentos como armários de distribuição, quadros de baixa tensão, postes de betão armado, postes de madeira, cabos secos de alta tensão, transformadores de tipo seco e apoios e aparelhagem de comando para iluminação pública.

Tiveram também continuidade as acções lançadas para sistematização da quantificação da qualidade de serviço técnico da EDP, assim como a elaboração de regras e procedimentos para montagens em redes.

No domínio dos Trabalhos em Tensão, houve participação nas acções de qualificação de fornecedores de serviços e aquisições de equipamentos.

Na área das Telecomunicações e Teleacções, são de realçar o início de estudos de reestruturação das redes de radiocomunicações VHF e UHF da EDP, para satisfazer novas necessidades, e um trabalho de harmonização de protocolos de comunicações para os sistemas de teleacção, assim como a revisão das especificações de rádios.

Cobertura de Riscos e Seguros

Desde 1989 que a Empresa possui todos os riscos (patrimoniais e pessoais) acautelados através de uma política de transferência dos mesmos para as seguradoras e de retenção de riscos (auto-seguros) na parte em que se possui capacidade financeira para o efeito.

Assim as Centrais Térmicas e Hídricas estão seguras contra riscos de incêndios, elementos da natureza (sismos, raio, etc.) e avaria de máquinas por valores de substituição com uma franquia de 50 000 contos por unidade. As Subestações e os edifícios (incluindo armazéns e seus recheios) estão seguros por valores de substituição contra riscos de incêndio e elementos da natureza com franquias de 50 000 e 1000 contos respectivamente.

Para cobertura das suas responsabilidades perante a comunidade em geral e os seus trabalhadores em particular, a Empresa possui também um seguro de responsabilidade civil de 20 milhões de contos com uma franquia de 100 mil contos, mantendo-se, naturalmente, os seguros de acidentes de trabalho e acidentes pessoais que beneficiam especificamente os trabalhadores.

Em 1990, e dado que a situação económica e financeira da Empresa melhorou significativamente, reforçou-se a *Provisão para Riscos* em 300 mil contos tendo o saldo desta conta passado para cerca de 500 mil contos. Este montante vai permitir em 1991 (ano em que terminam os contratos dos seguros patrimoniais que foram celebrados por 3 anos) que se aumentem as franquias com os inerentes benefícios na redução dos prémios de seguro.

Com o objectivo de se obterem melhores condições de contrato nos seguros patrimoniais, a Empresa implementou em 1990 uma gestão integrada dos riscos. Neste domínio iniciaram-se os trabalhos de reanálise das condições de prevenção e segurança e de determinação dos diferentes graus de risco em cada local, aspectos que se consideram fundamentais na política de retenção ou de transferência de riscos.

DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ELECTROPRODUTOR

Planeamento a Longo Prazo

Ao longo de 1990 continuaram a desenvolver-se diversos estudos de expansão do sistema electroprodutor nacional, sendo de destacar:

- A análise do interesse, e correspondente impacto na evolução da composição do sistema electroprodutor, de diferentes níveis de penetração de centrais de ciclo combinado a gás natural, no horizonte 2010.
- Estudos de simulação da exploração optimizada do sistema electroprodutor nacional no período de 1992-1996.
- Estudos correspondentes, quer à elaboração da proposta da entrada em serviço do grupo II da Central do Pego, quer à valorização de alternativas futuras para a Central do Barreiro.

Coerentemente com a expansão prevista para o sistema electroprodutor, desenvolveram-se em 1990 actividades importantes ao nível de estudos e projectos de aproveitamentos hidroeléctricos, nomeadamente:

- Estudos de avaliação económica dos aproveitamentos hidroeléctricos de Foz-Côa e Picote II (reforço de potência).
- Estudos de sensibilidade da valia eléctrica do escalão de Fridão a diversos parâmetros do seu dimensionamento.
- Estudos visando a optimização do esquema de ligação do escalão do Alto Rabagão à cascata do rio Tâmega.
- Estudos estatísticos da série de aflúncias aos aproveitamentos hidroeléctricos em exploração.

Atendendo à contribuição não desprezável para o sistema electroprodutor dos pequenos aproveitamentos hidroeléctricos, tem a EDP realizado estudos de viabilidade económica relativamente à recuperação e reequipamento de alguns deles, como sejam os casos de Sta. Luzia e do Lindoso actual. A empresa tem ainda participado no processo conducente à atribuição dos alvarás de utilização da água através da análise dos respectivos projectos e correspondente emissão de pareceres técnicos.

Durante o ano de 1990, a EDP continuou envolvida nos trabalhos de elaboração do Plano Energético Nacional, através do Grupo executivo, em cujas tarefas tem participado activamente, sobretudo no apoio à concepção e implementação de melhorias das potencialidades dos modelos de optimização da oferta de energia (DFI), na sua utilização, e na caracterização dos dados do sector eléctrico.

Aproveitamentos Hidroeléctricos

Em 29 de Março de 1990 entrou em serviço industrial o escalão de Freigil, com a potência de 5 MW.

No final do ano encontravam-se em curso de construção ou em fase de lançamento os seguintes aproveitamentos hidroeléctricos, sendo de 918 MW a potência total a instalar:

Aproveitamentos	Curso de água	Tipo de aproveitamento	N.º de grupos	Potência (MW)	Produtibilidade média anual (GWh)	Fase de construção	Data prevista de entrada em serviço experimental
Alto Lindoso (a)	Lima	Albufeira	2	634	877	Intermédia	1992
Touvedo	Lima	Fio de Água	1	22	61	Inicial	1992
Pracana (b)	Ocreza	Albufeira	1	26	23	Intermédia	1992
Caldeirão	Caldeirão	Albufeira	1	32	44	Inicial	1992
Sabugueiro II	Alva	Albufeira	1	10	33	Inicial	1992
Miranda II (b)	Douro	Fio de Água	1	194	223	Inicial	1994

(a) Substitui o actual escalão do Lindoso.

(b) Reforço de potência. As características indicadas referem-se ao novo grupo.

No escalão do Alto Lindoso continuou a execução das obras de engenharia civil nos descarregadores de cheias, circuito hidráulico e foi concluída a betonagem do corpo da barragem. Prosseguiu o fabrico dos equipamentos hidro e electromecânico, tendo sido concluída a montagem e ensaio da espiral do grupo 2 e a montagem do antedistribuidor do grupo 1. Foi concluída a montagem das pontes rolantes da central e das câmaras de válvulas. Procedeu-se, ainda, à adjudicação de várias empreitadas e fornecimentos, sendo de salientar as injeções do circuito hidráulico, o edifício de comando, a instalação complementar de produção, os transformadores de potência e o barramento à tensão de produção.

Prosseguiram, também, as expropriações em Espanha e as obras de restabelecimento de comunicações, estando em curso, em Portugal, a variante à estrada da EDP entre os kms 0 e 7 e, em Espanha, a variante de Lantemil e a variante de Portaje.

No escalão do Touvedo continuou a execução das obras da empreitada principal de engenharia civil, estando em curso as betonagens dos blocos da barragem, da central e do circuito hidráulico. Prosseguiu o fabrico e iniciou-se a montagem dos equipamentos hidro e electromecânico, tendo ainda sido adjudicados os fornecimentos da ponte rolante da central e do pórtico da tomada de água.

No escalão de Pracana continuou a execução das obras de construção civil na barragem, no descarregador complementar e na ampliação da central. Prosseguiu, também, o aprovisionamento, fabrico e montagem dos equipamentos hidro e electromecânico, tendo sido adjudicados o fornecimento das pontes rolantes da central e da válvula borboleta e a reparação dos grupos da central existente.

Relativamente ao aproveitamento de fins múltiplos do Caldeirão, continuou a execução da empreitada principal de engenharia civil, tendo sido iniciada a betonagem da barragem e as obras do túnel de derivação, galeria em carga, chaminé de equilíbrio, conduta forçada e central. Prosseguiu o fornecimento do equipamento hidromecânico e a remodelação e instalação do grupo turbina-alternador, tendo sido adjudicados os fornecimentos da instalação complementar de produção e da ponte rolante da central.

No escalão de Sabugueiro II continuou a execução da empreitada principal de construção civil, tendo sido iniciadas as obras na barragem do Lagoacho, túnel da tomada de água, descarga de fundo, canal de adução, conduta forçada e central. Prosseguiu, também, o aprovisionamento e fabrico do equipamento hidromecânico, tendo sido adjudicados os fornecimentos do equipamento electromecânico e da instalação complementar de produção.

Relativamente ao reforço de potência do escalão de Miranda, encontra-se em fase de apreciação a proposta técnica e comercial relativa ao fornecimento e montagem do grupo gerador, tendo-se procedido ao lançamento do concurso referente à empreitada de trabalhos preliminares.

Na área de estudos e projectos encontra-se em fase de conclusão o plano geral do rio Tâmega a montante de Fridão, foram concluídos o estudo prévio de Foz-Côa e projecto-base de reforço de potência de Picote, prosseguiu o projecto-base de Fridão e foi iniciado o projecto-base de Foz-Côa. Prosseguiram, também Pracana, Caldeirão, Sabugueiro II e Miranda II.

Centrais Termoeléctricas

Prosseguiu-se em 1990 a construção do grupo I da central termoeléctrica do Pego, na zona de Abrantes, cujo projecto prevê a instalação de grupos de 300 MW a carvão.

O processo de aprovisionamento, fabrico e montagem de equipamento tem decorrido a bom ritmo, o que permitiu o cumprimento de uma data-chave importante — a elevação do barrilete em 26 de Maio — e manter a previsão de entrada do grupo em serviço industrial em 1 de Abril de 1993.

Foram iniciadas durante o ano várias obras de construção civil relativas à instalação de infra-estruturas essenciais ao funcionamento do grupo I e da central, de que se destacam, pela sua importância, a construção da ponte rodod-ferroviária para abastecimento de carvão, a tomada de água no rio Tejo e a torre de refrigeração. Decorreram em simultâneo os necessários estudos de engenharia de projecto, assegurados na sua maioria pela engenharia nacional, e os estudos do impacto ambiental com vista a garantir o bom enquadramento da central precisamente no domínio do meio ambiente.

No final do ano, tendo em conta as necessidades crescentes da procura de energia eléctrica, foi decidido adjudicar a construção do grupo II que deverá entrar em serviço industrial em 1 de Outubro de 1995.

Com início em Abril foram desenvolvidas as actividades necessárias à preparação de uma consulta destinada à selecção de candidatos interessados na construção, montagem e operação de uma central de ciclo combinado a gás natural, para produção de energia eléctrica. Estas actividades envolveram a preparação do caderno de encargos da consulta, o estudo de avaliação das alternativas de localização da central, que levou à selecção do sítio na actual central da Tapada do Outeiro, e os estudos de impacto ambiental que se encontram em curso.

A consulta foi lançada em 14 de Agosto, tendo-se seguido até ao final do ano a fase de preparação das propostas por parte das entidades consultadas.

Na central de Sines, cuja conclusão se verificou no ano transacto, foram ainda realizadas diversas obras finais e complementares e instaladas barreiras flutuantes para protecção da tomada de água contra eventuais derrames de petróleo na zona. Foi efectuada em Fevereiro a recepção provisória do grupo IV da central e ao longo do ano foi concluída a montagem e realizados os ensaios das 4 turbinas de recuperação de energia, instaladas no canal de restituição das águas de refrigeração.

O encerramento do estaleiro de Sines está previsto para o 1.º semestre de 1991.

A intervenção nas centrais em exploração, tendo em vista a sua modernização, teve particular relevância na central da Tapada do Outeiro onde foi realizado um estudo da vida restante dos grupos da central e iniciado o processo para a montagem de um sistema de extinção de incêndios e para a construção de um sistema de recolha e tratamento de efluentes líquidos. Outros estudos e projectos foram também efectuados com vista à instalação de despoeiradores nas centrais de Setúbal e do Carregado.

Continuaram também os estudos visando a queima de combustíveis alternativos nas centrais de Setúbal e do Carregado, tendo-se elaborado um estudo de viabilidade da queima de *Orimulsion* nestas centrais.

Rede de Transporte e Interligação

No ano de 1990 as instalações entradas em serviço mais relevantes, na Rede de Transporte, foram as seguintes:

- Subestação de Recarei (400 kV).
- Subestação de Trajouce (220 kV).
- Posto de Corte de Ourique (150 kV).
- Ampliação da parte de 220/60 kV da Subestação de Rio Maior.

A potência de autotransformação instalada na Rede de Transporte e Interligação sofreu um acréscimo de 450 MVA (subestação de Recarei) e a de transformação de 126 MVA (subestação de Trajouce).

De notar que este último valor foi reduzido de 63 MVA pela transferência do transformador IV (150/60 kV) da Subestação de Estarreja para Évora e ainda não em serviço.

No período, o comprimento das linhas de alta tensão aumentou 223,5 km na tensão de 400 kV (entrada em serviço da linha Recarei-Rio Maior II) e reduziu-se em 169,3 km na tensão de 220 kV, tendo esta redução resultado, por um lado, de um acréscimo de 56 km relativo aos desvios da linha Rio Maior - Alto de Mira e separação dos ternos da linha dupla Carregado - Rio Maior II/III dando origem a linhas independentes e, por outro lado, de um decréscimo de 225,3 km relativo a modificações de traçado, retirada de serviço e passagem a 400 kV do troço zona Estarreja - Rio Maior da linha Recarei - Rio Maior II.

Não houve alteração nos comprimentos das linhas dos níveis de tensão 150 e 60 kV.

REDE DE TRANSPORTE DE ENERGIA ELÉCTRICA LINHAS

Tensões de serviço (kV)	Instalações entradas em serviço em 1990 - (km)	Em serviço em 31.12.90	
		Linhas (km)	Postes
60	0	367,4	976
150	0	2 238,3	5 566
220	- 169,3	2 154,8	4 849
400	223,5	1 071,7	2 767
TOTAL	54,2	5 832,2	14 158

REDE DE TRANSPORTE DE ENERGIA ELÉCTRICA SUBESTAÇÕES

Relação de transformação (kV)	Instalações entradas em serviço em 1990		Em serviço em 31.12.90	
	N.º de transform.	Pot. total (MVA)	N.º de transform.	Pot. total (MVA)
Grupo de Subestações Norte			48	5 759
60/ 30			1	20
150/ 60	- 1	63	13	1 063
150/130			1	150
220/ 60			22	2 355
220/150			7	831
400/ 60			1	170
400/150			2	720
400/220	1	450	1	450
Grupo de Subestações Sul			51	6 389
150/ 30			5	270
150/ 60			25	1 685
220/ 60	1	126	14	1 698
220/150			1	126
400/150			3	1 260
400/220			3	1 350
TOTAL	1	513	99	12 148

Distribuição

Continuando uma política de desenvolvimento das redes de distribuição de electricidade, visando uma melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como a satisfação dos consumos, em fase de acentuado crescimento, continuou-se a execução de obras de ampliação e o reforço das instalações já existentes.

Foram concluídas 13 novas subestações com uma potência de 781,8 MVA, realizaram-se 7593,5 km de linhas das quais 4847,5 em redes BT, e instalaram-se 2022 postos de transformação correspondendo a uma potência de 501,5 MVA. O número de contadores instalados aumentou em cerca de 205 mil unidades.

RESUMO DAS INSTALAÇÕES CONCLUÍDAS EM 1990

Rubrica	Direcções				Total global
	DODN	DODC	DODT	DODS	
SUBESTAÇÕES					
N.º de subestações	6	2	1	4	13
N.º de transformadores	12	2	9	16	39
Potência instalada (MVA)	355,0	40,0	145,8	241,0	781,8
LINHAS (incluindo ramais em km)					
Aéreas					
AT (60/130 kV)	81,7	35,0	6,0	92,2	214,9
MT (< 6/10/15/30/40 kV)	451,3	547,9	523,7	584,1	2 107,1
Cabos subterrâneos					
AT (60 kV)	—	—	9,0	0,2	9,2
MT (< 6/10/15/30/40 kV)	57,8	40,6	170,8	145,7	414,8
POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO					
Unidades	459	537	439	587	2 022
Potência instalada (MVA)	117,4	84,8	157,4	141,9	501,5
REDES BT (km)					
Aéreas	2 189,6	915,8	332,3	564,3	4 002,0
Subterrâneas	367,0	68,8	68,6	341,1	845,5
CONTADORES (unidades)	80 943	53 546	21 280*	49 018	204 787

* Saldo entre os contadores entrados em serviço e os retirados de serviço.

No âmbito das electrificações, tem-se continuado a desenvolver o programa da Electrificação Agrícola, ao abrigo do PEDAP⁽¹⁾ e do PIDR⁽²⁾, encontrando-se a Electrificação Rural já praticamente concluída.

A rede de distribuição de electricidade, incluindo as instalações concluídas e entradas em serviço no ano, bem como as provenientes de integrações era, no final do ano, composta pelas seguintes instalações:

(1) Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa.
(2) Programa Integrado de Desenvolvimento Regional.

INSTALAÇÕES EM SERVIÇO EM 31/12/90

Rubrica	Direcções				Total global
	DODN	DODC	DODT	DODS	
SUBESTAÇÕES					
N.º de subestações	85	73	90	76	324
N.º de transformadores	171	139	160	124	594
Potência instalada (MVA)	3 605,1	2 019,0	2 397,5	1 856,9	9 878,5
LINHAS					
(incluindo ramais em km)					
Aéreas					
AT (60/130 kV)	1 755,6	1 182,3	1 231,6	1 100,4	5 269,9
MT (<6/10/15/30/40 kV)	11 689,1	11 745,0	8 304,3	9 128,0	40 866,4
Cabos subterrâneos					
AT (60 kV)	—	—	206,7	32,5	239,2
MT (<6/10/15/30/40 kV)	690,5	371,2	3 365,0	1 163,4	5 590,1
POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO					
Unidades	10 354	8 247	7 315	5 956	31 872
Potência instalada (MVA)	2 449,3	1 169,9	2 155,7	1 416,3	7 191,2
REDES BT (km)					
Aéreas	33 117,6	19 330,2	11 541,2	13 148,5	77 137,5
Subterrâneas	3 618,8	694,5	5 204,8	2 692,5	12 210,6
CONTADORES (unidades)					
Em AT	5 705	2 536	4 226	1 982	14 449
Em BT	1 319 871	817 269	1 251 478	725 806	4 114 444

Desenvolvimento Tecnológico

Em 1990, à semelhança dos anos anteriores, a actividade de I&D, exerceu-se de modo centralizado essencialmente na coordenação de projectos em colaboração com a indústria e os centros de investigação nacionais, nomeadamente no âmbito dos Programas Comunitários de Investigação e Desenvolvimento.

Das diversas actividades desenvolvidas, destaca-se a exercida no âmbito do Projecto *Distributed Intelligent Actuator and Sensor-DIAS* do programa ESPRIT, que, desenvolvido em colaboração com organismos de 8 países europeus, materializa uma concepção integrada de funções de controlo, manutenção e gestão técnica de um processo industrial. Igualmente, será de destacar o início de um segundo estudo, financiado pela CEE e integrado no Programa Quadro Joule, destinado ao Estudo de Integração de Energia Eólica em Portugal e que será desenvolvido com a colaboração de Centros de Competência nacionais.

No âmbito do Programa Quadro Comunitário BRITE/EURAM preparou-se, em colaboração com 3 outros parceiros europeus, uma proposta de um Projecto — AMPERIO — de um novo modelo de Subestação, proposta suportada por um Sistema Pericial e cujo financiamento já foi garantido officiosamente pela CEE.

No quadro das acções de I&D inserem-se, igualmente, as actividades promovidas pela Empresa para o estabelecimento, em articulação com a Indústria Nacional, de um modelo de Subestação Numérica e os estudos de viabilidade técnica e económica de utilização das Redes de Baixa Tensão, numa óptica de valor acrescentado, contemplando a telemetria de contadores — energia, água e gás — e de serviços de domótica.

A actividade de Investigação Aplicada, Desenvolvimento e Demonstração (ID&D) teve um incremento significativo durante o ano, com a aprovação do financiamento pela Comissão das Comunidades de mais quatro projectos participados pela EDP, para além de outros dois já em curso. No final do ano acordou-se com a ENDESA, a EDF e outras empresas congéneres europeias a preparação de um grande projecto de demonstração de uma central de ciclo combinado a carvão gaseificado e a apresentação da sua candidatura ao FEDER.

RECURSOS HUMANOS

A modernização tecnológica, o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade de serviço, continuaram, durante o ano de 1990, a orientar o redimensionamento quantitativo e qualitativo dos Recursos Humanos da Empresa.

A introdução de novas tecnologias na área operacional e nas áreas administrativas e de gestão foi acompanhada por acções de reestruturação que conduziram à redução das necessidades globais de efectivos e ao reforço da intervenção da formação. Estes mesmos factores explicam também a tendência de evolução do Quadro Permanente no sentido de maior polivalência, flexibilidade e nível técnico no desempenho.

Referem-se ainda os acréscimos no índice de produtividade e na motivação ligados com o aperfeiçoamento dos processos de gestão dos Recursos Humanos e com a introdução de esquemas de valorização remuneratória mais consentâneos com o mercado de trabalho, especialmente a nível de Quadros Superiores e Técnicos Especializados.

Prosseguiram os trabalhos de desenvolvimento e de adaptação do Sistema Informático de Vencimentos e Gestão de Pessoal, cuja aplicação se iniciou em 1989, visando o aumento da sua fiabilidade e alargamento do conjunto de funções suportadas.

Salienta-se que se processou em 1990 o tratamento integrado neste Sistema de todos os pensionistas da Empresa. O estabelecimento de um conjunto de parâmetros caracterizadores das diversas situações e definidores dos montantes dos complementos motivou o desenvolvimento de uma operação de normalização e uniformização de conceitos essencial à boa gestão das relações nessa área nomeadamente as relativas à Segurança Social e ao Fundo de Pensões.

Deu-se continuidade aos trabalhos que, na área dos Recursos Humanos, vêm sendo desenvolvidos no âmbito de organismos internacionais (UNIPEDE, COMLEP).

Evolução dos Efectivos

A racionalização da gestão dos Recursos Humanos possibilitou que o número de efectivos baixasse de 21 704 em 31-12-89 para 20 485 em 31-12-90, ou seja uma redução de 5,6% (contra 4,9% em 1989).

Pela primeira vez não se verificaram integrações de trabalhadores de serviços anteriormente afectos a autarquias.

O quadro abaixo reflecte a evolução dos efectivos durante o ano de 1990 e possibilita uma análise comparativa dos valores finais dos últimos três anos.

EVOLUÇÃO DE EFECTIVOS - 1988/1990

	Efectivos em 88-12-31	Efectivos em 89-12-31	Variação 88/89 (%)	1990 Movimento do Ano			Efectivos em 90-12-31	Variação 89/90 (%)
				Entradas	Saídas	Saldo		
Activos	22 389	21 451	- 4,2	91	1377	- 1286	20 165	- 6,0
Contrato a termo	427	253	- 40,7	-	-	67	320	26,5
TOTAL	22 816	21 704	- 4,9	91	1377	- 1219	20 485	- 5,6

A diminuição de 1219 trabalhadores como saldo final após 91 entradas e um acréscimo de 67 contratados a termo é coerente com as políticas de racionalização e modernização, em curso.

O quadro seguinte distribui os trabalhadores por cargos de Direcção/ /Chefias Superiores e por Níveis, em 31-12-90, comparativamente às datas homólogas de 1989 e 1988.

NÚMERO DE TRABALHADORES POR CARGOS DE DIRECÇÃO/CHEFIAS E POR NÍVEIS

Nível	1990	%	1989	%	1988	%
Directores / Chefias Superiores	778	3,80	670	3,09	746	3,28
Nível 1 - Quadros Superiores						
Licenciados e Bacharéis	1 254	6,12	1 264	5,82	1 289	5,67
Nível 2 - Quadros Médios	307	1,50	280	1,29	275	1,21
Nível 3 - Chefias Intermédias	933	4,55	1 026	4,73	1 048	4,61
Nível 4 - Prof. Alt. Qualificados	1 771	8,65	1 619	7,46	1 633	7,18
Nível 5 - Profissionais Qualificados	6 162	30,08	6 556	30,21	6 762	29,73
Nível 6 - Prof. Semi-Qualificados	7 728	37,73	8 516	39,24	8 895	39,10
Nível 7 - Prof. não Qualificados	1 232	6,01	1 520	7,00	1 671	7,34
Contratos a termo	320	1,56	253	1,16	427	1,88
Integrações de autarquias no final do ano aguardando enquadramento					70	
TOTAL	20 485	100,00	21 704	100,00	22 816	100,00

A estrutura etária e por sexos é dada no quadro seguinte:

ESTRUTURA ETÁRIA POR SEXO EM 90-12-31

Grupo etário (anos)	Homens	Mulheres	Total	1990 (%)	1989 (%)	1988 (%)
< 18	8	1	9			
19 a 25	279	95	374			
26 a 30	1 313	369	1 682	29,45	31,90	35,10
31 a 35	3 247	720	3 967			
36 a 40	3 569	615	4 184			
41 a 45	2 606	495	3 101	35,56	32,40	29,30
46 a 50	2 123	298	2 421			
51 a 55	2 163	231	2 394			
56 a 60	1 765	111	1 876	34,99	35,70	35,60
61 a 65	417	34	451			
> 65	22	4	26			
TOTAL	17 512	2 973	20 485	100,00	100,00	100,00

Fundo de Pensões

O Fundo de Pensões EDP foi constituído em finais de 1989 com o objectivo de assegurar as responsabilidades da Empresa, relativamente aos complementos de pensões de velhice, sobrevivência e de invalidez a todos os trabalhadores que entrarem naquela situação, a partir de 1 de Janeiro de 1989. Nesse ano, fez-se uma contribuição inicial de 3 milhões de contos. Durante 1990, as aplicações financeiras efectuadas pela Sociedade Gestora do Fundo renderam cerca de 410 mil contos, valor que corresponde a uma taxa de rendibilidade da ordem dos 16,22%.

No final do ano, reforçou-se o Fundo com uma contribuição de 6 milhões de contos, mas deste montante, cerca de 815 mil contos correspondem à quota anual para cobrir as responsabilidades futuras com estes pensionistas, e a parte restante (5,185 milhões de contos) destina-se a cobrir uma parte significativa das responsabilidades atribuídas a anos anteriores.

O enorme esforço que se fez este ano insere-se na determinação da Empresa em recuperar as provisões que deviam ter sido efectuadas desde que estes direitos foram consignados no EUP (Estatuto Unificado de Pessoal - 1979) aos seus trabalhadores.

Prevenção e Segurança e Medicina no Trabalho

Segurança no trabalho

Em 1990, manteve-se o índice de acidentes de trabalho do ano anterior, isto é, 32 acidentes por 1000 trabalhadores, havendo a lamentar 5 acidentes mortais.

A prevenção dos acidentes eléctricos foi um objectivo essencial que encontrou concretização em acções coordenadas desenvolvidas pelos departamentos funcionais especializados, responsáveis hierárquicos e Comissões de Segurança.

A formação em segurança, através de acções de informação e sensibilização abrangeu 2931 trabalhadores no conjunto da cadeia hierárquica - quadros, chefias intermédias e executantes.

Prosseguiram as campanhas subordinadas à *Preparação do Trabalho e Integração da Segurança no Trabalho*, com o objectivo de aumentar a segurança e produtividade no local de trabalho.

A análise dos acidentes com pessoal dos empreiteiros mereceu especial atenção, pelos efeitos negativos que também comportam para a EDP. Assim, prosseguiu-se uma campanha de informação junto dos empreiteiros, com o objectivo de chamar a atenção para as novas disposições sobre Medicina e Segurança incluídas nos Cadernos de Encargos. Neste âmbito foram também efectuadas diversas sessões de sensibilização sobre segurança visando trabalhadores de empreiteiros com obras em curso para a EDP.

Higiene industrial e protecção contra incêndios

No capítulo da Higiene Industrial foram desenvolvidas campanhas sobre a utilização correcta de dissolventes e sobre a conservação, armazenagem e transporte de aparelhos com PCB.

Na protecção contra incêndios prosseguiu a adaptação dos sistemas de segurança e de emergência em diversas instalações, com vista a melhorar a sua eficácia na resposta a um eventual sinistro.

Trabalhos em tensão

Os departamentos especializados da Empresa levaram a cabo diversas sessões de informação e divulgação de Trabalhos em Tensão na rede subterrânea de Baixa Tensão, com o objectivo de promover a segurança neste tipo de trabalhos e melhorar a qualidade de serviço prestado aos clientes.

Medicina do trabalho e Medicina assistencial

A Medicina do Trabalho tem continuado a assegurar as prestações preventivas definidas no quadro legal em vigor, com vista à defesa e promoção da saúde dos trabalhadores.

Nesse sentido foram realizados 9063 exames médicos e 21913 exames complementares.

Para além destas actividades de carácter essencialmente preventivo a Medicina do Trabalho tem vindo a prestar apoio técnico aos trabalhadores que pretendam, por razões fundamentadas de saúde, requerer a sua passagem à reforma.

Quanto às actividades da Medicina Assistencial, que continuaram a ser desenvolvidas ao abrigo do contrato de colaboração entre a Empresa e a Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários, assinalam-se o reenquadramento dos serviços em Lisboa e o desenvolvimento dos programas de informatização lançados no ano anterior.

Formação

A actividade formativa desenvolveu-se numa óptica de racionalização e rendibilização dos sistemas organizativos adoptados e privilegiou as áreas tecnológica e de gestão, comercial e informática e ainda a de aprovisionamento.

Complementando a formação organizada internamente, a formação no exterior ligou-se à introdução de novas tecnologias (acções realizadas pelo FUNDETEC) e a cursos de pós-graduação, de que se destaca o MBA (Master of Business Administration) da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade do Porto.

Continuando a contar-se com o apoio financeiro do Instituto de Emprego e Formação Profissional e do Fundo Social Europeu, realizaram-se 383 cursos que abrangeram 4486 participantes, acentuando-se o recurso à colaboração de entidades exteriores para as áreas não específicas da actividade da Empresa.

Assinalam-se ainda os 18 estágios, em diversos sectores da Empresa, de técnicos de entidades externas nacionais e estrangeiras, designadamente, EDA - Electricidade dos Açores, EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, EDM - Electricidade de Moçambique, ENE - Empresa Nacional de Electricidade e FINA - Petróleos de Angola, bem como a concretização de 15 missões de técnicos da EDP à EDM e EEM.

Durante o ano de 1990 foram desenvolvidas as acções preparatórias para a transformação da Direcção de Projectos Internacionais em empresa autónoma, tendo sido estabelecido, com este objectivo, um acordo com o Banco de Fomento e Exterior para a constituição da INTERNEL - Projectos Internacionais de Electricidade, S. A.

Com a criação desta Empresa, que se espera venha a concretizar-se em 1991, a EDP pretende rendibilizar os recursos de que dispõe através do desenvolvimento de uma relação mais eficaz com os seus clientes internacionais - funda-

ACTIVIDADES INTERNACIONAIS

mentalmente empresas do sector eléctrico dos países de língua oficial portuguesa (PALOP). Em simultâneo e numa perspectiva de reforço da política externa portuguesa de cooperação económica, este projecto procura também potenciar a intervenção das empresas portuguesas com vocação exportadora no âmbito do sector eléctrico.

Entretanto, continuaram a desenvolver-se as acções inseridas com contratos em curso e intensificaram-se os contactos com responsáveis de sectores eléctricos dos PALOP, nomeadamente Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, que culminaram na celebração de novos contratos e na detecção de novas oportunidades de cooperação.

A EDP esteve mais uma vez presente na Feira Internacional de Luanda (Filda 90), manifestando o seu empenhamento no desenvolvimento da cooperação económica portuguesa.

DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO

O sistema em desenvolvimento na Empresa tem assentado numa solução integrada das necessidades operacionais com as de informação para gestão e controlo.

Durante o ano de 1990 concluiu-se o desenvolvimento dos módulos de fornecedores e comercial AT/MT, tendo a sua implementação atingido a quase totalidade dos Centros de Resultados da Empresa. Paralelamente, consolidou-se o funcionamento dos módulos de Pessoal e Stocks que haviam sido implementados em 1989.

No domínio da gestão orçamental, adquiriu-se um sistema que tem vindo a ser adaptado às necessidades próprias da Empresa, e no qual se apoiou já, embora com dificuldades, a preparação do orçamento para 1991.

Para tratamento da informação sobre o património foi adquirido e instalado em 1990, um módulo que ficou operacional ainda durante o mês de Dezembro. Este módulo permite também calcular as amortizações e reavaliações de todo o imobilizado, fornecendo automaticamente os inputs ao Módulo de Contabilidade e Tesouraria.

Já no final do ano entrou em funcionamento, embora em regime de teste, o Sistema Integrado de Gestão Comercial em BT (SEGEC). Com o seu progressivo alargamento a toda a Empresa no decurso de 1991, reforçar-se-á a óptica integrada do Sistema de Informação de Gestão. O seu funcionamento permitirá uma maior racionalização de custos e de processos e melhor *performance* na produção da informação necessária à tomada de decisões.

A entrada em serviço durante o ano de um grande número de novas aplicações, em conjugação com os módulos em desenvolvimento obrigaram a um reforço da Infra-estrutura Informática, quer no domínio da rede de dados, quer no domínio dos centros de processamento.

As potencialidades de todas estas *ferramentas* constituem o adequado suporte da concretização progressiva de uma filosofia de gestão centrada na criação de centros de resultados, promovendo-se por esta via uma significativa mudança de mentalidades e de empenhamento dos gestores nos desígnios da Empresa. Trata-se de uma acção iniciada em 1990, a que se atribuiu particular relevância, e que vem colocar com maior acuidade a necessidade de desenvolvimento dos diversos componentes do sistema de informação de gestão. Nesta mesma linha aperfeiçoou-se em 1990 o relatório de Controlo de Gestão de cada uma das Direcções Operacionais da Empresa e institucionalizou-se a sua análise e discussão com o Conselho de Gerência segundo uma periodicidade trimestral.

Financiamento

Política financeira

Como facto mais saliente refere-se que pela primeira vez na história da EDP se verificou uma redução da sua dívida financeira que sendo de 1054,8 milhões de contos no início do ano se situou em 1035,4 no final de 1990.

Também pela primeira vez ocorreu uma diminuição efectiva das diferenças de câmbio potenciais tendo a respectiva variação sido favorável em cerca de 4,5 milhões de contos.

Apesar da boa *performance* atingida, a vida financeira da Empresa não foi isenta de algumas dificuldades decorrentes de situações e comportamentos exteriores a que a EDP teve de se sujeitar. Efectivamente alterações ocorridas nos mercados financeiros, quer nacional quer estrangeiro, criaram alguma instabilidade e dificultaram a obtenção dos meios de que a Empresa necessitou.

Assim, a instituição no início do 2.º semestre do depósito obrigatório de 40% do contravalor em escudos das operações no mercado externo veio obrigar a EDP a acentuar o recurso ao mercado doméstico, bastante mais caro, de prazos mais curtos e, também, menos disponível. Por sua vez, assistiu-se a uma subida do preço do dinheiro no mercado externo como reflexo de disposições tendo em vista a garantia da solvabilidade e rendibilidade da banca internacional.

A convergência destas duas situações foi porém compensada com o excelente comportamento da nossa tesouraria permitindo a redução da dívida externa para além dos objectivos pré-fixados.

A repartição do endividamento por mercados e a respectiva evolução apresenta-se da seguinte forma:

	1986	1987	1988	1989	1990
Dívida interna	37,5	41,3	39,6	36,5	39,6
Dívida externa	62,5	58,7	60,4	63,5	60,4

Anota-se que uma vez mais a EDP inovou em termos de diversificação de fontes de fundos tendo realizado no mercado interno uma emissão de obrigações *cupão zero* no montante de 15 milhões de contos. No quadro da gestão da dívida foi possível agenciar no mercado externo algumas operações que permitiram o pagamento antecipado de outras contratadas em momentos menos favoráveis do mercado, quer no prazo, quer na duração. O valor global destas operações atingiu o montante de 31,7 milhões de contos.

No fecho do exercício a composição da dívida financeira era a seguinte:

	Dívida interna		Dívida externa		Total	
	Valor (mil contos)	%	Valor (mil contos)	%	Valor (mil contos)	%
Médio e longo prazo	387 984	94,6	589 975	94,4	977 959	94,5
Curto prazo	22 111	5,4	35 321	5,6	57 432	5,5
	410 095	39,6	625 296	60,4	1 035 391	100,0

Relativamente ao ano transacto verificou-se um acréscimo sensível no financiamento de curto prazo no mercado nacional o que traduz alguma prudência do sistema bancário relativamente à sua evolução. Sem outras alternativas a EDP viu-se forçada a enveredar pela contratação de curtos prazos aumentando assim a sua vulnerabilidade face aos seus credores institucionais.

No que respeita à estrutura da dívida externa a respectiva composição, comparada com os anos anteriores, era a seguinte:

	%			
	1987	1988	1989	1990
USD	23,0	20,2	24,6	21,8
JPY	31,6	21,8	9,5	8,9
ECU	16,6	15,4	16,7	17,6
DEM	5,0	7,9	18,4	20,2
CHF	12,5	22,7	21,3	19,6
Outras	11,3	12,0	9,5	11,9

Na perspectiva da adesão do escudo ao SME promoveu-se o reforço das moedas dos países da CEE, nomeadamente o DEM.

Quanto às taxas de juro assistiu-se a uma subida gradual das taxas de referência no mercado doméstico, encarecendo o crédito que por sua vez passou também a ser de menor duração como se referiu anteriormente. No mercado externo foi, porém, possível manter e, em alguns casos, reduzir os *spredds* que oneraram os empréstimos realizados relativamente ao nível observado no ano anterior. Esta situação confirma largamente a confiança com que os investidores e instituições estrangeiras honram a EDP.

A evolução das taxas nominais médias apresentam-se como segue:

	%		
Ano	Mercado interno	Mercado externo	Global
1986	19,667	7,783	12,243
1987	17,774	7,701	11,876
1988	16,365	8,071	11,365
1989	18,712	8,579	12,293
1990	19,498	8,508	13,045

Como se referiu anteriormente, verificou-se uma inflexão nas diferenças de câmbios a suportar no exercício as quais em 1990 foram favoráveis à Empresa em 4,5 milhões de contos.

Financiamento Global

As necessidades de tesouraria foram cobertas como se refere seguidamente:

	milhares de contos
Dotações ao capital estatutário	—
Comparticipações	11 166
Fundos comunitários	1 555
Capital alheio	246 003
	258 724

As utilizações de meios financeiros agenciados sob a forma de capital alheio atingiram pois 246 milhões de contos incluindo-se neste montante cerca de 31,7 milhões de contos referentes a operações novas utilizadas no pagamento antecipado de outras mais caras. Consequentemente, o valor líquido do capital alheio foi de 214,3 milhões de contos. A repartição por mercados e modalidades foi a seguinte:

milhares de contos			
	Mercado interno	Mercado externo	Total
Médio e Longo Prazo			
Obrigações	29 762	—	29 762
Créditos Financeiros	42 379	60 104	102 483
Créditos ao Equipamento	—	2 321	2 321
Soma	72 141	62 425	134 566
Curto Prazo			
Combustíveis e Electricidade	—	39 743	39 743
Crédito Financeiro	34 061	37 633	71 694
Soma	34 061	77 376	111 437
TOTAL	106 202	139 801	246 003

Por sua vez os reembolsos globais, incluindo as operações pagas antecipadamente, atingiram a custos históricos:

milhares de contos			
	Mercado interno	Mercado externo	Total
Médio e Longo Prazo	59 681	70 901	130 582
Curto Prazo	21 500	87 315	108 815
TOTAL	81 181	158 216	239 397

Anota-se também que as diferenças de câmbio pagas atingiram 21,4 milhões de contos.

A diminuição da dívida global ascendeu a 19,3 milhões de contos, soma algébrica da redução do financiamento externo (44,3 milhões) com o acréscimo no mercado interno (25,0 milhões). Em termos de custos esta modificação qualitativa do financiamento acarretou naturalmente um acréscimo.

A evolução decrescente das variações do endividamento foi amplamente confirmada pela diminuição verificada:

1986	+ 128,2 milhões de contos
1987	+ 98,3 milhões de contos
1988	+ 61,8 milhões de contos
1989	+ 29,0 milhões de contos
1990	— 19,3 milhões de contos

No que se refere às operações contratadas no mercado nacional, aparte a prudência manifestada pela maioria das instituições bancárias, assinala-se a sua contínua disposição para colaborar com a EDP. Assim, formalizaram-se contratos que atingiram o valor global de 54,9 milhões de contos acrescentando ainda a tomada firme para posterior colocação de obrigações no montante de 29,8 milhões de contos.

Quanto ao mercado externo, o BEI com quem se firmou contrato no valor de cerca de 20 milhões de contos continuou a ser o principal financiador da EDP.

Tesouraria

A gestão de tesouraria obedeceu aos princípios previamente estabelecidos quanto ao movimento dos fluxos internos. Com efeito, efectuaram-se no decurso de cada mês várias colocações temporárias de excedentes as quais geraram apreciáveis rendimentos (cerca de 980 milhares de contos). O valor negativo de *Depósitos à Ordem* (cerca de 2,1 milhões de contos) corresponde por sua vez a pagamentos efectuados por meio de cheque, que embora contabilizados em 31 de Dezembro apenas nos primeiros dias do ano seguinte são levantados. Tal saldo negativo é, pois, aparente não correspondendo a qualquer descoberto real.

Apoio financeiro comunitário

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Na sequência de decisões comunitárias de anos anteriores foram recebidas participações de 1,3 milhões de contos, respeitantes a dois projectos de Centros Produtores (Torrão e Sines) e a pequenos projectos da Rede de Distribuição.

No futuro, o apoio do FEDER privilegiará os Programas Operacionais, de que é exemplo o PROTEDE, a seguir referido.

PROTEDE - (Programa Operacional de Transporte e Distribuição de Energia)

Por decisão comunitária de 20 de Dezembro de 1990 foi aprovada a contribuição do FEDER para este Programa Operacional, que visa a criação de infra-estruturas no domínio da Rede de Transporte e Distribuição de Energia, com impacto directo sobre o crescimento económico equilibrado.

A vigência do PROTEDE abrange o período de 1 de Julho de 1990 a 31 de Dezembro de 1993. O investimento previsto no Programa é de 301,6 MECUS (preços de 1990) e a participação do FEDER é de 120,64 MECUS (preços de 1990).

Os dois objectivos gerais do Programa são a expansão e reforço da Rede de Transporte e Distribuição de electricidade e a introdução do gás natural. O primeiro daqueles objectivos é assegurado pela EDP, através do Subprograma Transporte e Distribuição de Electricidade, que envolve um investimento de 234,05 MECUS, sendo a participação comunitária de 89,79 MECUS, aproximadamente 16,16 milhões de contos, a preços de 1990.

Este Subprograma, em ligação com outras acções, certamente contribuirá para que possam ser conseguidos os objectivos de expansão da Rede imposta pelo crescimento dos consumos bem como a melhoria de qualidade do serviço prestado pela Empresa.

PEDIP – Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa

Tendo presente a especial relevância, na perspectiva do apoio à indústria, de determinadas infra-estruturas da Rede de Transporte e Distribuição, foi aprovado em 1989, no âmbito do PEDIP, o financiamento de algumas dezenas de projectos a executar até final de 1992. A contribuição esperada atinge 45 % do investimento a custos directos, ou seja 6,3 milhões de contos a preços de 1989.

Ao longo de 1990, foram aprovadas as primeiras 34 candidaturas ao PEDIP, totalizando um investimento elegível de 6,8 milhões de contos, a que corresponde uma comparticipação de 3 milhões de contos, da qual foi recebida uma 1.ª fracção (200 mil contos).

FSE – Fundo Social Europeu

As acções de formação a desenvolver com a colaboração do FSE, no quadriénio 1989-1992 visam a melhor adequação dos recursos humanos às necessidades da empresa e integram-se num processo global de reestruturação e actualização tecnológica, resultante fundamentalmente da automatização da condução de instalações eléctricas, da utilização de novas tecnologias nas redes eléctricas e da harmonização de procedimentos do domínio contabilístico-administrativo com base em sistemas automatizados de informação.

As comparticipações do FSE, em 1990 atingiram 202,1 milhares de contos, o que representa uma quebra face ao valor do ano anterior. Este facto reflecte a circunstância do ano de 1990 se poder considerar um ano de transição, em que foi necessário ajustar os procedimentos de candidatura, para os tornar conformes com as regras que passaram a vigorar após a reforma do FSE.

Despesas de Investimento

Investimento do exercício; Repartição sectorial

O continuado crescimento dos consumos de electricidade a um ritmo bastante significativo, leva a que a EDP tenha de dimensionar a sua capacidade de produção, transporte e distribuição, de forma a poder responder, em cada momento e nas melhores condições, às solicitações do conjunto de todos os seus clientes.

O carácter capital intensivo do sector da electricidade imprime uma importância fundamental à actividade de investimento que implica a mobilização de elevados meios financeiros; em 1990, as despesas de investimento ascenderam a 123 milhões de contos, incluindo encargos financeiros intercalares relativos a imobilizações em curso. A sua repartição por sectores de actividade consta do quadro seguinte:

INVESTIMENTO EM 1990		milhares de contos		
	Custos Técnicos	Encargos Financeiros	Total	
Afecto à actividade eléctrica				
Aproveitamentos Hidroeléctricos	21 354	12 344	33 698	
Centrais Termoeléctricas	22 983	3 301	26 284	
Rede de Transporte	7 447	1 881	9 328	
Rede de Distribuição	49 071	3 744	52 815	
	100 855	21 270	122 125	
Outros	4 474	316	4 790	
TOTAL	105 329	21 586	126 915	

O esforço de investimento reflecte as necessidades de desenvolvimento do Sistema impostas pelo incessante crescimento da procura sem se perder de vista o carácter prioritário que tem vindo a ser atribuído ao sector de distribuição.

No entanto, como se pode observar, os investimentos em centros produtores atingiram ainda níveis muito elevados que resultam, naturalmente, do cumprimento dos programas dos empreendimentos em curso.

No caso dos aproveitamentos hidroeléctricos, o que tem absorvido o maior volume de investimentos é o Alto Lindoso onde, apesar de se terem verificado algumas dificuldades nas aquisições de terrenos necessários para a albufeira, em Espanha, e na adjudicação das empreitadas de reestabelecimento de vias provinciais, também em Espanha, não está em causa qualquer atraso na sua realização efectiva cuja data prevista de conclusão se mantém.

No empreendimento de Miranda II ocorreu uma reformulação do programa, com reflexos no investimento do ano, e que correspondeu a um deslizamento de nove meses na data de entrada em serviço.

Relativamente às centrais termoeléctricas o investimento centrou-se essencialmente na central do Pego, mantendo-se também sem qualquer atraso a realização efectiva do empreendimento.

Evolução do investimento

O quadro que se segue mostra a evolução dos investimentos da EDP no último decénio:

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS ANUAIS

Ano	Milhares de contos			Composição (%)	
	Custos Técnicos	Encargos Financeiros	Custo Total	Custos Técnicos	Encargos Financeiros
1981	23 511	13 815	37 326	63,0	37,0
1982	32 486	25 419	57 905	56,1	43,9
1983	50 219	57 916	108 135	46,4	53,6
1984	52 616	65 180	117 786	44,7	55,3
1985	61 712	67 237	128 949	47,9	52,1
1986	65 334	44 538	109 872	59,5	40,5
1987	73 300	34 994	112 294	65,3	34,7
1988	73 961	32 998	106 959	69,1	30,9
1989	73 799	22 978	96 777	76,3	23,7
1990	105 328	21 587	126 915	83,0	17,0

Para uma mais fácil apreciação dessa evolução, e particularmente no que respeita ao investimento afecto à electricidade, apresentam-se no quadro seguinte os valores que o mesmo assumiu nesta década a nível de custos técnicos, quer a preços correntes, quer a preços constantes.

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO A CUSTOS TÉCNICOS

milhares de contos

Preços correntes					
Ano	Total	Investimento afecto à electricidade			
		Produção	Transporte	Distribuição	Total
1981	23 511	12 895	2 363	6 725	21 983
1982	32 486	20 145	2 439	7 977	30 561
1983	50 219	31 354	3 892	12 451	47 697
1984	52 606	29 203	5 064	15 282	49 549
1985	61 712	32 939	7 490	18 228	58 657
1986	65 334	35 709	8 238	18 774	62 721
1987	73 300	36 190	7 600	25 562	69 352
1988	73 961	33 079	5 379	32 090	70 548
1989	73 799	26 132	5 458	39 293	70 883
1990	105 328	44 337	7 447	49 071	100 854
Crescimento médio anual (%)	18,1	14,7	13,6	24,7	18,4
Preços de 1981					
1981	23 511	12 895	2 363	6 725	21 983
1982	26 892	16 676	2 019	6 604	25 299
1983	33 368	20 833	2 586	8 273	31 692
1984	28 057	15 575	2 701	8 150	26 426
1985	27 079	14 453	3 287	7 998	25 738
1986	23 792	13 004	3 000	6 837	22 841
1987	23 986	11 842	2 487	8 365	22 694
1988	21 702	9 706	1 579	9 416	20 701
1989	19 149	6 780	1 416	10 196	18 392
1990	24 185	10 181	1 710	11 267	23 158
Crescimento médio anual (%)	0,3	(2,6)	(3,5)	5,9	0,6

Verifica-se, assim, que o montante global de investimentos (a custos técnicos), depois da quebra verificada em 1988 e 1989, retomou o nível dos anos anteriores. Esta retoma está associada ao programa de construção da central termoeléctrica do Pego com dispêndios muito elevados em 1990.

Desinvestimento

Em 1990 e de acordo com a política de desinvestimento de bens sobranes, não afectos à actividade essencial da Empresa, foram alienados imóveis (2 pousadas, 1 prédio, 91 habitações e vários terrenos) no montante de 1877 mil contos, tendo ficado por realizar, por razões exógenas à Empresa, a venda do terreno do Freixo e o edifício da Rua do Bolhão (ambos no Porto) no total de 2315 mil contos. Estes dois imóveis acabaram por ser vendidos por aquele montante já no início de 1991.

Estas alienações, para além da redução dos encargos financeiros resultantes da entrada daqueles montantes na Empresa, geraram mais valias superiores a 70% dos respectivos valores contabilísticos (reavaliados).

Situação Económico-Financeira em 1990

A situação económico-financeira em 1990 reflecte já significativamente os resultados positivos da execução do Programa de Recuperação Económico-Financeira iniciado em 1989.

Em 1990 as contas da Empresa apresentam um resultado líquido de 10,3 milhões de contos, após o reforço das provisões para cobrança duvidosa em cerca de 10,5 milhões de contos e da amortização financeira do diferencial da correcção de hidraulicidade em 35,5 milhões de contos.

Os factores que mais significativamente contribuíram para esta melhoria na situação económico-financeira da Empresa tem a ver com o comportamento da procura de energia eléctrica, que compensou um acréscimo tarifário inferior à inflação, a função financeira e a evolução do preço médio dos combustíveis que, com excepção do impacto da crise do Golfo, no 2.º semestre, evidenciaram mesmo uma ligeira descida em 1990.

A nível interno, têm também contribuído para esta melhoria os esforços de gestão direccionados para o controlo de variáveis fundamentais, como o Pessoal, os consumos correntes de materiais e serviços, os stocks e os fluxos de tesouraria, tendo-se procurado neste último domínio impor critérios rigorosos que maximizassem a sua fluidez.

Estrutura do balanço

O quadro seguinte documenta a efectiva melhoria que se tem verificado na estrutura financeira da Empresa, com tendência para correcção gradual dos desequilíbrios estruturais de que a empresa enfermava, à data da elaboração do Programa de Recuperação Económica e Financeira.

É interessante sublinhar que a Empresa dispõe de uma solvabilidade total bastante folgada, apesar do elevado nível de endividamento, o que constitui uma sólida garantia para os seus compromissos financeiros.

A dívida financeira da empresa apresenta-se em 1990 com valores mais baixos do que em 1989, (1035,4 milhões de contos em 1990 e 1054,8 em 1989) significando uma redução de 19,4 milhões de contos ou seja cerca de 1,8%. Considerando os elevados investimentos que à Empresa são anualmente exigidos pelo incessante crescimento da procura, conclui-se com facilidade que a melhoria da estrutura financeira teve naturalmente subjacente a geração de meios financeiros próprios de montante significativo.

No balanço de 1990, o indicador de estrutura financeira, medido pela relação Passivo MLP/Capitais Próprios passa para 1,01, valor que se situa bastante abaixo do mesmo indicador em 1989 (1,87) e do valor de 1,5 que é em geral, considerado aceitável para actividades muito capital-intensivas. Para esta evolução contribuiu, não só a melhoria dos resultados de exploração, mas sobretudo a reavaliação do imobilizado operada em 1990, a preços do final do ano, com evidente impacto no crescimento da situação líquida e uma demonstração mais verdadeira do valor patrimonial da Empresa.

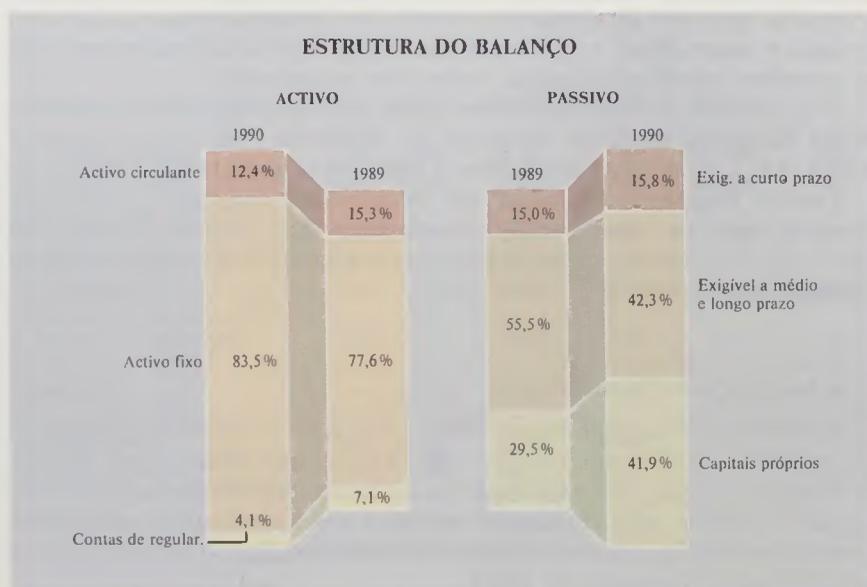
A cobertura financeira do imobilizado da empresa apresenta-se também ela equilibrada, pois os capitais permanentes financiam em mais de 100% o activo fixo.

Os créditos sobre clientes apesar de representarem ainda um peso excessivo do valor das vendas no final de 1990 (65%), traduzem uma melhoria interessante em relação a 1989, ano em que representavam cerca de 87%. Pese embora a forma determinada como a Empresa tem vindo a tentar resolver este problema, mantém-se a situação grave da dívida das Autarquias que no final do ano, a dívida representava cerca de 60% da globalidade dos créditos por fornecimentos de electricidade.

Salienta-se a eliminação no balanço em 90-12-31 do déficite acumulado da Correção de Hidraulicidade que no final do ano atingia já 35,5 milhões de contos.

BALANÇO COMPARATIVO

	milhares de contos				
	1987 Valor	1988 Valor	1989 Valor	1990	
				Valor	Acresc. (%)
Activo	1 462 266	1 556 513	1 609 418	1 996 427	24,1
Disponível	4 560	2 594	2 329	34	- 98,5
Créditos de Curto Prazo	243 969	253 396	219 686	218 390	-0,6
Existências	24 158	20 030	24 398	29 254	19,9
Imobilizado Líquido	1 077 069	1 174 711	1 248 293	1 666 659	33,5
Correcção Hidraulicidade + FAT	112 510	105 782	114 712	82 090	-28,4
Passivo	1 037 351	1 095 450	1 135 092	1 160 158	2,2
Débitos Curto Prazo	65 557	62 655	67 449	83 932	-24,4
Empréstimos Curto Prazo	103 303	152 257	174 302	232 161	33,2
Empréstimos M. L. Prazo	860 545	870 879	880 469	792 792	-10,0
Outros Débitos M. L. Prazo	7 946	9 659	12 872	51 273	298,3
Situação líquida	424 915	461 063	474 326	836 269	76,3
PASSIVO + SITUAÇÃO LÍQUIDA	1 462 266	1 556 513	1 609 418	1 996 427	24,1



Custos e proveitos

O crescimento de 17,7% no volume das vendas líquidas constituiu um contributo bastante significativo para o resultado líquido de 10 279 milhares de contos verificados no exercício de 1990. A função financeira foi também determinante, já que os 159,4 milhões de contos de encargos de financiamento suportados foram em parte compensados por mais de 48 milhões de contos de proveitos financeiros e o saldo das diferenças de câmbio foi favorável em 4,5 milhões de contos.

Aliás a diminuição dos custos da função financeira ficou a dever-se essencialmente ao excelente comportamento do escudo em relação às restantes moedas que compõem o cabaz da dívida externa da Empresa. Por outro lado, o rigor da gestão que se tem vindo a seguir no aproveitamento de todas as oportunidades de intervenção no mercado internacional, substituindo empréstimos de maior risco cambial, tem também contribuído para os referidos ganhos em diferenças de câmbio.

Em síntese, os encargos financeiros (juros e diferenças de câmbio líquidas) suportados com a dívida foram em 1990 de 137,8 milhões de contos, dos quais 21,6 milhões de contos são imputáveis ao investimento do ano, não estando nessa medida a influenciar os resultados de exploração.

Os custos com o pessoal em 1990 foram de 62 milhões de contos representando este valor um acréscimo de 13,5% em relação a 1989. Este acréscimo situa-se dentro dos objectivos de contenção da massa salarial fixados para o exercício e reflecte o esforço de ajustamento dos sistemas remuneratórios da Empresa de modo a torná-los mais consentâneos com as exigências do mercado.

Os custos com o pessoal representaram, em 1990, 19,1% do volume de vendas, enquanto que em 1989 este valor havia atingido os 20%. As vendas e o VAB por trabalhador aumentaram em 1990 respectivamente 25,2% e 30% evidenciando índices de produtividade não dispiciendos, face ao acréscimo de actividade da Empresa, medido pelo volume de vendas.

De referir ainda que no valor referido para os custos com o pessoal já se encontra incluída a dotação do fundo de pensões que se considera custo do exercício no montante de 815 mil contos.

O total dos consumos corrigidos do efeito da hidraulicidade em 1990 foi superior em cerca de 3% aos verificados em 1989. Para a modéstia do agravamento contribuiu o consumo de combustíveis para produção de electricidade e a importação já que os aumentos ocorridos no consumo de materiais e nos serviços externos foram respectivamente de 10,9% e 18,5% devidos em parte ao acréscimo significativo que se registou no investimento.

A diminuição do valor dos consumos de combustíveis, resultou essencialmente da descida verificada nos preços até Agosto de 1990, tendência apenas contrariada a partir dessa altura com o início da crise do Golfo Pérsico.

Embora registando um acréscimo de 10,9%, o consumo de materiais situou-se abaixo do valor orçamentado para o exercício, tendo contribuído para este facto um acréscimo apesar de tudo menos acentuado do que o previsto no investimento do ano.

• Amortizações e provisões

As amortizações atingiram, em 1990, 57,4 milhões de contos representando um acréscimo de 9,7% em relação a 1989. O acréscimo explica-se pela entrada de novos imobilizados em exploração no sector das redes de transporte e distribuição e também pela anualidade completa das amortizações relativas ao quarto grupo de Sines que em 1989 apenas tinha contado por 2 meses (entrada em serviço em Novembro de 1989).

As amortizações não foram, portanto, ainda influenciadas pela reavaliação do imobilizado corpóreo, dado que o diploma legal que autorizou a reavaliação não considerava o efeito sobre os custos, no domínio fiscal.

Reforçaram-se as provisões durante o ano de 1990 no valor total de 17,5 milhões de contos. Com este valor, ficaram totalmente provisionados os créditos de cobrança duvidosa, aceites como tal em termos fiscais, e fez-se uma primeira dotação de 7,5 milhões de contos para cobertura financeira das perdas potenciais associadas aos créditos sobre clientes em geral. Fica além disso provisionada em 7 milhões de contos a desvalorização ocorrida numa participação financeira da EDP, criada após a regularização de dívidas atrasadas de elevado montante.

CONTA DE RESULTADOS		milhares de contos			
		1987	1988	1989	1990
	Valor	Valor	Valor	Valor	Acresc. (%)
Vendas e prestação de serviços	214 992	241 424	274 068	323 902	18,2
Trabalhos para a própria empresa (a)	31 341	31 239	32 274	36 525	13,2
Produtos e Trabalhos em curso	-3 535	-126	-98	26	126,5
Outras receitas correntes	2 053	1 469	1 943	1 721	-11,4
Proveitos inerentes ao valor acrescentado	244 851	274 006	308 187	362 174	17,5
Compras e Importação de electricidade	14 173	10 585	5 895	745	-87,4
Combustíveis	37 467	26 203	61 739	53 949	-12,6
Materiais diversos	15 437	15 008	19 249	21 258	10,4
Correcção de hidraulicidade	-5 578	5 333	-15 960	-5 422	66,0
Fornecimentos e Serviços externos (b)	15 132	12 186	14 364	19 921	38,7
Impostos indirectos	288	296	313	424	35,5
Consumos corrigidos	(-) 76 919	69 611	85 600	90 875	6,2
Valor acrescentado	(=) 167 932	204 395	222 587	271 299	21,9
Despesas com o pessoal	(-) 47 355	49 275	54 725	62 102	13,5
Outros encargos de exploração	(-) 2 975	4 539	5 248	7 723	47,2
Outros proveitos de exploração	(+) 7 714	314	422	231	-45,3
Excedente bruto de exploração	(=) 125 316	150 895	163 036	201 705	23,7
Despesas financeiras	(-) 147 594	163 442	164 168	195 044	18,8
Receitas financeiras	(+) 15 493	12 978	24 979	27 069	8,4
Imputação desp. financeiras a trabalhos para a própria empresa	(+) 30 099	32 998	22 978	21 587	-6,1
Juros FAT e Correcção de hidraulicidade	(+) 19 546	16 301	19 911	22 386	12,4
Resultados extraordinários e de exercícios anteriores	(+) 1 670	1 358	11 372	7 440	-34,6
Cash-Flow	(=) 44 530	51 088	78 108	85 143	9,0
Amortizações	(-) 41 837	50 751	54 784	57 411	4,8
Provisões (variação)	(-) 8 568	3 171	23 153	17 453	-24,6
RESULTADO LÍQUIDO	-5 875	-2 834	171	10 279	5 911,1

(a) Sem encargos financeiros.

(b) Alteração de âmbito (P.O.C. 90).

• *Correcção de hidraulicidade*

Os resultados líquidos da Empresa em 1990 estão expurgados, como habitualmente, do efeito da hidraulicidade.

O ano foi bastante seco em termos hidrológicos, com um coeficiente de hidraulicidade de 0,78, ou seja 22% inferior à média das afluências ao sistema produtor, originando um diferencial da correcção de hidraulicidade para a EDP de 5,4 milhões de contos.

Como o saldo da conta da Correcção de Hidraulicidade no final do ano anterior era já fortemente deficitário — cerca de 24,7 milhões de contos — a compensação dos custos financeiros suportados pela EDP atingiu 5,4 milhões de contos. No total, a correcção dos resultados para tornar o exercício equivalente a uma situação de ano médio foi de 10,8 milhões de contos, tendo como contrapartida o agravamento nesta exacta medida do saldo deficitário da conta que, no final do ano, se situou em 35,5 milhões de contos.

Já no exercício de 1989, cuja hidraulicidade foi ainda mais gravosa que a de 1990, se havia observado a tendência para um crescimento acelerado do déficite da Correcção de Hidraulicidade, com todos os inconvenientes que resultavam da sua imobilização no activo da Empresa, com a natureza de custos antecipados que o mecanismo da correcção deveria, em princípio, saldar no futuro. Estudos então efectuados levaram a concluir que estas expectativas não se confirmariam e que, pelo contrário, o saldo da conta tenderia a ser crescentemente negativo ou positivo, conforme fossem, respectivamente, secos ou húmidos, os anos imediatos a uma situação de equilíbrio (saldo nulo).

O fenómeno explicava-se por diferentes factores, dos quais se destacava o efeito do juro composto no cálculo dos custos financeiros sobre o saldo acumulado da conta.

Por esse facto, em 1989 introduziu-se um ajustamento ao mecanismo da correcção de hidraulicidade que, em síntese, consistia na determinação de uma parcela de amortização financeira anual, em função do déficite existente no início do ano, e que haveria de conduzir, em termos probabilísticos, a um reequilíbrio da conta a longo prazo. A solução foi acolhida favoravelmente pelo Governo que determinou, entretanto, a revogação do diploma legal sobre a correcção de hidraulicidade — Dec.-Lei 23/89 de 19 de Janeiro. Aproveitou-se assim a oportunidade para, tendo também em conta a dinâmica expectável na reorganização do sector da electricidade, aprofundar em 1990 os estudos sobre o referido mecanismo.

Já no início do ano corrente propôs-se ao Governo uma solução que passa pela constituição de um saldo positivo nos próximos três anos, a começar em 1991, que garanta, em termos probabilísticos a cobertura financeira de diferenciais de custos equivalentes à sucessão de regimes secos mais gravosa dos últimos 50 anos.

Ora, um pressuposto para a constituição do referido saldo positivo é o da anulação do actual déficite acumulado na conta. Daí que se tenha considerado nas contas da EDP de 1990, por contrapartida de custos do exercício, uma amortização financeira excepcional de 35,5 milhões de contos, reduzindo a zero o saldo da conta de Correcção de Hidraulicidade que vinha sendo relevado no activo da Empresa.

• *Trabalhos para a própria empresa (investimento)*

Para realizar o objectivo principal de Produção, Transporte e Distribuição de Energia Eléctrica a EDP desenvolve em simultâneo duas actividades fundamentais: o desenvolvimento do sistema electroprodutor, necessário para fazer face à crescente exigência do mercado consumidor, e a exploração das instalações em serviço.

A primeira destas actividades é numa parte bastante significativa realizada com meios internos, cujos encargos directos e indirectos são considerados na despesa de investimento.

O quadro seguinte mostra a composição desses custos internos.

TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA	milhões de contos		
	1988	1989	1990
Materiais diversos e outros Fornec. e Serv. Externos	14,6	16,6	19,1
Encargos de estrutura (Pessoal e outros)	16,6	15,6	17,4
Encargos Financeiros	33,0	23,0	21,6
TOTAL	64,2	55,2	58,1

Como se pode observar o valor total dos trabalhos para a própria empresa não acompanha o crescimento verificado ao nível do investimento total devido sobretudo à redução dos custos financeiros que lhe foram imputados.

Quer os custos financeiros, quer os restantes custos que compõem a conta de Trabalhos para a Própria Empresa (TPE) não influenciaram, como se sabe, a conta de exploração já que precisamente através da conta TPE compensam em proveitos os custos suportados a esse título.

• Meios financeiros libertos

Os meios financeiros libertos aumentaram 9% em relação a 1989, ou 54,3% se se tiver em conta a amortização do déficite da Correção da Hidraulicidade (35,5 milhões de contos) que, para todos os efeitos, constitui um fundo para autofinanciamento retido na Empresa.

MEIOS FINANCEIROS LIBERTOS	milhões de contos			
	1987	1988	1989	1990
Resultados Líquidos	-5,9	-2,8	0,2	10,3
Amortizações	41,8	50,8	54,8	57,4
Provisões	8,6	3,1	23,2	17,5
TOTAL	44,5	51,1	78,2	85,2

Alguns indicadores relevantes

No quadro seguinte apresentam-se alguns indicadores económico-financeiros que ilustram a evolução da empresa desde 1987.

Apesar de ainda não se terem atingido os níveis desejáveis em alguns deles, a situação verificada em 1990 mostra claramente uma evolução positiva, a indicar uma tendência de recuperação que se espera consolidar nos próximos exercícios.

Note-se que a reavaliação do imobilizado, com o conseqüente acréscimo da situação líquida, veio alterar profundamente e em sentido favorável indicadores de estrutura como a solvabilidade, a autonomia financeira ou a estrutura financeira, mas em contrapartida explicam a modéstia da rendabilidade dos capitais próprios apesar do salto dos resultados líquidos em valor absoluto.

ALGUNS INDICADORES RELEVANTES

	1987	1988	1989	1990
Rendabilidade dos Capitais Próprios				
Result. Líquidos/Sit. Líquida (%)	-1,38	-0,61	0,04	1,23
Autonomia Financeira				
Situação Líquida/Activo (%)	29,1	29,6	29,5	41,9
Estrutura Financeira				
Passivo MLP/Capitais Próprios (%)	203,5	189,7	187,4	100,9
Capacidade de Autofinanciamento				
Result. Liq. + Amortiz./Investimento (%)	32,0	44,8	51,5	53,3
Cobertura do Imobilizado				
Capitais Permanentes/Activo Fixo (%)	123,4	117,3	111,9	101,2
Solvabilidade				
Activo/Passivo (%)	141,0	142,1	141,8	172,1
Rotação do Activo				
Vendas/Activo	0,15	0,15	0,17	0,16
Valor Acresc. Bruto per-capita (milh. contos)				
V.A.B./Efectivos	8,5	10,4	11,3	14,3
Vendas per-capita (milh. contos)				
Vendas/Efectivos	9,2	10,6	12,6	15,8

Estado actual do programa de recuperação económica e financeira

A EDP estabeleceu no final de 1988 um Programa de Recuperação Económica e Financeira, a cinco anos, que pressupunha a adopção de um conjunto de medidas para a sua viabilização. Algumas dessas medidas tinham carácter endógeno e têm vindo a ser cumpridas gradualmente conforme programado. Outras, porém, requeriam intervenção governamental que de facto só parcialmente foi concretizada através da publicação da Resolução de Conselho de Ministros 15/89 de 04 de Abril e do Dec.-Lei 103-C/89 de 04 de Abril.

Por outro lado, alguns dos pressupostos essenciais considerados no Programa de Recuperação, nomeadamente no que respeita à inflação (6% ao ano), às taxas de juro interna e externa (18% e 8% respectivamente) e ajustamentos tarifários (3 pontos percentuais acima da inflação em 1989 e do mesmo nível nos anos seguintes), não se verificaram. As condições que têm ocorrido desde então, em particular no tocante aos ajustamentos tarifários, que têm sido inferiores à inflação em cerca de 2 pontos percentuais, têm-se traduzido em atrasos no ritmo da recuperação.

Paralelamente, também algumas das medidas previstas com apoio governamental, ou não se concretizaram ou sofreram atrasos; é o caso da recuperação das dívidas atrasadas das Autarquias, do apoio dos fundos estruturais da Comunidade, o qual tem ficado muito aquém dos montantes previstos no Programa, e da compensação pelas tarifas degradadas que foram praticadas em alguns concelhos do País e ainda continuam a sê-lo nos ex-Serviços Municipalizados do Porto cuja gestão está entregue à EDP.

Tudo ponderado, a situação económica e financeira da Empresa no final de 1990, comparada com as previsões do referido Programa, mostra:

- um passivo de financiamento superior em 73 milhões de contos;
- uma proporção mais elevada da dívida externa (60,4% contra 54,5% previstos);
- uma estrutura financeira (relação entre os capitais próprios e os alheios a médio e longo prazo) bastante melhorada devida sobretudo à reavaliação do imobilizado para preços referidos a 31 de Dezembro de 1990; esta relação que no Programa se apontava para cerca de 70% é já superior a 100% no final de 1990;

- uma proporção bastante mais elevada dos créditos de clientes em relação à facturação do ano (65% contra 47% do Programa), sobretudo motivada pelo atraso de regularização das dívidas das Autarquias;
- encargos financeiros, líquidos de receitas financeiras mais gravosos em apenas 3 milhões de contos, devido sobretudo ao excelente comportamento do escudo em 1990;
- um agravamento generalizado dos custos das restantes variáveis significativas (pessoal, combustíveis e materiais e serviços externos) por força dos níveis mais elevados da inflação;
- um volume de vendas também superior, pela mesma razão, embora aqui, como se referiu já, os acréscimos tarifários tivessem sempre ficado abaixo da inflação.

Apesar do exposto, a situação económica e financeira da Empresa no final de 1990 revelava inequívocas melhorias em relação a 1989 que, por sua vez, representou já um exercício de indicações animadoras face à situação de partida em 1988. A Empresa encontra-se assim numa tendência de franca recuperação que, embora não decorra ao ritmo que se perspectivou no Programa de Recuperação, sobretudo no tocante à resolução das questões financeiras, torna expectável uma situação de equilíbrio nos próximos exercícios.

O resultado económico alcançado, o nível do cash-flow e o cumprimento dos objectivos pré-fixados para 1990, nos domínios do pessoal, do investimento e do financiamento adicional, constituem a grande motivação para se prosseguir com os esforços de contenção de custos, de racionalização da gestão e de cumprimento dos grandes objectivos que vão sendo definidos no quadro estratégico da Empresa.

Há no entanto que interpretar com alguma prudência as melhorias do exercício de 1990. Como atrás se referiu elas resultam em parte do excelente comportamento do escudo durante o ano, pondo exactamente por isso em relevo a vulnerabilidade e a sensibilidade dos resultados ao preço do dinheiro e ao ainda elevado peso do passivo de financiamento no balanço da EDP.

Aspectos fiscais

Com a revisão do regime fiscal em 1989 foram abolidos todos os benefícios fiscais de natureza permanente, estabelecendo-se a partir daí princípios limitativos à sua concessão generalizada com o propósito de contemplar apenas situações de carácter obrigatoriamente excepcionais de reconhecido interesse público.

Essa medida retirou à EDP a isenção de que vinha beneficiando em sede de contribuição industrial relativamente aos rendimentos da actividade de produção e transporte de electricidade, da mesma forma que fez terminar a exclusão tributária favorável aos prédios adstritos à actividade da empresa, salvo, neste aspecto, no que respeita às instalações da rede eléctrica nacional, dada a sua natureza de coisa pública, cuja não sujeição a imposto foi reposta na contribuição autárquica, sucedânea da contribuição predial.

A Empresa é pois tributada em sede de IRC como qualquer outra actividade sujeita. Não foi porém considerada uma estimativa para o imposto já que na limitação do imposto serão deduzidos prejuízos de exercícios anteriores não se prevendo por isso quaisquer pagamentos.

No ano de 1990, a culminar um processo moroso de diálogo com a Administração Fiscal com vista a dar seguimento a requerimentos que a Empresa vinha apresentando desde 1981, obteve-se a restituição de impostos que haviam sido indevidamente pagos no montante de 7,9 milhões de contos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do disposto no Art.º 43 dos Estatutos da EDP, enquanto empresa pública, e em conformidade com o despacho do Senhor Secretário de Estado das Finanças de 01 de Abril de 1991; propõe que o resultado líquido do exercício de 1990, no valor de 10 278 621 369\$00 tenha a seguinte aplicação:

Para <i>Reserva Geral</i>	
10% de 10 278 621 369\$00	1 027 862 137\$00
Para <i>Reserva para Investimentos</i>	
20% de 10 278 621 369\$00	2 055 724 274\$00
Para <i>Reserva para Fins Sociais</i>	
5% de 10 278 621 369\$00	513 931 069\$00
Para <i>Remuneração dos Capitais Próprios</i>	3 262 418 400\$00
Para <i>Distribuição de Resultados aos Corpos Sociais</i>	16 500 000\$00
Para <i>Distribuição de Resultados aos Trabalhadores</i>	1 330 000 000\$00
Para <i>Resultados Transitados</i>	2 072 185 489\$00

Nota Final

Os resultados positivos obtidos em 1990 não obstam a que a situação económica e financeira da empresa permaneça vulnerável a variáveis de ordem externa, onde a capacidade de influência é, naturalmente, muito reduzida. Prosseguir-se-á nos próximos exercícios com a criação de condições que contribuam para a minimização daquele problema.

Entretanto já no início do corrente exercício ocorreram alterações profundas nos Estatutos e nos corpos sociais da Empresa.

Assim, por ter passado a integrar a Comissão para a Reforma do Tesouro foi exonerado de membro do Conselho de Gerência o Dr. João Manuel de Castro Plácido Pires.

Em 8 de Janeiro de 1991 foi publicado o Decreto-Lei n.º 7/91 que transforma a empresa em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, sendo o respectivo Conselho de Administração composto por sete Administradores. A Assembleia Geral elegeu em 7 de Fevereiro último para presidente do referido Conselho o Doutor José Manuel Castro Rocha, para vice-presidente o Doutor Luís Filipe da Conceição Pereira e para vogais os Engenheiros José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, Manuel de Pinho Vaz da Silva, Rui de Arriaga Ferin Cunha, Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado e Doutor José António de Matos Tabora Farinha.

Ao fazer o balanço de mais um ano de actividade da Empresa, cabe uma referência especial para os quadros e restantes colaboradores, pela dedicação e empenho no exercício das suas funções, cujo contributo foi essencial para os resultados obtidos.

De salientar e agradecer também o apoio recebido nas acções desenvolvidas no âmbito da gestão da empresa, das entidades governamentais e da Administração Pública em geral, e, nomeadamente, dos Ministérios da Indústria e Energia e das Finanças, da Direcção-Geral de Energia e do Banco de Portugal.

Realça-se igualmente a confiança e colaboração que o sistema financeiro em geral continuou a dispensar à empresa, e que igualmente se agradece.

Por fim, uma palavra de profundo reconhecimento pela relevante colaboração prestada pela Comissão de Fiscalização da EDP, E.P.

Lisboa, 19 de Março de 1991

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Manuel Castro Rocha – Presidente

Luis Filipe da Conceição Pereira – Vice-Presidente

José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa

Manuel de Pinho Vaz da Silva

Rui de Arriaga Ferin Cunha

Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado

José António de Matos Tabora Farinha

**II - BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO
DE RESULTADOS E ANEXOS**

BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1990

Código das Contas	Exercícios			
	1990		1989	
	Activo Bruto	Amortizações/ /Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
IMOBILIZADO				
	Imobilizações incorpóreas			
431	Despesas de instalação	3 305 906 812	2 555 787 002	750 119 810
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	41 356 131	8 315 094	33 041 037
433	Propriedade industrial e outros direitos	30 256 294	750 000	29 506 294
434	Trespasés	12 500 000		12 500 000
438	Diferenças de câmbio	3 674 190	1 159 526	2 514 664
		3 393 693 427	2 566 011 622	827 681 805
	Imobilizações corpóreas			
420	Imobilizações corpóreas (Regime DL 344-B/82)	75 390 622 033	49 354 058 136	26 036 563 897
421	Terrenos e recursos naturais	2 788 877 221		2 788 877 221
422	Edifícios e outras construções	34 437 050 249	9 053 131 015	25 383 919 234
423	Equipamento básico	2 198 526 022 295	794 918 502 680	1 403 607 519 615
424	Equipamento de transporte	7 441 258 941	5 400 045 113	2 041 213 828
425	Ferramentas e utensílios	1 774 470 607	1 439 150 005	335 320 602
426	Equipamento administrativo	11 471 212 843	6 821 531 564	4 649 681 279
428	Diferenças de câmbio	365 976 140	18 822 015	348 154 125
429	Outras imobilizações corpóreas	356 069 126	193 615 707	162 453 419
442 + 443	Imobilizações em curso	176 896 855 755		176 896 855 755
448	Adiantamentos por conta de imobiliz. corpóreas	863 578 644		863 578 644
		2 510 312 993 854	867 198 856 235	1 643 114 137 619
	Investimentos financeiros			
4111/2	Partes de capital em empresas interligadas	8 729 881 391	7 000 000 000	1 729 881 391
4113	Partes de capital em empresas participadas	55 179 000		55 179 000
4114 + 414 + 41	Títulos e outras aplicações financeiras	2 224 184 425	37 778 189	2 186 406 236
		11 009 244 816	7 037 778 189	3 971 466 627
	CIRCULANTE			
	Existências			
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	28 813 172 949		28 813 172 949
35	Produtos e trabalhos em curso	429 325 260		429 325 260
37	Adiantamentos por conta de compras	11 894 332		11 894 332
		29 254 392 541		29 254 392 541
	Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo			
268991	Imobilizados em integração compensados	12 093 806 858		12 093 806 858
268991	Correcção de hidroalutidade			
268992	Défiço do ex-FAT	82 089 535 746		82 089 535 746
		94 183 342 604		94 183 342 604
	Dívidas de Terceiros - Curto Prazo			
211	Clientes c/c	83 769 999 589		83 769 999 589
212	Clientes - títulos a receber	742 293 929		742 293 929
218	Clientes de cobrança duvidosa	27 219 227 566	25 597 693 152	1 621 534 414
2118	Autarquias - Dívida de 31/12/88	112 459 487 030	7 500 000 000	104 959 487 030
229	Adiantamentos a fornecedores	170 724 870		170 724 870
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	2 569 615		2 569 615
24	Estado e outros entes públicos	768 178 497		768 178 497
262 + 266 + 267 + 268	Outros devedores	3 450 899 368	155 582 771	3 295 316 597
		228 583 380 464	33 253 275 923	195 330 104 541
	Títulos negociáveis			
18	Outras aplicações de tesouraria			3 346 000 000
	Depósitos bancários e caixa			
11	Caixa	33 928 424		33 928 424
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
271	Acrescimos de proveitos	14 954 168 765		14 954 168 765
272	Custos diferidos	8 105 735 784		8 105 735 784
		23 059 904 549		23 059 904 549
	APROVEITAMENTOS DE FINS MÚLTIPLOS (parte n/ afectá)			
443811	Produção hidroeléctrica	5 499 237 433		5 499 237 433
443811	Obras em curso	1 153 345 802		1 153 345 802
		6 652 583 235		6 652 583 235
	Total de Amortizações	869 802 646 046		869 802 646 046
	Total de Provisões	40 253 275 923		40 253 275 923
	TOTAL DO ACTIVO	2 906 483 463 914	910 055 921 969	1 996 427 541 945

DIRECÇÃO CENTRAL DE CONTABILIDADE E GESTÃO ORÇAMENTAL
O Técnico de Contas
Carlos Manuel Fernandes de Almeida Carvalho

O DIRECTOR CENTRAL DE CONTABILIDADE
E GESTÃO ORÇAMENTAL
Manuel de Jesus Martins

Escudos

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das Contas		Exercícios	
		1990	1989
51	CAPITAL PRÓPRIO		
55	Capital	250 000 000 000	250 000 000 000
	Reservas de reavaliação	475 196 027 123	144 891 208 174
	Reservas		
561	Reservas legais	81 084 564 391	72 400 631 415
57	Reservas especiais	21 832 313 718	21 236 885 887
59	Resultados transitados	(2 122 575 438)	(14 373 965 347)
88	Resultado líquido do exercício	10 278 621 369	171 303 683
		836 268 951 163	474 326 063 812
	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS		
298	Outras provisões para riscos e encargos	501 324 000	201 324 000
	DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO		
231	Dívidas a instituições de crédito		
232	Empréstimos por obrigações - Não convertíveis	685 592 249 164	793 596 333 283
2626 + 2682 + 2683	Outros credores	119 191 563 000	86 873 099 000
268995	Participações do Estado p/ Aproveitamentos de Fins Múltiplos	8 785 664 892	7 605 411 573
268998	Conta de regularização (Regime DL 344-B/82)	3 957 418 000	3 957 418 000
		26 036 563 897	25 946 166 566
		843 563 458 953	917 978 428 422
	DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO		
231 + 12	Dívidas a instituições de crédito		
2322	Empréstimos por obrigações - Não convertíveis	230 188 344 452	172 100 090 070
269	Adiantamentos por conta de vendas	2 495 936 000	3 258 115 000
221	Fornecedores c/c	75 000	
228	Fornecedores - Fact. em recepção e conferência	9 820 793 415	8 401 593 904
219	Adiantamentos de clientes	(298 515 373)	591 209 853
2511	Fornecedores de imobilizado c/c	1 245 305	30 307 114
24	Estado e outros entes públicos	7 157 943 955	5 858 291 485
262 + 263 + 264 + 265 + 267 + 268	Outros credores	2 314 294 433	2 375 135 022
		21 691 219 896	7 278 677 312
		273 371 337 083	199 893 419 760
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
273	Acrescimos de custos	42 718 063 714	41 987 980 006
274	Proveitos diferidos	4 407 032	1 212 320
		42 722 470 746	41 989 192 326
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	1 996 427 541 945	1 634 388 428 320

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
José Manuel Castro Rocha - Presidente
Luís Filipe da Conceição Pereira - Vice-Presidente
José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalho
Manuel de Pinho Vas da Silva
Rui de Arriaga Ferin Cunha
Arnaldo Pedro Figueiró Navarro Machado
José António de Matos Taborada Faria

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1990

CUSTOS E PERDAS

Código das Contas	Exercícios			
	1990		1989	
	Custo das existênc. vendidas e consumidas			
613	744 973 701		5 895 151 482	
6162	53 948 614 927		61 738 822 398	
6163	21 258 365 265	75 951 953 893	19 248 876 647	86 882 850 527
62	19 920 747 600		16 770 088 583	
	Fornecimentos e serviços externos			
	Custos com o pessoal			
641/2	39 397 034 214		35 290 144 322	
	Remunerações			
	Encargos sociais			
643/4	5 006 927 896		4 085 045 165	
645/6/7/8	17 698 380 002	62 102 342 112	15 350 257 736	54 725 447 223
	Pensões			
	Outros			
66	57 410 964 035		52 291 210 159	
67	13 674 482 325	71 085 446 360	23 153 400 000	75 444 610 159
	Amortiz. do imobilizado corpóreo e incorp.			
	Provisões do exercício			
63	453 045 582		316 260 005	
65	7 693 608 256	8 146 653 838	5 188 782 780	5 505 042 785
	Outros custos operacionais			
	A - Custos Operacionais			
		237 207 143 803		239 328 039 277
	Custos e perdas financeiras			
681		133 061 655 055		126 096 041 905
682/4		7 001 265 006		
685		17 102 771 989		23 248 157 963
687/8		9 349 239 212		9 213 700 912
688		35 530 189 179		5 762 394 500
		439 252 264 244		403 648 334 557
	C - Custos Correntes			
69	8 700 480 320		21 770 017 406	
	Custos e perdas extraordinários			
	E - Custos e Perdas do Exercício			
		447 952 744 564		425 418 351 963
86	0		0	
	Imposto sobre o rendimento do exercício			
	G - Custos Totais			
		447 952 744 564		425 418 351 963
88		10 278 621 369		171 303 686
	Resultado líquido do exercício			
		458 231 365 933		425 589 655 649
	TOTAL			
		458 231 365 933		425 589 655 649
	Resultados Operacionais (B)-(A)			
	Resultados Financeiros [(D)-(B)]+(C)-(A)]			
	Resultados Correntes (D)-(C)			
	Resultados Antes de Impostos (F)-(E)			
	Resultado Líquido do Exercício (F)-(G)			

DIRECÇÃO CENTRAL DE CONTABILIDADE E GESTÃO ORÇAMENTAL
O Técnico de Contas
Carlos Manuel Fernandes de Almeida Carvalho

O DIRECTOR CENTRAL DE CONTABILIDADE E GESTÃO ORÇAMENTAL
Manuel de Jesus Martins

PROVEITOS E GANHOS

Código das Contas	Exercícios			
	1990		1989	
	Vendas			
7121				
71-7121	320 533 518 732		271 948 724 185	
72	1 396 738 686		1 430 026 014	
	1 970 917 299	323 901 174 717	1 778 527 052	275 157 277 251
	Prestações de serviços			
	Variação da produção			
35				
	Produtos e trabalhos em curso			
	Existências finais			
	Existências iniciais			
	429 325 260		403 003 747	
	403 003 747	26 321 513	500 949 225	(97 945 478)
	Trabalhos para a própria empresa			
75				
75	17 869 042 043		15 224 664 958	
75	22 332 655 957		22 308 413 373	
75	(745 662 213)		669 611 584	
75	18 656 285 587	58 112 321 374	17 049 132 419	55 251 822 334
	Outros			
73				
74	1 721 250 508		1 125 880 221	
76-768	141 882 282		92 370 908	
768	89 570 888		44 639 085	
	5 421 516 954	7 374 220 632	15 960 065 918	17 222 956 132
	Diferenc. de correção hidráulic. do exerc.			
	B - Proveitos Operacionais			
		389 414 038 236		347 534 130 239
	Proveitos e ganhos financeiros			
784				
7812/5/6 + 782/3	5 172 975		0	
7811/3/8 + 786/7/8	1 131 152 337		1 355 110 977	
785	4 280 348 128		5 280 956 396	
788	21 653 230 594		18 354 918 351	
788	17 026 137 887		17 403 425 632	
788	5 360 363 047	49 456 404 968	2 508 387 760	44 902 799 116
	Juros de correção de hidráulicidade			
	D - Proveitos Correntes			
		438 870 443 204		392 436 909 355
79				
	Proveitos e ganhos extraordinários			
	F - Proveitos Totais			
		19 360 922 729		33 152 746 294
		458 231 365 933		425 589 655 649
		152 206 894 433		108 206 070 962
		(152 588 715 473)		(119 417 496 164)
		(381 821 040)		(11 211 425 202)
		10 278 621 369		171 303 686
		10 278 621 369		171 303 686

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
José Manuel Castro Rocha - Presidente
Luís Filipe da Conceição Pereira - Vice-Presidente
José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalho
Manuel de Pinho Vaz da Silva
Rui de Azevedo Fortes Cunha
Arnaldo Pedro Figueirêdo Navarro Machado
José António de Matos Taborda Farinha

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES EM 1990

Milhares de contos

		Exploração	Investimento*
VENDAS LÍQUIDAS E TPE		325 881	58 112
Custos da Função Produção	(-)	88 307	5 531
Custos de Actividades Complementares	(-)	1 092	-
RESULTADOS INDUSTRIAIS	(=)	236 482	-
Custos da Função Transporte	(-)	8 836	3 095
Custos da Função Distribuição	(-)	65 424	22 874
RESULTADOS DEPOIS DA DISTRIBUIÇÃO	(=)	162 222	-
Custos da Função Administrativa	(-)	5 351	4 485
Custos da Função Informática	(-)	1 526	540
RESULTADOS OPERACIONAIS	(=)	155 345	-
Custos Financeiros	(-)	173 457	21 587
Proveitos Financeiros	(+)	49 455	-
RESULTADOS APÓS A FUNÇÃO FINANCEIRA	(=)	31 343	-
Custos Complementares de Assistência	(-)	9 812	-
Reforço das Provisões	(-)	17 454	-
Outros resultados	(+)	6 202	-
RESULTADOS LÍQUIDOS	(=)	10 279	-

(*) Parte realizada com meios da própria empresa e parte resultante de imputação de custos internos a investimento. Não inclui as aquisições directas ao exterior de equipamentos e empreitadas para projectos de investimento.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade, ou seja segundo a convenção dos custos históricos (modificada pela reavaliação das imobilizações) e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos de prudência, especialização dos exercícios, consistência, substância sobre a forma e materialidade. No exercício em análise foi efectuada a reavaliação das imobilizações corpóreas, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 49/91 de 25 de Janeiro, e as contas foram influenciadas como indicado nas notas 10 e 39.

2. a) Balanço:

a.1) A rubrica de Imobilizado Corpóreo passou a incluir as imobilizações corpóreas com carácter reversível do regime do Decreto-Lei n.º 344-B/82 e respectivas amortizações acumuladas, que anteriormente não eram relevadas em Balanço. Ver nota 48, alínea c).

a.2) A rubrica de Dívidas a Terceiros – médio e longo prazo passou a incluir a conta de regularização relativa ao imobilizado com carácter reversível do regime do Decreto-Lei n.º 344-B/82, que anteriormente não era relevada em Balanço.

a.3) A rubrica de Dívidas de Terceiros – médio e longo prazo sofreu uma redução significativa, em virtude do saldo da conta de Correção de Hidraulicidade ter sido considerado custo do exercício.

b) Demonstração de Resultados.

A rubrica de Amortização Financeira da Correção de Hidraulicidade sofreu um acréscimo significativo, em virtude do saldo da conta de Correção de Hidraulicidade ter sido considerado custo do exercício.

c) Nos mapas do Balanço e da Demonstração de Resultados os valores do exercício são comparáveis com os do exercício anterior. Para o efeito, os valores correspondentes às alíneas a.1) e a.2) foram também consideradas na coluna do exercício de 1989 a qual, nessa medida apresenta valores diferentes dos apresentados no documento de prestação de contas de 1989.

3. Critérios valorimétricos adoptados.

a) Imobilizações incorpóreas:

Estão valorizadas ao custo de aquisição líquido das amortizações efectuadas dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.

Não se efectua a amortização de trespasse.

b) Imobilizações corpóreas:

Estão valorizadas a custos de aquisição ou construção, corrigidos pelas reavaliações legalmente autorizadas, incluindo-se nos custos de aquisição ou construção os custos financeiros imputados durante o período de construção.

As imobilizações são mostradas em Balanço pelos líquidos das amortizações acumuladas. As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, a taxas consistentes com a vida útil estimada dos imobilizados.

c) Investimentos financeiros:

Estão valorizados ao custo, ou, ao valor reavaliado como indicado na nota 12, deduzido da respectiva amortização no caso do investimento em imóveis, e de uma provisão de 7 milhões de contos para fazer face a perdas potenciais no caso da participação na Sociedade Portuguesa de Electrometalurgia, S.A.

d) Existências:

Estão valorizadas ao custo de aquisição, no caso das existências adquiridas no exterior, e ao custo de produção no caso das existências produzidas internamente, sendo as saídas de armazém valorizadas ao custo médio.

e) Dívidas de e a terceiros em moeda estrangeira:

Os saldos expressos em moeda estrangeira estão actualizados aos câmbios oficiais em vigor na data do Balanço. As emergentes diferenças de câmbio positivas ou negativas são contabilizadas em resultado, salvo no que respeita aos financiamentos em que são contabilizados conforme descrito na nota 48 alínea b).

4. As cotações cambiais utilizadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moeda estrangeira existentes na data do Balanço foram as do Fixing do Banco de Portugal de 90-12-31, conforme se indicam no quadro seguinte:

Moeda	Saldos a receber	Saldos a pagar
USD	133.333	133.867
DEM	89.321	89.679
FRF	26.188	26.292
GBP	257.854	258.616
ESP	1.3950	1.4006
XEU	182.834	183.566
ITL	.11819	.11867
MOP	16.647	16.713
NLG	79.141	79.459
BEF	4.3213	4.3387
CHF	104.790	105.210
JPY	.98702	.99098
SEK	23.702	23.798
NOK	22.695	22.785
DKK	23.104	23.196
IEP	237.404	238.356
GRD	.85329	.85671
CAD	115.209	115.671
ATS	12.695	12.745
FIM	36.886	37.034
ZAR	52.245	52.455
AUD	103.093	103.507

5. Não aplicável.

6. As situações que afectam significativamente os impostos futuros são as seguintes:

a) Ao abrigo do art.º 14 do Decreto-Lei n.º 442-B/88 de 30 de Novembro, existem os seguintes prejuízos fiscais a deduzir à matéria colectável:

do exercício de 1986 a deduzir até 1991	51 323 348 contos
do exercício de 1987 a deduzir até 1992	52 519 098 contos
do exercício de 1988 a deduzir até 1993	71 386 213 contos

b) Por investimentos efectuados, existem os seguintes montantes a deduzir à matéria colectável:

do exercício de 1988 a deduzir até 1991	3 774 155 contos
do exercício de 1989 a deduzir até 1992	7 621 572 contos

7. O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante o exercício foi de 21 165 empregados, não existindo assalariados.

8. A conta 43.1 *Despesas de Instalação* inclui essencialmente custos com estudos e projectos.

A conta 43.2 *Despesas de Investigação e Desenvolvimento* não tem expressão na Empresa.

9. Não aplicável. Ver nota 3 alínea a).

10. O movimento ocorrido na rubrica de imobilizações e respectivas amortizações e provisões consta dos quadros seguintes:

a) Activo Bruto

Contos

Imobilizações	Saldos iniciais	Reavaliações	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldos finais
Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	2 795 349		107 173		403 385	3 305 907
Despesas de investigação e de desenvolvimento	55				41 301	41 356
Propriedade industrial e outros direitos	30 256					30 256
Trespases	12 900				(400)	12 500
Diferenças de câmbio	70		293		3 311	3 674
TOTAL (1)	2 838 630		107 466		447 597	3 393 693
Imobilizações corpóreas						
Imobilizações (Reg. DL 344-B/82)	72 458 811	17 117 502			(14 185 691)	75 390 622
Terrenos e recursos naturais	2 043 934	756 234	6 826	17 061	(1 056)	2 788 877
Edifícios e outras construções	24 512 502	8 465 119	177 943	136 436	1 417 922	34 437 050
Equipamento básico	1 595 931 289	522 918 667	1 469 010	99 785	83 806 079	2 204 025 260
Equipamento de transporte	6 249 692	550 778	1 057 228	436 066	19 627	7 441 259
Ferramentas e utensílios	1 539 325	131 806	103 523	3	(180)	1 774 471
Equipamento administrativo	8 210 416	1 463 507	1 843 381	28 635	(17 456)	11 471 213
Diferenças de câmbio	246 551				120 425	366 976
Outras imobilizações corpóreas	279 489	62 357	12 268		1 955	356 069
Imobilizações em curso	128 022 056		121 885 426	1 024 351	(70 832 930)	178 050 201
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	849 288		359 576		(345 285)	863 579
TOTAL (2)	1 840 343 353	551 465 970	126 915 181	1 742 337	(16 590)	2 516 965 577
Investimentos financeiros						
Partes de capital em empresas interligadas	9 958 232		1 258 140	293 177	(869 372)	10 053 823
Investimentos em imóveis	63 250	24 035				87 285
Outras aplicações financeiras	5 140 874		4 193 472	8 466 209		868 137
TOTAL (3)	15 162 356	24 035	5 451 612	8 759 386	(869 372)	11 009 245
TOTAL GERAL (1) + (2) + (3)	1 858 344 339	551 490 005	132 474 259	10 501 723	(438 365)	2 531 368 515

b) Amortizações e Provisões

Contos

Imobilizações	Saldos iniciais	Reforço	Regularizações	Saldos finais
Imobilizações incorpóreas				
48 31 - Despesas de instalação	1 735 505	776 050	44 232	2 555 787
48 32 - Desp. de invest. e de desenvolvimento	2 774	8 260	(2 719)	8 315
48 33 - Propriedade industrial e outros direitos	750			750
48 34 - Trespases	400		(400)	
48 38 - Diferenças de câmbio	3 288	1 148	(3 276)	1 160
TOTAL (1)	1 742 717	785 458	37 837	2 566 012
Imobilizações corpóreas				
48 0 - Imobilizações (Reg. DL 344-B/82)	46 512 644	11 904 069	(9 062 655)	49 354 058
48 22 - Edifícios e outras construções	6 208 949	3 128 124	(283 942)	9 053 131
48 23 - Equipamento básico	543 080 738	265 805 400	(13 967 635)	794 918 503
48 238 - Equipamento técnico específico	540 255 431	264 879 059	(13 927 978)	791 206 512
48 23811 - Produção hidroeléctrica	198 362 075	96 907 071	(12 338 549)	282 930 597
48 23812 - Produção termoeléctrica	93 635 531	55 463 148	(640 397)	148 458 282
48 2382 - Transporte	58 879 334	21 360 268	(307 985)	79 931 617
48 2383 - Distribuição	189 378 491	91 148 572	(641 047)	279 886 016
48 239 - Outro equipamento básico	2 825 307	926 341	(39 657)	3 711 991
48 24 - Equipamento de transporte	4 720 679	1 189 879	(510 513)	5 400 045
48 25 - Ferramentas e utensílios	1 240 299	200 563	(1 712)	1 439 150
48 26 - Equipamento administrativo	4 938 685	2 317 170	(434 324)	6 821 531
48 28 - Diferenças de câmbio	42 454	15 236	(38 868)	18 822
48 29 - Outras imobilizações corpóreas	162 347	34 238	(2 969)	193 616
TOTAL (2)	606 906 795	284 594 679	(24 302 618)	867 198 856
Encargos financeiros				
48 1 - Investigações em imóveis	24 709	11 668	1 401	37 778
49 1 - Provisão para invest. financeiros		7 000 000		7 000 000
TOTAL (3)	24 709	7 011 668	1 401	7 037 778
TOTAL GERAL (1) + (2) + (3)	608 674 221	292 391 805	(24 263 380)	876 802 646

11. Durante o exercício foram imputadas a imobilizações em fase de construção os custos financeiros relacionados com empréstimos contraídos para os financiar, constantes do quadro seguinte:

Escudos		
Imobilizações	Juros de financiamento	Diferenças de câmbio
44 - Imobilizações em curso		
442 - Edifícios e outras construções	250 416 014	(5 065 950)
443 - Equipamento básico	22 082 239 943	(740 596 263)
4438 - Equipamento técnico específico	22 078 120 656	(741 640 104)
443811 - Produção hidroeléctrica	12 779 650 622	(441 228 504)
443812 - Produção termoeléctrica	3 483 363 999	(182 302 041)
443815 - Aproveitamento de energias renováveis	6 916 504	(999 127)
44382 - Transporte	1 943 963 043	(62 509 883)
44383 - Distribuição	3 803 385 649	(58 929 601)
443889 - Sistemas informáticos	60 840 839	4 329 052
4439 - Outro equipamento básico	4 119 287	1 043 841
TOTAL	22 332 655 957	(745 662 213)

12. As imobilizações corpóreas e os investimentos financeiros em imóveis foram reavaliados ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 430/78
 Decreto-Lei n.º 219/82
 Decreto-Lei n.º 399-G/84
 Decreto-Lei n.º 171/85
 Decreto-Lei n.º 118-B/86
 Decreto-Lei n.º 111/88
 Decreto-Lei n.º 49/91

13. Quadro discriminativo das reavaliações:

Escudos			
Imobilizações	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
42 - Imobilizações corpóreas			
420 - Imobilizações (Regime DL 344-B/82)	12 810 026 770	13 226 537 127	26 036 563 897
421 - Terrenos e recursos naturais	509 026 386	2 279 850 835	2 788 877 221
422 - Edifícios e outras construções	13 998 187 053	11 385 732 181	25 383 919 234
423 - Equipamento básico	744 354 690 740	664 752 066 308	1 409 106 757 048
4238 - Equipamento técnico específico	742 688 041 510	664 234 127 477	1 406 922 168 987
423811 - Produção hidroeléctrica	154 050 928 447	283 522 778 094	437 573 706 541
423812 - Produção termoeléctrica	227 400 660 136	170 791 216 774	448 191 876 910
42382 - Transporte	77 187 330 748	52 121 230 860	129 308 561 608
42383 - Distribuição	234 049 122 179	157 798 901 749	391 848 023 928
4239 - Outro equipamento básico	1 666 649 230	517 938 831	2 184 588 061
424 - Equipamento de transporte	1 824 340 633	216 873 195	2 041 213 828
425 - Ferramentas e utensílios	269 024 359	66 296 243	335 320 602
426 - Equipamento administrativo	3 687 263 228	962 418 051	4 649 681 279
428 - Diferenças de câmbio	348 154 125	0	348 154 125
429 - Outras imobilizações corpóreas	100 362 546	62 090 873	162 453 419
TOTAL	777 901 075 840	692 951 864 813	1 470 852 940 653
41 - Investimentos financeiros			
414 - Investimentos em imóveis	2 700 866	46 806 376	49 507 242
TOTAL GERAL	777 903 776 706	692 998 671 189	1 470 902 447 895

14. Caracterização das imobilizações corpóreas e em curso:

a) No que respeita à sua localização e afectação (valores líquidos):

Imobilizações em poder de terceiros	2 379 359\$00
Imobilizações afectas à actividade da produção	
Hidroeléctrica	532 873 024 179\$00
Termoeléctrica	486 023 648 537\$00
Energias renováveis	107 375 088\$00
Aproveit. de fins múltiplos - parte não afecta	6 652 583 235\$00
Imobilizações afectas à actividade do transporte	137 855 333 224\$00
Imobilizações afectas à actividade da distribuição	408 379 242 396\$00
Imobilizações não específicas	67 318 327 782\$00
Imobilizações implantadas em propriedade alheia	153 410 587\$00
Imobilizações reversíveis	10 401 396 467\$00

b) No que se refere aos custos financeiros capitalizados no exercício:

Juros de financiamento	22 332 655 957\$00
Diferenças de câmbio	(745 662 213\$00)

15. Não aplicável.

16. Os elementos referentes às empresas do grupo, empresas associadas e empresas participadas são as seguintes:

a) Empresas de Grupo:

Empresa Industrial do Freixo, SA
Lares, Vila Verde, Figueira da Foz
Fracção do capital detido: 100 %
Capitais próprios: 233 162 939\$30
Resultado do exercício de 1986: (70 986 318\$00)
Não dispõe de resultados desde 1987 por se encontrar em liquidação

SPE – Macau, Sociedade de Assistência Técnica Empresarial, Lda.
Av. Dr. Mário Soares, 25, 1.º, Compartmento 13, Macau
Fracção do capital detido: 99 %
Capitais próprios: 1 000 000\$00
Não dispõe de resultados pois foi constituída em 29 de Novembro de 1989

Sociedade Portuguesa de Electrometalurgia, SA
Canas de Senhorim
Fracção do capital detido: 70 %
Capitais próprios: 1 547 815 768\$30
Resultado do exercício de 1989: (452 184 231\$70)

b) Empresas Associadas:

EDEL – Empresa Editorial Electrotecnia, Lda.
Rua D. Estefânia, 48, 3.º – Lisboa
Fracção do capital detido: 45,5 %
Capitais próprios: 216 948\$35
Resultado do exercício de 1989: 524 036\$50

ENERFIN – Sociedade de Eficiência Energética, SA
Rua do Bolhão, 85, 7.º – Porto
Fracção do capital detido: 30 %
Capital próprios: 80 000 000\$00
Não dispõe de resultados pois foi constituída em 25 de Julho de 1990

PORTSINES – Terminal Multipurpose de Sines, SA
Largo do Depósito, 4 – Sines
Fracção do capital detido: 20 %
Capitais próprios: 1 000 000 000\$00
Não dispõe de resultados pois foi constituída em 31 de Outubro de 1990

c) Empresas Participadas:

CCE – Centro para a Conservação de Energia
Rua S. Domingos à Lapa, 117, 2.º-Esq. – Lisboa
Fracção do capital detido: 12,3 %
Capitais próprios: 78 754 374\$00
Resultado do exercício de 1989: 44 818 115\$20

17. Não aplicável.

18. Não aplicável.

19. Não aplicável.

20. Não aplicável.

21. Para além das dívidas de cobrança duvidosa classificadas como tal nas contas da Empresa (ver nota 23), existem outros créditos vultosos sobre Autarquias cuja persistência no tempo e dificuldades de regularização fazem reacear pela existência de significativas perdas potenciais. Para cobertura parcial desse risco, a Empresa constituiu no exercício uma provisão extraordinária de 7,5 milhões de contos.

22. Combustíveis para a produção de electricidade em trânsito	1 267 613 contos
Materiais diversos em trânsito	182 155 contos
Materiais diversos à guarda de terceiros	63 918 contos

23. Valor das dívidas de cobrança duvidosa:

a) Clientes c/ corrente – Autarquias locais – dívida consolidada reportada a 1988-12-31 – ainda sem acordo EDP/Municípios	103 935 184 contos
b) Clientes de cobrança duvidosa:	
b.1) clientes com processos pendentes de execução, falência, insolvência ou em reclamação judicial	12 450 035 contos
b.2) clientes em mora superior a 6 meses:	
mais de 6 meses e até 12 meses	1 151 342 contos
mais de 12 meses e até 18 meses	1 007 399 contos
mais de 18 meses e até 24 meses	637 135 contos
mais de 24 meses	11 878 272 contos
c) Devedores diversos em mora superior a 6 meses:	
mais de 6 meses e até 12 meses	47 094 contos
mais de 12 meses e até 18 meses	8 052 contos
mais de 18 meses e até 24 meses	19 181 contos
mais de 24 meses	125 398 contos

24. Não aplicável.

25. Valor das dívidas de e ao pessoal da empresa:

Remuneração a pagar ao pessoal	8 229 contos
Adiantamentos ao pessoal	78 595 contos
Outras operações com o pessoal	78 990 contos
Remunerações de 1990 a liquidar em 1991:	
Encargos com férias	6 926 954 contos
Prémios de assiduidade	133 219 contos
Tempos suplementares de trabalho	148 439 contos
Ajudas de custo	121 085 contos

26. Não aplicável.

27. Não aplicável.

28. Não aplicável.

29. Valor das dívidas a terceiros a mais de 5 anos:

Empréstimos bancários mercado interno	40 726 371 contos
Empréstimos bancários mercado externo	262 987 798 contos
Empréstimos por obrigações mercado interno	56 250 733 contos
Empréstimos por obrigações mercado externo	8 967 900 contos
Cauções recebidas de clientes	8 290 655 contos
Outras cauções recebidas	495 010 contos

30. Não aplicável.

31. Valor global dos compromissos financeiros que não figuram em balanço:

- a) Contrato de troca a termo certo (SWAP) entre a Empresa e o BPI – Banco Português de Investimento, SA, por um período de 5 anos, com a data de vencimento da operação em 14 de Maio de 1995, e os seguintes montantes de moeda específica, e taxas de juro:

montante a ceder pela Empresa 5 000 000 000\$00 PTE
 montante a ceder pelo BPI 27 529 098,26 ECU

taxa de juro a pagar pelo BPI: 17,5 % fixa

taxa de juro a pagar pela Empresa: a fixar semestralmente com base na data de juro em ECU equivalente à LIBOR praticada para operações em ECU no mercado interbancário.

- b) Os compromissos contratuais para a aquisição de imobilizado são à data de balanço de 98 810 513 contos

- c) De acordo com um estudo actuarial, a responsabilidade não reflectida no balanço referente a compromissos relativos a pensões de reforma é a seguinte:

Para com o pessoal no activo 3 264 266 contos
 Para com os reformados e pensionistas* 45 000 000 contos

32. A responsabilidade da Empresa por garantias prestadas ascende a 1 658 656 contos.

São constituídas na sua quase totalidade por garantias bancárias, sendo o residual constituído por cauções em dinheiro.

Estas garantias foram prestadas na quase totalidade a fornecedores, existindo ainda algumas prestadas a tribunais e a alfândegas.

Não existem garantias reais.

33. Não aplicável.

34. O desdobramento das contas de provisões acumuladas, e respectivos movimentos ocorridos no exercício constam do quadro seguinte:

Contas	Escudos			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
28 – Provisões para cobrança duvidosa	23 100 000 000	10 153 275 923		33 253 275 923
29 – Provisões para riscos e encargos	201 324 000	300 000 000		501 324 000
49 – Provisões para investimentos financeiros		7 000 000 000		7 000 000 000
TOTAL	23 301 324 000	17 453 275 923		40 754 599 923

35. Não aplicável.

36. Não aplicável.

37. O capital é detido a 100% pelo estado.

38. Não aplicável.

39. A variação das reservas de reavaliação ocorrida no exercício foi a seguinte:

Saldo inicial 144 891 208 174\$00
 Diminuição (11 540 151 926\$00)
 Aumento (DL 49/91) 341 844 970 875\$00
 Saldo final 475 196 027 123\$00

* Valor reportado a 1 de Janeiro de 1989

40. Os movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capital próprio constam do quadro seguinte:

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Escudos
				Saldo final
51 - Capital	250 000 000 000			250 000 000 000
55 - Reservas de reavaliação	144 891 208 174	341 844 970 875	(11 540 151 926)	475 196 027 123
56 - Reservas obrigatórias:				
561 - Reservas legais	72 400 631 415	13 734 398 629	(5 050 465 653)	81 084 564 391
57 - Reservas especiais	21 236 885 887	595 427 831		21 832 313 718
59 - Resultados transitados	(14 373 965 347)	(346 697 342)	12 598 087 251	(2 122 575 438)
88 - Resultado líquido	171 303 686	10 278 621 369	(171 303 686)	10 278 621 369
TOTAL	474 326 063 815	366 106 721 362	(4 163 834 014)	836 268 951 163

41. A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas consta do quadro seguinte:

Movimentos	Electricidade	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		Total
		Combustíveis	Materiais diversos	
		Existências iniciais	0	
Compras	744 973 701	56 924 200 589	23 676 783 006	81 345 957 296
Regularização de existências	0	0	(576 204 182)	(576 204 182)
Existências finais	0	13 904 748 952	14 908 423 997	28 813 172 949
Custo do exercício	744 973 701	53 948 614 927	21 258 365 265	75 951 953 893

42. A demonstração da variação da produção consta do quadro seguinte:

Movimentos	Escudos
	Produtos e trabalhos em curso
Existências finais	429 325 260
Regularização de existências	0
Existências iniciais	403 003 747
Aumento no exercício	26 321 513

43. Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais:

Conselho de Gerência	50 763 504\$00
Comissão de Fiscalização	2 384 590\$00
TOTAL	53 148 094 \$00

44. A repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços, apurado nas contas 71 *Vendas* e 72 *Prestações de serviços*, por actividades e por mercados (interno e externo) é a seguinte:

a) Vendas

a.1) de Electricidade - Mercado interno

em Alta Tensão	48 240 625 039\$00
em Média Tensão	103 761 625 103\$00
em Baixa Tensão (> 39,6 kVA)	20 989 262 218\$00
em Baixa Tensão	147 510 922 892\$00
	320 502 435 252\$00

a.2) de Electricidade – Mercado externo	
Em Alta Tensão	31 083 480\$00
a.3) de outros – Mercado interno	
Vapor	726 863 250\$00
Cinzas	322 190 234\$00
Materiais diversos	347 685 202\$00
	<u>1 396 738 686\$00</u>
b) Prestações de serviços	
b.1) de Electricidade – Mercado interno	910 937 439\$00
b.2) Outros – Mercado interno	
de cobrança de taxas RDP	654 697 173\$00
de serviços à GDP, SA	355 802 349\$00
de diversos	49 480 338\$00
	<u>1 059 979 860\$00</u>

45. A demonstração dos resultados financeiros consta do quadro seguinte:

CUSTOS E PERDAS	Exercícios		PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
	1990	1989		1990	1989
	68.1 – Juros suportados	133 061 655 055		126 096 041 905	78.1 – Juros obtidos
68.3 – Amortiz. de invest. em imóveis	1 265 006	–	78.3 – Rendimentos de imóveis	19 129 339	12 400 681
68.4 – Provisões para aplic. financeiras	7 000 000 000	–	78.4 – Rendim. de participação de capital	5 172 975	–
68.5 – Difer. de câmbio desfavoráveis	17 102 771 989	23 248 157 963	78.5 – Diferenças de câmbio favoráveis	21 653 230 594	18 354 918 351
68.7 – Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	191 160 413	200 000	78.6 – Descontos de pronto pagamento obtidos	175 484 230	313 365 346
68.8 – Outros custos e perdas financeiras	44 688 267 978	14 976 095 412	78.7 – Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	–	1 053 998 934
Resultados financeiros	(152 588 715 473)	(119 417 696 164)	78.8 – Outros proveitos e ganhos financeiros	23 130 276 250	20 191 952 054
	49 456 404 968	44 902 799 116		49 456 404 968	44 902 799 116

46. A demonstração dos resultados extraordinários consta do quadro seguinte:

CUSTOS E PERDAS	Exercícios		PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
	1990	1989		1990	1989
	69.1 – Donativos	21 259 840		13 952 536	79.1 – Restituição de impostos
69.2 – Dívidas incobráveis	701 093 528	636 870 971	79.2 – Recuperação de dívidas	29 889 660	15 220 960
69.3 – Perdas em existências	935 573 534	1 008 634 570	79.3 – Ganhos em existências	1 270 075 054	1 580 383 663
69.4 – Perdas em imobilizações	15 658 775	15 080 108	79.4 – Ganhos em imobilizações	1 566 121 192	1 379 162 933
69.5 – Multas e penalidades	2 924 553	2 272 364	79.5 – Benefícios de penalidades contratuais	12 056 085	12 456 999
69.6 – Aumentos de amortiz. e de provisões	501 540 221	–	79.6 – Reduções de amortiz. e de provisões	3 472 449 834	2 866 789 075
69.7 – Correções rel. a exercícios anteriores	747 312 706	15 693 989 850	79.7 – Correções rel. a exercícios anteriores	224 342 003	20 499 945 811
69.8 – Outros custos e perdas extraordinários	5 775 117 163	4 399 017 007	79.8 – Outros proveitos e ganhos extraordinários	4 734 630 504	5 143 961 891
Resultados extraordinários	10 660 442 409	11 382 728 888			
	19 360 922 729	33 152 546 294		19 360 922 729	33 152 746 294

47. Custos das Estruturas Representativas dos Trabalhadores, para cumprimento do disposto no despacho de 80-06-25 do Sr. Secretário de Estado do Tesouro.

a) *Comissões de trabalhadores*

Trabalhadores envolvidos:

a tempo inteiro	7
a tempo parcial	407

Despesas apuradas:

remunerações e encargos	18 309 784\$00
despesas de viagem e estada	2 225 103\$00
outras despesas	11 745 442\$00
	<hr/>
	32 280 329\$00

b) *Comissões sindicais*

Trabalhadores envolvidos:

a tempo inteiro	9
a tempo parcial	459

Despesas apuradas:

remunerações e encargos	30 442 502\$00
despesas de viagem e estada	3 335 711\$00
outras despesas	3 748 254\$00
	<hr/>
	37 526 467\$00

48. Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

a) Correção de Hidraulicidade e Défice do ex-FAT

A correção de hidraulicidade constitui um mecanismo de compensação dos custos variáveis da produção de energia eléctrica.

Em anos secos o sistema hidroeléctrico é subutilizado e os gastos de combustíveis ou a importação de electricidade aumentam significativamente. Em anos húmidos a situação inverte-se.

As tarifas são calculadas tendo em conta custos de exploração de um ano de condições hidrológicas médias.

Assim, neste contexto e para evitar distorções de grande significado nos resultados, os encargos com consumos, contabilizados na conta de exploração, são corrigidos para mais ou para menos em função da hidraulicidade ser favorável ou desfavorável.

O enquadramento legal, actual, deste mecanismo, os seus critérios de cálculo e procedimentos contabilísticos e ainda a relevação do défice do extinto Fundo de Apoio Térmico, foram estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 23/89, de 19 de Janeiro, com efeitos desde o exercício de 1986.

O movimento contabilístico, no exercício foi o seguinte:

i) Correção de hidraulicidade

Saldo em 1990-01-01	24 748 309 178\$00
Encargos financeiros debitados	5 360 363 047\$00
Diferencial negativo debitado	5 421 516 954\$00
Amortização financeira creditada	(35 530 189 179\$00)
Saldo em 1990-12-31	<hr/>
	- \$ -

ii) Défice do ex-FAT

Saldo em 1990-01-01	89 964 206 886\$00
Encargos financeiros debitados	17 026 137 887\$00
Adicionais à tarifa creditados	(24 900 809 027\$00)
Saldo em 1990-12-31	<hr/>
	82 089 535 746\$00

b) Actualização cambial dos financiamentos

As diferenças de câmbio que resultam da actualização dos financiamentos externos para os câmbios à data do Balanço, são imputadas a *Imobilizações em Curso*, na parte atribuível ao período de construção. Mais tarde, quando os correspondentes investimentos entram em exploração, são aquelas diferenças de câmbio transferidas para *Imobilizações Corpóreas* ou *Imobilizações Incorpóreas* e como tal reintegradas. O remanescente da actualização cambial, por corresponder à exploração é considerado como resultado corrente do exercício e imputado a *Custos e Perdas Financeiras* e/ou *Proveitos e Ganhos Financeiros*, conforme se trata de diferenças de câmbio desfavoráveis ou favoráveis.

Este critério, adoptado desde o exercício de 1986, em que as diferenças de câmbio têm tratamento idêntico aos encargos financeiros, tem justificação contabilística na especificidade do financiamento da EDP e numa mais correcta expressão patrimonial e económico-financeira da Empresa.

No corrente exercício as diferenças de câmbio decorrentes da actualização cambial dos empréstimos externos, tiveram a seguinte expressão na Demonstração de Resultados:

Custos e Perdas Financeiras	17 102 771 989\$00
Proveitos e Ganhos Financeiros	21 653 230 594\$00
O Saldo foi portanto favorável em 4 550 458 605\$00, do qual foi imputado a Investimento em Curso 745 662 213\$00	

c) Imobilizações Corpóreas – Regime DL 344-B/82

Estas imobilizações, totalizavam em 31 de Dezembro de 1990:

Imobilizado	75 390 622 033\$00
Amortizações	49 354 058 136\$00
	<hr/>
	26 036 563 897\$00

Parte destes patrimónios poderão vir a ser transferidos para a propriedade da EDP para liquidação, por encontro de contas, das dívidas dos respectivos municípios.

- d) As participações recebidas no exercício ascendem a 13 734 398 629\$00, sendo 1 555 439 545\$00 de participações de fundos comunitários da CEE.
- e) Os subsídios à exploração recebidos no exercício ascendem a 141 882 282\$00 e referem-se a subsídios do Fundo Social Europeu e do Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- f) A responsabilidade por letras descontadas é de 3 204 768 contos.
- g) As rendas vincendas por contratos de locação financeira ascendem a 206 140 contos.
- h) No Balanço a rubrica de *Dívidas a Instituições de Crédito* inclui 2 077 258 383\$00 referentes a Depósitos à Ordem.
- i) Para além dos encargos referidos na rubrica *Custos com o pessoal*, os trabalhadores da Empresa beneficiaram, em termos de contratação colectiva em vigor, de um contingente de energia eléctrica a preços reduzidos, a que corresponde um benefício total de 1 265 814 456\$00.

INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Código	Designação	Acções	Obrigações	Valor Nominal	Valor de Balanço		Localização	
		Quant.	Quant.		Unitário	Total	Entidade	N.º Dossier
2 002 41	Investimentos Financeiros							
2 002 41 1	PARTES DE CAPITAL							
2 002 41 1 1	<i>Empresas de Grupo</i>							
2 002 41 1 101	Empresa Industrial do Freixo, SARL	1 000 000		100\$	99\$65	99 650 000\$00	B. P. S. M. - Porto	0001/08/043135.6
2 002 41 1 102	SPE - Macau Soc. Ass. Tec. Emp., Lda.	198 000		5\$	5\$00	990 000\$00		
2 002 41 1 103	Soc. Portuguesa de Electrometalurgia	1 400 327		1 000\$	6 008\$22.3	8 413 477 390\$00	B. P. S. M. - Porto	0001/08/043135.6
2 002 41 1 2	<i>Empresas Associadas</i>							
2 002 41 1 201	Enerfin	24 000		1 000\$	1 000\$00	15 600 000\$00		
2 002 41 1 202	Portisines	200 000		1 000\$	1 000\$00	200 000 000\$00		
2 002 41 1 203	Emp. Edit. Electrotec. Edel, Lda.			164 000\$		164 000\$00		
2 002 41 1 3	<i>Empresas Participadas</i>							
2 002 41 1 409	Centro para Conservação de Energia					10 000 000\$00		
2 002 41 1 4	<i>Outras Empresas</i>							
2 002 41 1 401	Inst. N. S. Encarn. Coop. Ens. Cultura	2		500\$	500\$00	1 000\$00		Cofre
2 002 41 1 402	SONEFE - Soc. Ang. Forn. En. Eléctrica	13 100		500\$	499\$97	6 554 600\$00	B. E. Santo - Lisboa a) B. P. S. M. - Porto a)	
		10						
		13 110						
2 002 41 1 403	Coop. Consumo Pessoal CPE	10		1 000\$	1 000\$00	10 000\$00	B. P. S. M. - Lisboa	10180043135
2 002 41 1 404	IPE - Invest. Particip. Empresariais	22 810		1 000\$	469\$36	10 706 000\$00	B. P. S. M. - Porto	0001/08/43135.6
2 002 41 1 405	Papeleira de S. Paio de Oleiros			1 827\$		1 827\$00		
2 002 41 1 406	Norpedip	100 000		1 000\$	1 000\$00	100 000 000\$00		
2 002 41 1 407	Sulpedip	100 000		1 000\$	1 000\$00	100 000 000\$00		
2 002 41 1 301	Soc. Ind. Madeira Aglomerada - Agloma	68 973		1 000\$	800\$01	55 179 000\$00	B. E. Santo - Lisboa	101/520 306
2 002 41 1 410	Empresa Textil da Aguda, SA	72 502		1 000\$	999\$98.8	72 501 155\$00	B. P. S. M.	
2 002 41 1 411	Centralcer	255 000	200 000	1 000\$	3 500\$00	700 000 000\$00		
			55 000	1 000\$	3 600\$00	198 000 000\$00		
2 002 41 1 412	Banco Português do Atlântico	9 465		1 000\$	7 500\$00	90 987 500\$00		
2 002 41 5	<i>Outras Aplicações Financeiras</i>							
2 002 41 5 2	<i>Títulos da Dívida Pública</i>							
2 002 41 5 201	Obrig. Consolidado 4 % 1940		811	2 000\$	2 000\$56	1 622 454\$00	B. P. S. M. - Porto	0001/08/04313
2 002 41 5 202	Obrig. Consolidado 3,5 % 1941		73	1 000\$	997\$89	72 846\$00	B. P. S. M. - Porto	0001/08/043135.6
2 002 41 5 203	Obrig. Consolidado 3 % 1942		7	1 000\$	829\$54.7	369 978\$00	C. G. Dep. - Lisboa	2812 - Dep. obrig.
			279				B. P. S. M. - Porto	0001/08/04313
			77				C. G. Dep. - Lisboa	4351 - Dep. obrig.
			83				C. G. Dep. - Porto	999 - Dep. obrig.
			446					
2 002 41 5 204	Obrig. Consolidado 2 3/4 % 1943		28	1 000\$	673\$04.7	2 004 334\$00	C. G. Dep. - Lisboa	2812 - Dep. obrig.
			2 200				B. P. S. M. - Porto	0001/08/043135.6
			750				C. G. Dep. - Lisboa	Dp. 4351
			2 978					
2 002 41 5 205	Obrig. Emp. Est. 3 % 1902 3.ª Série		5	£ 19,9		7 300\$00	C. G. Dep. - Porto	999/Dep. obrig.
2 002 41 5 206	Obrig. Tesouro 1977 - Classe V		6	1 000\$	1 000\$00	6 000\$00	B. E. Santo - Lisboa	101/520 306
2 002 41 5 207	Obrig. Tesouro 1977 - Classe VI		300	1 000\$	1 000\$00	300 000\$00	B. E. Santo - Lisboa	101/520 306
2 002 41 5 208	Obrig. Tesouro 1977 - Classe VII		5	1 000\$	1 000\$00	5 000\$00	B. E. Santo - Lisboa	101/520 306
2 002 41 5 209	Obrig. Tesouro 1977 - Classe VIII		230	1 000\$	1 000\$00	230 000\$00	B. E. Santo - Lisboa	101/520 306
2 002 41 5 210	Obrig. Tesouro 1977 - Classe X		1 185	1 000\$	1 000\$00	1 185 000\$00	B. E. Santo - Lisboa	101/520 306
2 002 41 5 211	Obrig. Tesouro 1977 - Classe XI		1 531	1 000\$	1 000\$00	1 531 000\$00	B. E. Santo - Lisboa	101/520 306
2 002 41 5 212	Obrig. Tesouro 1977 - Classe XII		677 765	1 000\$	1 000\$00	677 765 000\$00	b)	
			681 022					
2 002 41 5 214	Empréstimo Interno Amortizável - 88		1 830	100 000\$	100 000\$00	183 000 000\$00		
2 002 41 5 214	Outros Títulos							
2 002 41 5 301	HEP/1975		40	1 000\$	950\$00	38 000\$00		

a) Transferidas para Luanda por decisão do Governo de Angola.

b) Obrigações depositadas:

383 324 no Banco Espírito Santo

294 441 na Caixa Geral de Depósitos

III - ANEXO ESTADÍSTICO

PRINCIPAIS ELEMENTOS ESTATÍSTICOS

Rubricas	Unidades	1986	1987	1988	1989	1990
ÍNDICE DE PRODUTIBILIDADE HIDROELÉCTRICA	—	0,76	0,89	1,07	0,62	0,78
PRODUÇÃO	GWh	18 694,2	18 469,9	20 612,2	23 945,3	26 467,2
Centrais hidroeléctricas	GWh	8 421,7	9 061,5	12 167,3	5 966,7	9 185,0
Centrais termoeléctricas	GWh	10 272,5	9 408,4	8 444,9	17 978,6	17 281,2
SALDO DAS TROCAS COM O ESTRANGEIRO^(a)	GWh	1 885,1	3 024,4	2 390,1	1 164,6	37,1
RECEPÇÃO DE OUTRAS EMPRESAS	GWh	34,5	46,1	48,2	36,0	57,7
BOMBAGEM HIDROELÉCTRICA	GWh	33,6	45,3	98,6	371,8	209,3
PRODUÇÃO E RECEPÇÃO PARA CONSUMOS	GWh	20 574,3	21 435,1	22 951,9	24 774,1	26 352,7
VENDAS DE ENERGIA ELÉCTRICA	GWh	17 236,5	18 044,1	19 324,2	20 658,4	21 919,1
A outros distribuidores	GWh	1 847,4	1 573,9	1 499,5	1 104,1	1 142,5
A consumidores especiais	GWh	1 975,8	1 392,6	1 555,4	1 583,1	1 627,1
A consumidores directos: AT/MT	GWh	7 195,8	8 047,4	8 387,6	9 115,9	9 526,8
A consumidores directos: BT	GWh	6 217,5	7 038,2	7 881,7	8 855,3	9 622,7
RECEITAS DA VENDA DE ELECTRICIDADE^(b)	1000 contos	190 671	225 811	254 276	293 057	345 403
COMBUST. PARA PROD. DE ELECTRICIDADE	1000 contos	44 769	37 319	26 203	61 739	63 949
AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA	1000 contos	6 917	12 369	9 234	5 895	745
INVESTIMENTO TOTAL	1000 contos	109 872	112 254	106 959	96 777	126 915
INVESTIMENTO AFECTO À ELECTRICIDADE^(c)	1000 contos	107 194	108 466	103 976	93 596	122 125
POTÊNCIA INSTALADA NAS CENTRAIS (em 31 Dez.)	MW	5 781,6	6 155,6	6 228,6	6 599,8	6 623,8
Centrais hidroeléctricas	MW	2 882,9	2 956,9	3 029,9	3 065,1	3 059,1
Centrais termoeléctricas	MW	2 898,7	3 198,7	3 198,7	3 534,7	3 554,7
POTÊNCIA MÁXIMA REFERIDA À PRODUÇÃO^(d)	MW	3 692	4 172	4 285	4 474	4 965
INSTALAÇÕES EM SERVIÇO (em 31 Dez.)						
Rede de Transporte						
Subestações - Potência de transformação	MVA	10 472,0	11 084,0	11 465,0	11 635,0	12 148,0
Comprimento das linhas	km	5 523,1	5 753,3	5 767,9	5 778,3	5 832,2
Distribuição						
Subestações - Potência de transformação	MVA	8 352	8 803	9 131	9 317	9 879
Comprimento das linhas AT/MT	km	40 511	41 534	42 786	44 191	46 136
Cabos subterrâneos AT/MT	km	4 630	4 927	5 139	5 511	5 829
Postos de transformação - Potência instalada	MVA	5 385	5 838	6 335	6 722	7 191
Comprimento das linhas BT	km	65 982	68 388	71 754	74 505	77 138
Cabos subterrâneos BT	km	8 953	9 684	10 420	11 228	12 211
Contadores	Milhares	3 563	3 690	3 890	4 022	4 129
NÚMERO DE CONSUMIDORES	Milhares	3 557,7	3 684,0	3 888,1	4 017,0	4 122,0
Em Alta tensão/Média tensão	Milhares	11,8	12,2	12,5	12,8	13,3
Em Baixa tensão	Milhares	3 545,9	3 671,8	3 875,6	4 004,2	4 108,7
EFFECTIVOS DE PESSOAL EM 31 DE DEZEMBRO	—	23 302	23 306	22 816	21 704	20 485

(a) - Saldo das trocas com o estrangeiro: Importação - Exportação.

(b) - Com FAT e sem *Permuta de energia eléctrica com o estrangeiro (saldo)*.

(c) - Deduzido o valor dos investimentos em aproveitamentos hidráulicos de fins múltiplos (Aguieira/Raiva e Alqueva), na parte não afecta à electricidade.

(d) - Ponta referente apenas às quartas-feiras.

INVESTIMENTOS

milhares de contos

Actividades	1989	1990
ELECTRICIDADE	93 596,7	122 125
Produção Hidráulica	26 141	33 698
Produção Térmica	18 943,9	26 284
Rede de Transporte	7 301,4	9 328
Rede de Distribuição	41 210,4	52 815
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES	3 147,4	4 746
APROVEITAMENTOS DE FINS MÚLTIPLOS (parte não afecta à electricidade)	32,5	44
TOTAL	96 776,6	126 915

FINANCIAMENTOS

contos

DESIGNAÇÃO	Saldo no início do ano (câmbio de utilização)	Movimentó no exercício		Saldo no fim do exercício		Diferenças de câmbio
		Utilizações	Amortizações	Ao câmbio de utilização	Ao câmbio de 90/12/31	
MERCADO INTERNO						
Médio e Longo Prazo						
Obrigações	81 261 314	29 761 500	3 258 115	107 764 700	107 764 700	—
Créditos Financeiros	272 049 832	42 379 000	52 803 415	261 625 417	261 625 417	—
Créd. à Produção e Venda a Prazo	22 212 967		3 619 286	18 593 680	18 593 680	—
	375 524 113	72 140 500	59 680 816	387 983 797	387 983 797	—
Curto Prazo						
Crédito Financeiro Bilateral	9 550 000	34 061 432	21 500 000	22 111 432	22 111 432	—
	385 074 113	106 201 932	81 180 816	410 095 229	410 095 229	—
MERCADO EXTERNO						
Médio e Longo Prazo						
Créditos Financeiros	509 352 953	60 103 575	66 914 739	502 541 787	559 829 933	(57 288 146)
Crédito ao Equipamento	15 196 293	2 320 722	3 985 838	13 531 177	16 221 716	(2 690 539)
Obrigações	11 754 700			11 754 700	13 922 800	(2 168 100)
	536 303 946	62 424 297	70 900 577	527 827 664	589 974 449	(62 146 785)
Curto Prazo						
Créditos Financeiros	19 786 843	37 633 267	38 437 142	18 982 970	18 618 074	364 894
Créditos Fornecedores	25 727 533	39 743 455	48 878 295	16 592 693	16 703 080	(110 386)
	45 514 376	77 376 722	87 315 437	35 575 663	35 321 154	254 508
	581 818 322	139 801 019	158 216 014	563 403 327	625 295 603	(61 892 277)
TOTAL	966 892 435	246 002 951	239 396 830	973 498 556	1 035 390 832	(61 892 277)

COMBUSTÍVEIS E AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA
(Atribuídos à Exploração)

	Unidades	1985	1986	1987	1988	1989	1990
COMBUSTÍVEIS							
Quantidades							
Fuelóleo (a)	1000 t	1 349,6	1 629,7	1 004,5	575,8	2 457,6 (c)	1 901,1
Gasóleo	1000 kl	2,7	1,8	0,2	1,5	1,3	0,7
Carvão Nacional	1000 t	114,5	315,8	203,1	284,9	318,2	258,6
Carvão Estrangeiro	1000 t	262,1	929,5	1 591,8	1 875,1	2 400,7 (c)	2 999,9
Valores							
	1000 contos	30 630,2	44 024,8	36 485,7	25 344,7	61 582,9	53 406,7
Fuelóleo (a)		26 245,4	31 029,2	20 151,2	8 671,4	37 189,6 (c)	26 966,7
Gasóleo		69,4	50,1	5,7	38,9	31,4	18,0
Carvão Nacional		888,1	2 146,6	1 308,4	2 091,7	2 209,3	1 400,0
Carvão Estrangeiro		3 427,3	10 798,9	15 020,4	14 542,7	22 152,6 (c)	25 022,0
AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA (Importação) (b)	1000 contos	10 369,7	6 646,3	12 023,6	8 714,5	5 577,3	237,8
Preços médios							
Fuelóleo (a)	ESC/t	19 447,0	19 040,0	20 061,0	15 055,0	15 133,0 (c)	14 184,7
Gasóleo	ESC/kl	25 704,0	27 833,0	24 679,0	26 011,0	25 022,0	25 714,3
Carvão Nacional	ESC/t	7 756,0	6 797,0	6 442,0	7 344,0	6 942,0	6 717,3 (d)
Carvão Estrangeiro	ESC/t	13 076,0	11 618,0	9 436,0	7 756,0	9 228,0 (c)	8 340,9
AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA (Importação) (b)	ESC/kWh	4,51	3,49	3,97	3,67	4,60	4,98

(a) - Não inclui o consumo para produção do vapor na Central do Barreiro.

(b) - Apenas inclui electricidade paga em divisas.

(c) - Inclui o consumo em ensaios em Sines.

(d) - O preço médio está influenciado por + 337,1 milhares de contos de consumos que não foram contabilizados em 1990.

CONSUMOS DE ELECTRICIDADE SEGUNDO OS DESTINOS

Consumos Finais

Rubricas	1990*	1989	Variação 1990/89	
			Valor absoluto	%
NÚMERO DE CONSUMIDORES	4 122 024	4 016 968	105 056	2,6
Em alta tensão	71	56	5	7,6
Em média tensão	13 199	12 700	499	3,9
Em baixa tensão	4 108 754	4 004 202	104 552	2,6
CONSUMO DE ELECTRICIDADE (GWh)	20 851,0	19 817,2	1 033,8	5,2
Iluminação e outros usos	8 628,7	7 950,7	678,0	8,5
Domésticos	5 239,1	4 922,3	316,8	6,4
Não domésticos	3 389,6	3 028,4	361,2	11,9
Iluminação de edifícios do Estado, dos corpos administrativos, etc.	709,2	640,0	69,2	10,8
Cozinha e aquecimento	78,2	81,3	-3,1	-3,8
Usos industriais	9 707,7	9 352,5	355,2	3,8
Usos agrícolas	315,0	264,3	50,7	19,2
Tracção	260,2	264,5	-4,3	-1,6
Electroquímica e electrometalurgia	573,3	654,8	-81,5	-12,4
Iluminação pública	578,7	609,1	-30,4	-5,0

* Valores provisórios.

BALANÇO ANUAL DA ENERGIA ELÉCTRICA

GWh

Rubricas	Totais	
	1990*	1989
PRODUÇÃO	26 467,2	23 945,3
Centrais hidroeléctricas	9 186,0	5 966,7
Centrais termoeléctricas	17 281,2	17 978,6
CONSUMOS E PERDAS NAS CENTRAIS	1 196,8	1 179,2
ENERGIA ENTRADA NA REDE	27 061,4	25 238,0
Emissão própria	25 270,4	22 766,1
Importação	1 733,3	2 435,9
Outras recepções	57,7	36,0
ENERGIA SAÍDA DA REDE (1 + 2 + 3)	23 970,3	22 596,4
1 – Venda de Energia	21 919,1	20 658,4
DISTRIBUIDORES	1 142,5	1 104,1
Autarquias locais	1 073,6	1 032,3
Outros distribuidores	68,9	71,8
FORNECIMENTO DIRECTO A CONSUMIDORES	20 776,6	19 554,3
Alta e Média Tensão	11 153,9	10 699,0
Baixa Tensão	9 622,7	8 855,3
2 – Exportação	1 696,2	1 271,3
3 – Sem Receita	355,0	666,7
Bombagem hidroeléctrica	209,3	371,8
Compensação síncrona	44,8	32,0
Consumos próprios + fornecimentos gratuitos	100,9	262,9
dos quais iluminação pública	63,2	221,8
PERDAS NO TRANSPORTE E NA DISTRIBUIÇÃO	3 091,1**	2 641,6

* Valores provisórios.

** Em 1990 o critério de contabilização da electricidade facturada foi alterada, retirando significado ao valor das perdas que são determinadas por diferença.

IV - RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos legais, este Conselho Fiscal apresenta o seu relatório acompanhado do parecer sobre o Balanço e demais documentos de prestação de contas, relativos ao Exercício de 1990.

Senhores Accionistas

Nos termos da lei e dos estatutos da Empresa apresentamos a V. Exas. o nosso relatório e parecer sobre as contas e o relatório de gestão do Conselho de Administração da Electricidade de Portugal - EDP, SA, relativos ao exercício de 1990.

1. Este Conselho Fiscal foi eleito na Assembleia Geral de Accionistas de 7 de Fevereiro de 1991, realizada após a transformação da EDP-EP em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos (D. L. n.º 7/91, de 8/1), tendo examinado com a profundidade considerada necessária e possível o balanço em 31 de Dezembro de 1990, a demonstração de resultados de 1990 e respectivo anexo, documentos preparados a partir dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, mantidos em conformidade com os preceitos legais.
 - 1.1 Por força do estabelecido na legislação vigente, a Empresa deveria ter constituído, em 1990, uma *reserva para autofinanciamento* e um *complemento de amortização financeira* de cerca de 5,2 milhões de contos e de 1,8 milhões de contos, respectivamente.
 - 1.2 O saldo do FAT evidenciado no Balanço (82 milhões de contos), que mostra um decréscimo de 8,9% relativamente ao saldo inicial, tem que ser recuperado até 1992, em conformidade com o disposto no artigo único do Decreto-Lei n.º 412/90, de 31 de Dezembro.
 - 1.3 A provisão de 7,5 milhões de contos, destinada a fazer face à eventual incobrabilidade de parte da dívida das autarquias consolidada até 31/12/88 (112,4 milhões de contos), mostra a intenção de aproximar o respectivo valor líquido contabilístico do correspondente valor económico, não calculado por estar pendente da celebração dos protocolos de negociação.
 - 1.4 A Empresa reforçou o Fundo de Pensões em 6 milhões de contos, montante suficiente perante estudo actuarial realizado por empresa independente, referido a 1/1/89, e os prazos estabelecidos para cobertura integral do valor de carência do fundo. Note-se que o Fundo de Pensões não inclui as responsabilidades com as reformas antecipadas que, segundo o citado estudo actuarial, poderão atingir cerca de 41,6 milhões de contos. Estas reformas estão sendo contabilizadas como custos do exercício em que são pagas.
O Fundo de Pensões também não cobre a responsabilidade com complementos de pensões a pagar a futuros inválidos ou a seus familiares.
2. Apreciamos a gestão da Empresa principalmente através dos documentos finais, de relatórios da ex-Comissão de Fiscalização da EDP-EP e de informações solicitadas ao Conselho de Administração e aos Serviços, sempre prestados com prontidão.
O Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração que complementa os esclarecimentos dos documentos finais, refere com clareza e minúcia os factos mais significativos da vida da Empresa e perspectiva a sua evolução, realçando-se o seguinte:
 - a) Excepcional evolução da situação económica: os resultados líquidos ascenderam a 10,2 milhões de contos, valor superior em 5910% ao de 1989 e equivalente a 3,2% do valor das vendas de energia eléctrica.

Para a melhoria dos resultados contribuíram positivamente:

- o importante acréscimo das vendas de energia eléctrica em termos nominais (17,9% acima do valor atingido em 1989), resultante do ajustamento tarifário e, principalmente, do significativo acréscimo dos consumos de energia;
- o decréscimo do custo global dos combustíveis utilizados na produção de electricidade (-12,6%);
- as variações cambiais favoráveis, que atenuaram a subida da taxa média dos juros;
- a restituição à Empresa de impostos pagos em anos antecedentes (7,9 milhões de contos).

Os resultados líquidos estão influenciados negativamente por:

- amortização do saldo acumulado até 31/12/90 da *Correcção de Hidraulicidade* (35,5 milhões de contos);
- reforço das provisões (17,5 milhões de contos);
- dotação para o fundo de pensões (6 milhões de contos);
- custo do pessoal — cujo universo teve uma redução de 1219 trabalhadores, relativamente a 1989 —, que cresceu 13,5%, em relação ao exercício transacto, não considerando parte (5,1 milhões de contos) do reforço do fundo de pensões e o valor das rescisões negociadas de contratos individuais de trabalho (0,4 milhões de contos).

- b) Continuação do elevado esforço de investimentos, exigido pelo desenvolvimento económico do País: 126,9 milhões de contos (+31,2% que em 1989), equivalentes a 39,6% do valor das vendas de energia.
 - c) Redução, pela primeira vez, do passivo de financiamento (-19,3 milhões de contos) — apesar dos importantes investimentos realizados —, graças ao crescimento do cash flow, à conjuntura favorável e a uma adequada gestão financeira.
 - d) Continuaram a influenciar a gestão de forma muito significativa os custos financeiros que se cifraram em 150,2 milhões de contos (149,3 milhões de contos, em 1989), dos quais 21,6 (23,0, em 1989) foram imputados ao imobilizado em curso.
 - e) Os resultados económicos e financeiros alcançados em 1990 revelam também os esforços dos gestores da Empresa, que tentaram e conseguiram o cumprimento de parte das medidas do *Programa de Recuperação Económica e Financeira*, esperando-se que esses esforços prosigam e, se possível, se ampliem de modo a se alcançarem a médio prazo os objectivos fixados no referido programa.
 - f) Como se refere no relatório de gestão, há factores exógenos à Empresa que podem influenciar negativamente os futuros resultados finais (flutuações de divisas; subidas das taxas de juro; variações no preço dos combustíveis utilizados na produção de energia), impedindo a continuação da recuperação iniciada em 1989 e o alcance a médio prazo de uma situação de equilíbrio.
3. Sem prejuízo do referido na transacta alínea 1.1 quanto à constituição da *reserva para autofinanciamento* e do *complemento de amortização financeira*, não tomámos conhecimento de qualquer violação da Lei ou dos Estatutos da Empresa.

4. Excepto quanto ao referido nas antecedentes alíneas 1.1, 1.2 e 1.3, é nossa convicção que os citados documentos de prestação de contas apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da Empresa em 31 de Dezembro de 1990, bem como o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, aplicados de uma forma consistente em relação ao exercício anterior.

Lisboa, 15 de Maio de 1991

O CONSELHO FISCAL

Dr. José Manuel Machado Saldanha Bento, Presidente

Dr. Sérgio Espadas Antunes, Vogal

Dr. António de Moura Rodrigues, Vogal (ROC), em representação de J. Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção, SROC.

**V - PARECER DA INSPECÇÃO-GERAL
DE FINANÇAS**

Examinámos as contas da EDP - Electricidade de Portugal, EP referentes ao exercício de 1990, de acordo com a metodologia e condicionalismos constantes das *Normas dos Exames para Apreciação dos Documentos de Prestação de Contas*, superiormente aprovadas.

Neste exercício a EDP procedeu à amortização financeira extraordinária do saldo da correcção de hidraulicidade, no montante de 35 milhões de contos. Caso a empresa tivesse adoptado critério idêntico ao do ano anterior, o resultado líquido do exercício seria superior em 29 milhões de contos.

Em nossa opinião, os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 1990 traduzem, com razoabilidade, a sua situação patrimonial em 31/12/90, bem como o resultado das operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, os quais foram aplicados de uma forma consistente em relação ao exercício anterior, excepto no tocante à situação descrita acima, com a qual concordamos.

Inspeção-Geral de Finanças, em 30 de Agosto de 1991

O SUBINSPECTOR-GERAL, por delegação

Dr. José Duarte Assunção Dias

**VI - DESPACHO CONJUNTO DO SECRETÁRIO
DE ESTADO DAS FINANÇAS E DO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ENERGIA**

Nos termos do n.º 7 do art.º 28.º do Decreto-Lei n.º 260/76, de 8 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 271/80, de 9 de Agosto, e em consequência do parecer anexo emitido pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF), relativamente à EDP - Electricidade de Portugal, EP:

a) Aprovam-se os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 1990;

b) Fixa-se em 3 262 418 400\$00 a remuneração dos capitais investidos com referência ao exercício de 1990, nos termos do Decreto-Lei n.º 300/80, de 16 de Agosto, e determina-se que aos resultados líquidos seja dada a seguinte aplicação:

• Remuneração dos capitais investidos pelo Estado	3 262 418 400\$00
• Reserva geral	1 027 862 137\$00
• Reserva para investimentos	2 055 724 274\$00
• Reserva para fins sociais	513 931 069\$00
• Distribuição de resultados aos corpos sociais	16 500 000\$00
• Distribuição de resultados aos trabalhadores	1 330 000 000\$00
• Resultados transitados	2 072 185 489\$00
	<hr/>
	10 278 621 369\$00

c) Determina-se que a empresa adopte as recomendações formuladas no relatório da IGF.

Ministério das Finanças, e da Indústria e Energia, em 6 de Setembro de 1991

O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS FINANÇAS

Dr. José Manuel Alves Elias da Costa

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ENERGIA

Dr. Nuno Manuel Franco Ribeiro da Silva

